

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JOSÉ APARECIDO DA CRUZ

A HISTÓRIA DO SINTERO E SEU PAPEL NO PROCESSO DA LUTA
DE CLASSES NO CONTEXTO DE CRISE DO MODO DE PRODUÇÃO
CAPITALISTA.

PORTO VELHO, MARÇO DE 2017.

JOSÉ APARECIDO DA CRUZ

A HISTÓRIA DO SINTERO E SEU PAPEL NO PROCESSO DA LUTA
DE CLASSES NO CONTEXTO DE CRISE DO MODO DE PRODUÇÃO
CAPITALISTA.

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Educação
(PPGE) da Universidade Federal de
Rondônia na Linha de Pesquisa em
Políticas Públicas sob a orientação da
Professora Dra. Marilsa Miranda de
Souza.

PORTO VELHO, MARÇO DE 2017.

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

C951h Cruz, José Aparecido da-

A história do SINTERO e seu papel no processo da luta de classes no contexto de crise do modo de produção capitalista. / José Aparecido da Cruz; orientação Marilsa Miranda de Souza. – 2017.
123 f. ; il.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir). Departamento de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Porto Velho, 2017.

1. Sindicato. 2. Luta de classe. 3. Trabalho. I. Souza, Marilsa Miranda de. II. Título.

CDU 37.015.4

José Aparecido da Cruz

A HISTÓRIA DO SINTERO E SEU PAPEL NO PROCESSO DA LUTA
DE CLASSES NO CONTEXTO DE CRISE DO MODO DE PRODUÇÃO
CAPITALISTA.

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do
Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal de Rondônia – UNIR, como
requisito parcial para obtenção do título de mestre
em Educação.

Área de Concentração: Políticas Públicas.

Aprovada em ____ de _____ de 2017.

Banca Examinadora:

Presidente e Orientadora: Prof^a Dr^a Marilsa Miranda de Souza -
PPGE/UNIR
Membro Interno

Prof.^a Dr.^a Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas - UFAM
Membro Externo

Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba - PPGE/UNIR
Membro Interno

Prof. Dr.^a Rosangela de Fátima Cavalcante França- PPGE/UNIR
Membro Suplente

Porto Velho
2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora e amiga Professora Doutora Marilsa Miranda de Souza, pela paciência, compreensão e apoio nos momentos de grande dificuldade, principalmente quando me encontrava tomado pelo desânimo e falta de perspectiva, momentos estes em que, por vezes, pensei em abandonar o barco, mas, com sua força e esperança e com todo seu conhecimento ajudou-me a seguir em frente transpondo, pouco a pouco, os obstáculos do caminho.

Aos familiares, que me incentivaram a continuar o caminho, de modo especial a minha esposa e companheira Maria Aparecida da Silva que, quando estive abatido e acabrunhado, sempre esteve junto de mim, cuidando e auxiliando, sem medir esforços, vivenciando cada momento de angústia e de tristeza, incentivando-me a não desistir.

Ao meu filho Vítor Hugo que, no decorrer das aulas, nos acompanhou por várias vezes, contagiando a mim e todos com sua simpatia e com seu carisma. Agradeço ainda aos meus pais, que um dia me levaram a dar os primeiros passos na busca pelo conhecimento, não poderia deixar de lembrar do amigo e companheiro de luta, Márcio Martins, que um dia me instigou a escrever sobre o sindicato.

A todos os parentes e amigos que, de uma forma ou de outra, colaboraram para que alcançasse esse objetivo, seja pelo apoio moral, financeiro ou logístico.

À Dra. Larissa, Microfisioterapeuta que, com seu trabalho, várias vezes aliviou o peso das minhas costas, tirando da bagagem um pouco da tristeza, angústia e sentimento de incapacidade.

À Cláudia J. da Cruz, *in memoriam*, que a lembrança de seu sorriso, levou-me a acreditar que pudesse chegar ao término de mais essa etapa da minha vida acadêmica, apesar do vazio deixado entre nós.

A todos os professores do PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondônia, que colaboraram incansavelmente com o meu aprendizado ao longo desses anos em que estivemos juntos.

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa durante todo o período de realização deste Mestrado.

“Fica decretado que o dinheiro
Não poderá nunca mais comprar
O sol das manhãs vindouras.
Expulso do grande baú do medo,
O dinheiro se transformará em uma espada fraternal
Para defender o direito de cantar
e a festa do dia que chegou”.
(Thiago de Mello)

RESUMO

A pesquisa buscou compreender o sindicalismo na educação brasileira, no atual cenário de crise do modo de produção capitalista. O seu principal objeto de estudo foi o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia – SINTERO, tendo como questão norteadora a seguinte problemática: Como tem se comportado o SINTERO ao longo de sua história frente às transformações ocorridas no mundo do trabalho? Sua trajetória representa um projeto de adequação aos interesses do capital? Como o SINTERO se relaciona com o Estado e com seus filiados? Quais as principais contradições existentes no SINTERO? Teria a direção do SINTERO abandonado a luta de classes? Diante dos resultados apresentados, foi possível constatar que o SINTERO apresenta um processo de corporativismo por parte de seus dirigentes, o que o torna desacreditado na avaliação de seus filiados, pois, de acordo com os dados da pesquisa, o sindicato é utilizado por seus dirigentes como meio de ascensão política, os resultados apontam ainda para uma articulação do SINTERO aos interesses do capital, sobretudo por este ter abandonado a luta de classes, assumindo uma postura de conciliação diante da ofensiva do capital. Para se chegar aos resultados, a pesquisa investigou a formação do Sindicato dos trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia- SINTERO e seu papel no processo da luta de classes no contexto de crise do modo de produção capitalista, buscando compreender a constituição histórica do sindicalismo na educação brasileira, em especial a do SINTERO, trajetória dentro do quadro das transformações ocorridas no mundo do trabalho dos últimos anos, identificando as principais propostas de luta presentes nas suas ações, além de fazer uma análise das relações do SINTERO com o Estado e com seus filiados e as principais contradições no desenvolvimento das lutas dos trabalhadores em educação, cujo resultado apontou a presença do processo de corporativismo sindical no SINTERO, além de sua articulação aos interesses do capital.

Palavras-chave: Sindicato. Luta de classes. Mundo do trabalho.

ABSTRACT

The research aimed to understand the syndicalism in the Brazilian education in the current crisis scenario of the mode of capitalist production. Its main object of study was the Union of Workers in Education of the State of Rondônia – SINTERO, having with leading the next problematic question: How does SINTERO has behave over of its history face changes occurred in the world of work? Is its trajectory represent a project of adequacy to the capital interests? How the SINTERO's interact with the State and with its affiliates? What is the main contradictions existing in the SINTERO? Did has the SINTERO direction abandoned the work's struggles? Before the results presented, it was possible that SINTERO presents a process of corporatism by part of its leaders, that becomes discredit in the evaluation of its affiliates, since, accordingly with the research data. Its leaders utilize the trade union as a means of political ascent, the results point to still to an articulation of the SINTERO to the capital interests, especially for this having a position of conciliation before the offensive of the capital. To achieve the outcomes, the research investigated the SINTERO formation of the Union of Workers in Education of the State of Rondônia – SINTERO and its role in the process of class struggle in the context of crisis of the capitalist mode of production, searching understand the history constitution of the syndicalism in the Brazilian education, in special of the SINTERO, its trajectory in the of framework of the changes occurred in the world of the works in the last years. Identifying the main proposals of struggle presents in their actions, as well as to do an analyses of the SINTERO's relations with the State and its affiliates and the main contradictions in the development education , whose of the work's struggle in results point to the present of the process of syndicalism corporation in the SINTERO, as well as its articulation to the capital interests.

Keywords: Educational. Syndicate. Class struggle. World of Work.

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1: A Base Sindical e o Plano de Lutas estabelecido pelo SINTERO. ...	75
Gráfico 2: Greves por condições de Trabalho.	81
Gráfico 3: Avaliação da atuação do SINTERO pelos seus filiados.....	83
Gráfico 4: Atividades de complementação salarial.....	84
Gráfico 5: Ramo de atividade para complementação salarial.	85
Gráfico 6: Um olhar sobre as formas de desvalorização profissional.....	86
Gráfico 7: O SINTERO e seu grau de combatividade	88

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. O TRABALHO E SUAS CONFIGURAÇÕES DIANTE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	19
2.1 - O Trabalho e a Educação em Marx.....	19
2.2 - As crises do modo de produção capitalista e suas influências no mundo do trabalho	25
2.3 - O Sindicalismo no Brasil e seus reflexos no Sindicalismo Docente.....	31
3. O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA – SINTERO E A LUTA DE CLASSES	48
3.1 - Os problemas da educação brasileira e a atuação sindical	48
3.2 - Criação e composição do SINTERO.....	58
3.3 - As principais propostas de luta nas ações SINTERO	65
4. O PAPEL DO SINTERO NO PROCESSO DA LUTA DE CLASSES NO CONTEXTO DE CRISE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	77
4.1- As relações do SINTERO com o Estado e com seus filiados.	77
4.2 - As principais contradições no desenvolvimento das lutas dos trabalhadores em educação do Estado de Rondônia.....	86
4.3 - O processo de corporativismo sindical no SINTERO e suas articulações aos interesses do capital: a luta agora é no campo das ideias.	95
4.4- “Por um sindicalismo combativo e comprometido com a transformação social”	103
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS.....	112
Apêndices.....	119

1. INTRODUÇÃO

As várias crises do modo de produção capitalista têm trazido para o mundo do trabalho inúmeras transformações, intensificando a sua exploração, que se intensificou a partir da década de 1970, quando houve uma transformação do processo produtivo, com a inclusão da automação, robótica e microeletrônica. O modelo fordista-taylorista é substituído ou mesclado com o modelo japonês, isto é, a produção em massa por meio da linha de montagem acompanhada do controle de tempo, dá lugar a uma nova forma de organização do padrão produtivo. As consequências dessa mudança para os trabalhadores são: terceirização, subcontratação, trabalho em tempo parcial, trabalho precarizado entre outras.

Diante desse cenário de constantes metamorfoses no mundo do trabalho, acompanhado de processos de reestruturação produtiva devido às crises no modo de produção capitalista, faz-se necessário uma mudança do atual modelo de luta dos sindicatos, tendo em vista que os mesmos parecem ter perdido seus objetivos e identidade de luta de classes, perdendo-se em favor de interesses individuais e em função do “novo” modelo de sindicato, ou seja, o sindicato de conciliação (MATTOS, 2003; ALVES, 2006). Os movimentos classistas dão lugar aos chamados sindicatos de empresa e/ou sindicalismo de participação, levando-os a buscar cada vez mais a institucionalização.

Percebe-se que o movimento sindical tem aderido a uma postura conservadora diante da ofensiva do capital. Ao invés do enfrentamento e da luta, os sindicatos assumem cada vez mais o modelo de sindicalismo conciliador “agindo dentro da ordem”, o que facilita a retirada de direitos e ainda contribui para o aumento da exploração dos trabalhadores. Verifica-se que tal comportamento dos sindicatos, além de contribuir para o aumento da exploração dos trabalhadores, facilitou a retirada de direitos, sendo a flexibilização de direitos trabalhistas uma das formas utilizadas para suprimir os direitos conquistados por meio da luta da classe operária.

Nesse cenário, buscamos compreender o sindicalismo na educação brasileira, destacando como nosso objeto de Estudo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia - SINTERO. A problemática fundamental que orientou esse trabalho se apresenta nas seguintes questões:

- a). Como tem se comportado o SINTERO ao longo de sua história frente às transformações ocorridas no mundo do trabalho?
- b). Sua trajetória representa um projeto de adequação aos interesses do capital?
- c) Como o SINTERO se relaciona com o Estado e com seus filiados?
- d). Quais as principais contradições existentes no SINTERO? Teria a direção do SINTERO abandonado a luta de classes?

Para responder a essas questões, a pesquisa teve como objetivo investigar a formação do Sindicato dos trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia (SINTERO) e seu papel no processo da luta de classes no contexto de crise do modo de produção capitalista. Para alcançar esse objetivo geral buscamos, em específico, levantar a constituição histórica do sindicalismo na educação brasileira, em especial a do SINTERO e sua trajetória dentro do quadro das transformações ocorridas no mundo do trabalho dos últimos anos; identificar as principais propostas de luta presentes nas ações do SINTERO; analisar as relações do SINTERO com o Estado e com seus filiados e suas principais contradições no desenvolvimento das lutas dos trabalhadores em educação e, por último, analisar o processo de corporativismo sindical no SINTERO e suas articulações aos interesses do capital.

Para Miranda (2011, p.37), apesar da expressividade dos estudos e produção acadêmica sobre o sindicalismo docente, a maioria deles está nas regiões Sudeste e Sul do país. De acordo com a autora “a região Norte quase não tem pesquisas sobre a temática”, de modo especial em Rondônia, razão pela qual buscamos investigar o SINTERO e sua trajetória ao longo destes vinte e oito anos (28), dando visibilidade à sua história.

Um outro motivo que despertou interesse em pesquisar sobre o SINTERO foi nossa vivência, como sujeito nele sindicalizado e participante de vários movimentos grevistas, presenciando o descontentamento apresentado pelos filiados no seu dia a dia, como trabalhadores em educação nas escolas públicas rondonienses.

O método de pesquisa utilizado foi o Materialismo Histórico-Dialético, o único capaz de compreender os fenômenos em sua totalidade. O Materialismo Histórico-Dialético contempla tanto a análise qualitativa quanto quantitativa, pois entende quantidade e qualidade como uma unidade dialética indivisível.

A escolha do Materialismo Histórico-Dialético como método de construção e análise do trabalho perpassa o ato de explicitar o real em sua essência, pois, a busca da dialética marxista como fundamentação da pesquisa constitui ainda numa opção ético-política, como explica Martins (2006, p. 15): “[...] a epistemologia marxista tem a prática social como referência fundante da construção do conhecimento, nela residindo os seus critérios de validação”.

Utilizamos, como fonte de dados, análise documental e bibliográfica, além de entrevistas semiestruturadas e questionários. A análise documental teve por base “documentos outros que não aqueles localizados em bibliotecas”. Conforme definida por Gil (2002, p. 46). Dentre eles: legislação estadual e nacional (Portarias, Decretos, Resoluções, Diretrizes, etc.), documentos de organismos internacionais como o Banco Mundial, atas de reuniões e assembleias do SINTERO entre outros documentos por ele publicados. Também serviu como objeto de estudo documental as cartilhas, boletins, jornais e outros instrumentos de propagação da linha de atuação do SINTERO.

Com o intuito de se fazer um levantamento da literatura geral a respeito da história do sindicalismo no Brasil, especialmente do sindicalismo dos trabalhadores em educação, do processo de corporativismo sindical e da reestruturação do processo produtivo no contexto da crise do capitalismo, utilizou-se da pesquisa bibliográfica. Para Gil (2002, p.44) os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são aqueles que se propõe à análise das diversas posições sobre uma problemática.

Foram entrevistadas lideranças fundadoras do sindicato e dirigentes que permitiram a utilização de seus nomes, mediante a assinatura do Termo de Consentimento livre e esclarecido. Realizamos cinco (05) entrevistas individuais com os fundadores do SINTERO, com ex-dirigentes e outras lideranças de destaque e com quadros de direção da gestão atual. Também foram aplicados cento e trinta (130) questionários aos delegados participantes do XIV Congresso Estadual do SINTERO, a fim de obter uma amostragem de 30% dos delegados participantes do Congresso, ampliando as variáveis de interpretações possíveis por intermédio de outras ferramentas de investigação.

Para fazer a análise dos dados utilizamos as categorias básicas do método do Materialismo Histórico-Dialético, mediante o qual se buscou a compreensão da

essência do fenômeno. Essas categorias são Totalidade, Contradição, Trabalho e Luta de Classes.

A categoria totalidade auxiliou na compreensão da realidade social que envolve o sindicato, desde as microrrelações com seus filiados (parte) até as relações mais amplas com o Estado e o modo de produção capitalista (todo) (KOSIK, 2011).

O conhecimento dialético da realidade não deixa intactos os conceitos no ulterior caminho do conhecer, não é uma sistematização dos conceitos que procede por soma, fundada sobre uma base imutável e encontrada uma vez por todas: é um processo em espiral de mútua compenetração e elucidação dos conceitos, no qual a abstratividade (unilateralidade e isolamento) dos aspectos é superada em uma correlação dialética quantitativo-qualitativo, regressivo-progressiva. A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes (KOSIK, 2011).

Utilizando-se da categoria contradição como suporte, buscou-se identificar e compreender as contradições presente entre o sindicato e o Estado, o sindicato e seus filiados, bem como as contradições que permeiam as relações de trabalho e o modo de produção capitalista, além das contradições internas no próprio sindicato.

Tornar-se-ia impossível conhecer e analisar o sindicalismo, sem antes compreender a estrutura econômica da sociedade. Por isso, é importante a compreensão das contradições embrenhadas no seio das relações entre o sindicato e o modo de produção capitalista. “A lei da contradição inerente aos fenômenos, ou lei da unidade dos contrários, é a lei fundamental da dialética materialista” (MAO TSE TUNG, 1999, p.31).

A dialética materialista mostra que o processo de busca do conhecimento consiste em descobrir o particular e o universal além da sua relação mútua no próprio interior do fenômeno. Esse conhecimento se obtém por meio da identificação e estudo da lei da contradição. A contradição existe em todos os processos, desde o princípio até o fim: movimento, coisa, processo, pensamento tudo é contradição. Negar a existência da presença da contradição nos fenômenos é negar a existência de tudo (MAO TSE TUNG, 1999). Há nos processos que comporta várias contradições àquela que desempenha papel principal. Na análise das relações

sociais, a contradição entre trabalho e capital exerce papel principal, sendo as outras contradições subordinadas a esta.

Para a teoria marxista a categoria trabalho é a mais importante para a compreensão e análise das relações sociais existentes. Embasadas pela categoria trabalho buscou-se compreender as relações sociais entre os trabalhadores em educação e a atuação do Sindicato diante da ofensiva do capital. Para Kosik (2011, p. 189), “A análise das categorias econômicas não é destituída de pressupostos: o seu pressuposto é a concepção da realidade como processo prático de produção e reprodução do homem social”.

Desta forma, a análise da categoria trabalho partirá não apenas do estudo de alguns pares dialéticos: causalidade e teleologia, particular e universal, liberdade e necessidade entre outros, mas como atividade dialética mediadora capaz de estabelecer uma unidade das contradições. No trabalho, e por meio dele, o homem se une a natureza transformando-a, ao mesmo tempo em que se transforma. O homem alcança por meio do trabalho a objetivação e o objeto é humanizado. Tendo por base o trabalho, no trabalho e por meio do trabalho o criou a si mesmo, como ser pensante distinto de todos os outros animais, o único capaz de criar a realidade, procurando destacar-se de suas criações, buscando compreender o seu significado com o intuito de descobrir seu lugar no universo (KOSIK,2011).

O trabalho como atividade criadora e objetiva do homem na qual se cria a realidade humano-social consiste em um trabalho no sentido filosófico, diferente do trabalho baseado somente na produção específica de riqueza, trabalho abstrato-concreto, trabalho determinado, trabalho como categoria econômica, produtor de riqueza da sociedade capitalista (KOSIK, 2011).

Para Marx e Engels (2015, p. 21) a história escrita “Até hoje de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história de luta de classes”. Sendo assim, pode-se dizer que no atual modo de produção capitalista a divisão da sociedade em duas classes (burguesia e proletariado) é condição essencial para a reprodução da exploração do trabalho e da extração da mais-valia resultante na desigualdade social.

Contraditoriamente, a concentração de riquezas nas mãos de uns poucos, provenientes da exploração do trabalho assalariado, formação e ampliação do capital, produz as condições materiais para sua ruína. Para Marx e Engels (2015, p. 31), “a burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória

do proletariado são igualmente inevitáveis”. O desenvolvimento dos instrumentos de produção, bem como a concentração de massas operárias, entre outros fatores favorece a união dos trabalhadores na defesa de seus salários e ainda na luta pela sua emancipação por meio da organização.

Conforme Marx e Engels (2015, p.38), a classe burguesa utiliza ainda do poder político como poder organizado para garantir seus interesses em detrimento da opressão da classe operária. No entanto, se o proletariado em sua luta contra a burguesia, se constitui forçosamente em classe, e ao constituir-se como classe revolucionária, destrói violentamente o sistema capitalista de produção, juntamente com suas relações de produção e todo o antagonismo entre as classes, destruindo assim sua própria dominação.

A categoria luta de classes, acima descrita, auxiliou no entendimento e na análise das lutas presentes nas relações sociais que envolvem o universo sindical dos trabalhadores em educação do Estado de Rondônia. Tendo descrito o método de análise e de investigação, apresentaremos a forma como está organizado o texto. A dissertação está exposta sob a forma de três seções, além da introdução e das considerações finais, anexos e apêndices.

Na segunda seção denominada “O trabalho e suas configurações diante do modo de produção capitalista”, fizemos uma análise do trabalho como princípio educativo em Marx, tratamos das transformações no mundo do trabalho na atualidade, as quais envolvem o processo de flexibilização, precariedade, retirada de direitos dos trabalhadores e finalizamos, em articulação com a análise do mundo do trabalho, com um breve histórico do sindicalismo no Brasil e suas influências no sindicalismo docente.

A terceira seção intitulada “O Sindicato dos trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia e a Luta de Classes” apresenta o estudo sobre a história, composição e a instituição do SINTERO, trazendo as contribuições dos fundadores, as principais propostas de luta presentes nas ações do SINTERO, bem como dos principais problemas da educação brasileira e a atuação sindical para sua superação.

Na seção quarta, nomeada de “O papel do sindicato no processo de luta de classes no contexto de crise do modo de produção capitalista”, analisamos as relações do SINTERO com o Estado e com seus filiados, além de estabelecer uma compreensão do processo de corporativismo sindical presente nas relações do

SINTERO e suas articulações aos interesses do capital. No último tópico, com as considerações finais, discutimos outra proposta de sindicalismo, capaz de promover um sindicato combativo e comprometido com a luta de classe e com a transformação da sociedade brasileira.

2. O TRABALHO E SUAS CONFIGURAÇÕES DIANTE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

2.1 - O Trabalho e a Educação em Marx

De acordo com Marx e Engels (2015, p. 7 e 8) a concepção materialista da história pressupõe em primeiro lugar a produção e reprodução imediata da vida. Isso implica dizer que é fator primordial as condições materiais de existência da vida humana: produtos alimentícios, roupa, habitação, instrumentos necessários a tal produção, além da própria reprodução da espécie humana. Entretanto, a forma como está exposta a ordem social diz respeito ao grau de desenvolvimento das forças produtivas (MARX & ENGELS, 2015, p. 128). A forma como os homens produzem sua existência, influi diretamente em suas relações sociais.

Para tanto, a maneira como é desenvolvida as relações de produção, de distribuição e de troca de uma sociedade determinam as condições históricas desta sociedade, conforme Khlyabich (1967, p. 68):

[...] o marxismo estabeleceu que o modo de produção desempenha um papel decisivo no desenvolvimento da sociedade. O ser social, acima de tudo a produção da riqueza, determina a consciência social. O desenvolvimento da sociedade depende de causas materiais e não das ideias e desejos das pessoas.

Para alcançar tal desenvolvimento, o homem teve de passar por enorme desenvolvimento histórico. Tal grau de desenvolvimento histórico é percebido analisando a divisão do trabalho que segundo Marx e Engels (2015, p. 261 – 262):

Também o homem surge em virtude da diferenciação, e não só como indivíduo – desenvolvendo-se a partir de um simples óvulo até formar o organismo mais complexo produzido pela natureza – mas também no sentido histórico. Quando, depois de uma luta de milênios, a mão por fim se diferenciou dos pés e se chegou à atitude erecta, o homem tornou-se diferente do macaco e ficou assentada a base para o desenvolvimento do cérebro, que desde então abriu um abismo infranqueável entre o homem e o macaco.

É inegável dizer que foi graças ao aperfeiçoamento da mão que o homem imprimiu à natureza sua ação transformadora. Com a ferramenta desenvolvida pela mão, o homem impõe à natureza seu domínio. O domínio da natureza pelo homem por intermédio das mãos, porém, só foi possível a partir do trabalho. Sendo assim,

junto ao trabalho e por meio dele, o ser humano vai se distanciando a cada dia do seu ancestral. O trabalho foi essencial na diferenciação e distanciamento do homem em relação ao macaco. O trabalho e a palavra articulada foram os principais estímulos que levou o cérebro do macaco a transformar-se paulatinamente em cérebro humano.

Em consequência disso, vê-se que o desenvolvimento dos órgãos dos sentidos, proporcionado pelo trabalho, fez com que o homem adquirisse cada vez mais a consciência de seus atos separando-o definitivamente do macaco. No que tange a esses aspectos, Marx e Engels (2015, p. 272-273) apontam que:

O desenvolvimento do cérebro e dos sentidos a seu serviço, a crescente clareza de consciência, a capacidade de abstração e de discernimento cada vez maiores, reagiram por sua vez sobre o trabalho e a palavra, estimulando mais o seu desenvolvimento. Quando o homem se separa definitivamente do macaco esse desenvolvimento não cessa de modo algum, mas continua, em grau diverso e em diferentes sentidos entre os diferentes povos e as diferentes épocas [...].

Tem-se então, após vários progressos e intempéries o ingresso do homem na história. É também por intermédio do trabalho que irá surgir a sociedade, ou seja, o desenvolvimento das atividades laborais em conjunto viria contribuir para agrupar os indivíduos em sociedade.

Tendo o homem alcançado o domínio da natureza, por meio do trabalho, bem como a domesticação de animais e aprendido a cultivar alimentos, começa a fixar residência. Ele agora não mais depende exclusivamente das condições naturais para sobreviver.

A fixação de moradia juntamente com o domínio da natureza eleva a produção. Portanto, a partir da produção de excedentes, tem-se a divisão do trabalho, o que antes era baseada na cooperação e naturalmente pela divisão de sexo, agora se apresenta de maneira diversa, pois, “pela divisão do trabalho, torna-se possível, ou melhor, acontece efetivamente que a intelectual e a atividade material – o gozo e o trabalho, a produção e o consumo- acabam sendo destinados a indivíduos diferentes [...] (MARX & ENGELS, 2002, p. 27).

Assim, a partir da divisão do trabalho se origina todas as outras formas de antagonismo a começar pela opressão do homem sobre a mulher e filhos. Segundo Marx e Engels (2015, p. 55):

[...] o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual o progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros.

Foi possível então, graças à divisão do trabalho, o surgimento do Estado como instrumento de dominação de uma classe sobre outra. Tem-se esse domínio proporcionado pela divisão do trabalho, que fixou a atividade exclusiva e determinada, devendo assim permanecer se este não quiser perder seus meios de sobrevivência. Esta cisão entre o interesse particular e o interesse coletivo, contraditoriamente leva o interesse coletivo a tomar ilusoriamente a forma representativa de Estado.

Há ainda a divisão entre trabalho material e trabalho intelectual, divisão entre cidade e campo, o que para Marx e Engels (2002, p. 55) é a maior divisão do trabalho. A oposição entre campo e cidade traz consigo a propriedade privada ao qual tem como sustentação o trabalho e a troca. Está dado um enorme passo para a existência de duas forças antagônicas: a burguesia, com o Estado para garantir-lhe seus interesses, e o proletariado, cujo único meio de sobrevivência consiste na venda de sua força de trabalho, quando este tem a sorte de encontrar um comprador. A este respeito Lênin (1980, p. 226) afirma:

O Estado é o produto e manifestação do *caráter inconciliável* das contradições de classe. O Estado surge precisamente onde, quando e na medida em que as contradições de classe objectivamente *não podem* ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis.

Seria impossível conciliar o interesse do Estado e da classe trabalhadora, pois este é o instrumento do qual a burguesia utiliza para impor e manter seus interesses, consolidando a divisão entre burguesia e proletariado. É por meio do Estado, com seus aparelhos de repressão que a burguesia mantém o domínio da classe trabalhadora. Percebe-se, então, que sem o aparato estatal, tornar-se-ia difícil a dominação da burguesia sobre o proletariado. Como bem afirma Marx e Engels (2002, p. 74):

Com a emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular ao lado da sociedade civil e fora dela; mas este Estado não é outra coisa senão a forma de organização que os burgueses dão a si mesmos por necessidade, para garantir reciprocamente sua propriedade e os seus interesses, tanto externa quanto internamente.

Entretanto, a necessidade de acumulação da qual nasce a propriedade privada só é possível por meio da divisão do trabalho e também da divisão das condições de trabalho entendida como instrumentos e materiais, o que contribui para o fracionamento entre capital e trabalho. Marx e Engels (2002, p. 81) salientam que “Quanto mais a divisão do trabalho se aperfeiçoa, a acumulação aumenta e mais esse fracionamento se acentua também de maneira marcante. O próprio trabalho só pode subsistir sob condição desse fracionamento”.

Contudo, nem sempre foi assim, pois por meio do trabalho o homem produziu e produz sua existência bem como as demais relações humanas, proporcionando, assim, sua inserção no mundo da cultura. A partir da contradição entre trabalho e capital, estabelecendo as condições para a implantação do modo de produção capitalista, o trabalho perdeu seu caráter humanizador, transformando-se em mero instrumento de extração de mais valia, isto é, trabalho não pago ou trabalho excedente. Ao converter-se em trabalho fetichizado, trabalho alienado, ou somente um meio de subsistência e/ou trabalho assalariado, o trabalhador perde seu controle sobre o que produziu, o que o transforma em uma mercadoria cujo único meio de sobrevivência é a venda de sua força de trabalho. Neste sentido, para Marx (2006, p. 111):

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si mesmo e ao trabalhador na proporção com que produz bens.

Observa-se que é o trabalho que produz a riqueza material, ao mesmo tempo em que empobrece o trabalhador, ou seja, a riqueza produzida não é usufruída por quem a produziu, o que proporciona, além da degradação, a alienação do próprio trabalhador.

É importante ressaltar ainda, que o processo de divisão do trabalho juntamente com o desenvolvimento na maquinaria incorpora os conhecimentos que

antes pertenciam ao trabalhador, sendo que para Marx e Engels (1992, p. 3) “[...] a ciência e os conhecimentos passam a ser propriedade do capital, e o trabalhador se encontra enfrentando-os”. Os autores acima salientam ainda “[...] o capitalismo exigiu uma crescente capacidade intelectual de todos os indivíduos, estendendo o sistema escolar, institucionalizando e aprofundando-o” (MARX e ENGELS, 1992, p. 4).

Para Marx e Engels (2015), o desenvolvimento cultural era necessário e fundamental para a consolidação e posterior desenvolvimento das forças produtivas. Implica dizer também que o desenvolvimento de tais forças produtivas, por meio do modo de produção capitalista, oferece as condições de sua própria superação a partir do momento em que acentua as contradições entre trabalho assalariado e capital que segundo Marx e Engels (2015, p. 31):

O progresso da indústria, de que a burguesia é agente passivo e inconsciente, substitui o isolamento dos operários, resultante de sua competição, por sua união revolucionária mediante a associação. Assim, o desenvolvimento da grande indústria socava o terreno em que a burguesia assentou o seu regime de produção e de apropriação dos produtos. A burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis.

Nessas condições, os trabalhadores assumiriam o controle da produção e desapareceria a divisão do trabalho, que traz consigo todas as outras contradições. O trabalho deixaria de ser um sacrifício, uma mercadoria que é vendida a um terceiro como um meio de sobrevivência. Desta feita, percebe-se que o modo de produção capitalista promove um intenso processo de valorização do capital, ao passo que os trabalhadores quanto mais produzem riqueza à burguesia, mais pobres se tornam. Além disso, perdem suas capacidades criadoras por meio da alienação e degradação. Marx e Engels (1992, p. 21-22) afirmam que:

As forças intelectuais de produção só se desenvolvem num sentido, por ficarem inibidas em relação a tudo que não se enquadre em sua unilateralidade. O que perdem os trabalhadores parciais, concentra-se no capital que se confronta com eles [...]. Esse processo, desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, reduzindo-o a uma fração de si mesmo, e completa-se na indústria moderna, que faz da ciência uma força produtiva independente de trabalho, recrutando-o para servir ao capital.

Esse processo de degradação do trabalhador incorpora o conhecimento produzido pelo mesmo ao capital ao passo que o trabalhador perde o controle de

sua produção intelectual e material, além disso esse conhecimento se volta contra o mesmo. A divisão do trabalho não faz outra coisa senão embrutecer e imbecilizar esses trabalhadores. Para Adam Smith (1996, p. 244) “o avanço da divisão do trabalho, da maior parte daqueles que vivem do trabalho, isto é, da maioria da população, acaba restringindo-se a algumas operações extremamente simples, muitas vezes uma ou duas”. O que o torna tão estúpido e ignorante quanto se pode tornar uma criatura humana. De acordo com o autor tal realidade é a que estão submetidos os trabalhadores em toda sociedade evoluída e civilizada, a menos que o governo faça alguma coisa para reverter tal situação. No entendimento de Smith (1996, p. 247):

[...] se ensinassem os rudimentos da geometria e da mecânica, a educação literária dessa classe popular talvez fosse a mais completa possível. É raro não encontrar uma atividade comum que não ofereça algumas oportunidades para se aplicar nela os princípios da geometria e da mecânica e que, portanto, não exercitem e aprimorem as pessoas comuns nesses princípios que constituem a propedêutica necessária para as ciências mais elevadas e mais úteis.

Diferentemente da proposta de Adam Smith, Marx e Engels via o trabalho como atividade intelectual e criadora, não o trabalho parcial, mas sim, aquele que propicia ao trabalhador o emprego de suas faculdades intelectuais e que seja visto como trabalho geral, trabalho produtivo, revestido de um caráter científico, deixando de ser apenas esforço do homem, um adestramento. Para que isso seja possível, Marx e Engels sugerem que se combine este trabalho produtivo com a educação. Os autores supracitados entendiam a educação em três aspectos:

- a. Educação intelectual.
- b. Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares.
- c. Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais (Marx e Engels, 1992, p.60).

No entanto, na visão de Marx e Engels (1992, p. 81) “[...] o burguês entende por educação moral a memorização dos princípios burgueses, e que no fim das contas a burguesia não tem os meios, nem vontade, de oferecer ao povo uma

verdadeira educação”. De acordo com a concepção marxista, uma educação que contemple o trabalho produtivo somente será possível por meio de uma outra organização de sociedade, uma sociedade organizada a partir do modo de produção comunista, assim deixariam de existir as contradições, toda a população teria acesso ao conhecimento historicamente produzido e a todos bens materiais, modificando suas condições sociais de existência, além disso, a educação não mais sofreria as influências por parte da igreja e do Estado.

2.2 - As crises do modo de produção capitalista e suas influências no mundo do trabalho

O modo de produção capitalista encontra-se constantemente em ciclos de crise. O exemplo que se pode mencionar é o Crash de 1929, cujos motivos estão relacionados à supervalorização inerente ao binômio fordista/taylorista, além de outros fatores entre os quais se destacam a especulação no mercado financeiro na bolsa de valores dos Estados Unidos, o que proporcionou pânico em investidores e acionistas, gerando uma crise econômica sem precedentes.

Segundo Castelo (2013, p. 172), “diante dessas constantes crises econômicas, umas passageiras e superficiais, outras profundas e prolongadas, as classes dominantes arquitetam medidas preventivas, tendo como objetivo a retomada da supremacia político-cultural e da elevação das taxas de lucros”. As consequências de tais crises são devastadoras, principalmente para a classe trabalhadora, que sofre as consequências, seja por meio do desemprego, rebaixamento dos salários, carestia no preço das mercadorias, entre outros. Neste caso, para Castelo (2013, p. 197):

[...] nas crises mais violentas, como a de 1929 (e de toda a década de 1930), vê-se aquilo que a burguesia tenta impedir: a desvalorização de ativos – dentre eles, o rebaixamento do custo da força de trabalho – e a destruição de excedentes. Quando se alcança esse nível, as consequências são danosas: no plano econômico, falências, colapsos financeiros, desemprego; no social, aumento das desigualdades sociais, miséria e fome [...].

Além das mazelas causadas pelas constantes crises, o modo de produção capitalista em si, já consiste em uma contradição, pois traz para o proletariado,

inúmeros prejuízos desde a alienação, superexploração da força de trabalho e a própria degradação de suas vidas que no entender de Castelo (2013, p. 154-155):

O aumento da exploração por meio da introdução dos métodos fordistas de produção – que padronizaram movimentos e pensamentos, intensificaram a jornada de trabalho, aperfeiçoaram os princípios científicos da administração taylorista e aumentaram a hierarquia entre os escritórios de planejamento e direção e chão de fábrica [...]

Para concretizar esse padrão, pode-se dizer ainda que, o modelo fordista/taylorista necessitou de enorme contingente de operários, submetidos a exaustivas jornadas de trabalho, além de lhes proporcionar a perda da subjetividade por meio do processo repetitivo de tarefas e a perda suas capacidades intelectuais criadoras. De acordo com Sanson (2014, p. 28):

Em síntese, a sociedade industrial, taylorista-fordista, mobilizou massas enormes de trabalhadores e os empurrou para uma divisão técnica do trabalho que lhes reservava tarefas simples e repetitivas. O operário fordista é duplamente massificado: pela reincidência diuturna a que é submetido, num processo produtivo estandardizado, e pela negação de suas características pessoais, subjetivas.

A subjugação e intensa expropriação do operário aliada à destituição de qualquer participação na organização do processo produtivo possibilitaram o surgimento de um novo tipo de proletariado que, por intermédio da sociabilidade industrial, constrói uma nova consciência e identidade de classe.

Com o avanço da revolução proletária em todo o mundo a partir de 1917, o Estado capitalista cria formas paliativas de conciliação entre as classes oferecendo algumas poucas migalhas de direitos trabalhistas a fim de conter a organização do movimento operário e, conseqüentemente, o avanço do socialismo. Surge o Estado de Bem-estar Social. Para Sanson (2014, p.25) “é a partir do embate entre as classes representadas, por um lado pelo trabalho e, por outro, pelo capital, que se chega à fundação do Estado do Bem-estar Social”¹ que segundo Frigotto (2010, p. 75):

¹ O Estado de Bem-Estar Social, surge como um meio de superação da crise capitalista de 1929, ganhando força após a Segunda Guerra Mundial, além de ser uma resposta a crescente organização da classe trabalhadora. Baseado nas teses de John Maynard Keynes, o Welfare State ou Estado de Bem-Estar Social postula a intervenção do Estado na economia, financiando o capital privado com recursos do fundo público, com isso buscar aumentar a reprodução da força de trabalho, com políticas que visam a estabilidade do emprego, políticas de rendas com ganhos de produtividade, e ainda ações assistencialista que incluem: seguro desemprego, previdência social, direito à educação,

A segunda fase do sistema fordista entra justamente no contexto das teses keynesianas que postulam a intervenção do Estado na economia como forma de evitar o colapso total do sistema. No plano supra-estrutural desenvolve-se a ideia de Estado-Nação (totalitário ou democrático) e, após a Segunda Guerra Mundial, ganha força a ideia de Estado de Bem-Estar Social.

A proposta idealizada pela economia burguesa de intervenção do Estado na economia com o intuito de manter o processo de acumulação de capital da classe dominante e superar os processos constantes de crise do modo de produção capitalista no entender de Frigotto (2010, p. 75) pressupõe que:

Este pacto envolve o financiamento, pelo fundo público, do capital privado e, ao mesmo tempo, de forma crescente, da reprodução da força de trabalho, aumentando de forma generalizada a assistência da população não por caridade, mas como direito, mediante as políticas sociais de saúde, educação, emprego etc.

Ao disponibilizar por meio das políticas assistencialistas, uma fonte de renda à classe pobre, o Estado, além de minimizar as tensões geradas em decorrência da divisão de classes, estaria estimulando ainda o consumismo ao distribuir “bolsas” pelos famigerados programas. Tais bolsas tranquilizariam a classe oprimida, diminuindo os conflitos gerados pela exploração capitalista, tornar-se-iam um paliativo, acalmando as massas.

Percebe-se que a forma de acumulação fordista/taylorista começa a apresentar sinais de esgotamento diante das pressões dos trabalhadores nos anos 1960. Trata-se de um período marcado também pela ascensão paulatina de novas formas de organização no interior das fábricas alicerçadas na microeletrônica, robótica e informática.

Pode-se afirmar, ainda, que as novas formas de organização, denominadas genericamente como modelo toyotista, constituíram-se em uma resposta do capital ao avanço das lutas operárias. Todavia, como já foi exposto por Marx e Engels (2015, p. 31), o capitalismo produzirá os meios de sua própria superação por intermédio do avanço das forças produtivas e da luta e da organização da classe trabalhadora.

Na análise de Antunes (2009, p. 33) a crise do fordismo e do keynesianismo representa uma crise estrutural do capital, ou seja, as crises estruturais são

segurança, etc. Os investimentos por meio das políticas assistencialistas, constituem uma forma de incentivo ao consumo de massa.

características do próprio modo de produção capitalista, embora o capital busque novas fórmulas de superá-la. Enquanto existir o modo de produção capitalista tais crises estarão presentes:

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi a expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso *processo de reestruturação da produção do trabalho* [...].

Contraditoriamente a essas ideias de Estado do Bem-Estar Social, propostas por John Maynard Keynes, na tentativa de socorrer o Capital e superar sua crise estrutural, o Estado neoliberal² propõe uma outra alternativa para superação da crise, é o que mostra Frigotto (2010, p. 85):

[...] a tese neoliberal (que não é unívoca) postula a retirada do Estado da economia – ideia do Estado mínimo; a restrição dos ganhos de produtividade e garantias de emprego e estabilidade de emprego; a volta das leis de mercado sem restrições; o aumento das taxas de juros para aumentar a poupança e arrefecer o consumo; a diminuição dos impostos sobre o capital e diminuição dos gastos e receitas públicas e, conseqüentemente, dos investimentos em políticas sociais.

Tal modelo de política postula que não deve ter interferência do Estado na economia, o que garante uma maior rentabilidade e reprodução do capital, isentando-o de impostos, pois, além de preservar os interesses capitalista, “o Estado liberal escamoteia sua verdadeira função na definição das relações sociais de produção sobre as quais está edificado, e salvaguarda os interesses do sistema capitalista como um todo” (FRIGOTTO, 2010, p.121).

É possível mencionar ainda que o processo de reestruturação do capital iniciado devido sua crise estrutural, trouxe para o mundo do trabalho inúmeras transformações desde a heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho e conseqüente perda dos direitos conquistados pelos trabalhadores, além de mudanças na organização do processo produtivo, ou seja, o processo

² O Neoliberalismo surgiu como oposição ao Estado de Bem-Estar Social, tendo por base o Livro Caminho da Servidão de Friedrich Hayek de 1945, consiste em uma doutrina que propõe a não obrigatoriedade do Estado de investir em políticas públicas, além da não interferência do Estado na economia. A tese neoliberal é totalmente contra a intervenção do Estado no mercado, suas principais propostas são: privatização das empresas estatais, abertura da economia, desregulamentação da economia, cujo objetivo seria aumentar o fluxo de capital e de mercadoria, reduzindo o controle do Estado sobre esse fluxo.

fordista/taylorista dá lugar ao novo modelo toyotista, ou às vezes mesclam-se ambos tendo ainda a acumulação flexível, juntamente com incremento de novas tecnologias no processo produtivo, além de novas formas de gestão organizacional.

Na visão de Antunes (2009, p. 50) os novos modelos de gestão organizacional vieram:

Opondo-se ao contrapoder que emergia das lutas sociais, o capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. Fez isso, por exemplo, no plano ideológico, por meio do culto de subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social.

Como é percebida, essa nova forma de organização do processo produtivo que engloba elementos do toyotismo mesclado com o fordismo/taylorismo ou somente o toyotismo faz com que diminua o operariado, isto é, há uma desproletarização, tem-se a diminuição do trabalho estável, e conseqüentemente, um aumento da terceirização dos postos de trabalho. Somam-se também o trabalho temporário e ainda em tempo parcial, acompanhado da retirada dos direitos por meio da flexibilidade dos contratos de trabalho, entre outros. Como exemplo da flexibilização das leis trabalhistas e perda de direitos, Rossi e Gerab (2009, p. 75) afirma:

Na definição de tempo de trabalho – com a liberação dos trabalhos aos domingos (MP 1878-64/99), com a introdução do contrato de trabalho por tempo determinado; com a possibilidade de se negociar um “banco de horas” (trabalhar só quando houver necessidade); com o aumento das possibilidades de demissão sem justa causa; com o surgimento de “coopergatos” (falsas cooperativas, que permitem a contratação de grupos de trabalhadores, sem as obrigações trabalhistas); com a contratação de trabalho em tempo parcial, sem que os sindicatos participem da regulamentação dessa modalidade de contrato; com os contratos de trabalho precário, a título de “trabalho temporário”; com os contratos de aprendizagem e de estágio.

Junto a flexibilização dos contratos de trabalho, o que acarreta a retirada de direitos dos trabalhadores, tem-se ainda como característica do toyotismo a flexibilização da organização do trabalho por meio da horizontalização da produção. Como explica Antunes (2003, p. 35):

Essa *horizontalização* acarreta também, no toyotismo, a expansão desses métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores. Desse modo, *kanban*, *just in time*, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, eliminação do desperdício, “gerência participativa”, sindicalismo de empresa, entre tantos outros elementos, propagam-se intensamente.

Essas novas formas de organizar o processo de trabalho, oriundas da horizontalização da produção proporciona uma maior exploração do trabalhador por meio da intensificação do trabalho, garantindo maior extração de mais-valia, além de trazer o atrelamento das organizações sindicais às empresas. Uma das formas é o sindicato-empresa que atua cada vez mais sob a forma de sindicato negociador resultando na sua perda de identidade de classe. Para Pinto (2013, p.70), o processo de automação, polivalência e o sistema de trabalho organizado em células, levam à flexibilização dos postos de trabalho, funcionando com um número fixo de trabalhadores, que dependendo da demanda do mercado, pode-se exigir jornadas flexíveis, além do aumento de horas extras que segundo Gounet (1991, p. 41):

[...] quer pelo fato de que os operários atuam simultaneamente com várias máquinas diversificadas, quer através do sistema de luzes (verde = funcionamento normal; laranja = intensidade máxima, e vermelha = há problemas, deve-se reter a produção) que possibilitam ao capital intensificar – sem estrangular – o ritmo produtivo do trabalho. As luzes devem alternar sempre entre o verde e o laranja, de modo a atingir um ritmo intenso de trabalho e produção.

Diferentemente do que acontece no fordismo/taylorismo, no toyotismo a base do seu processo produtivo está pautada em uma nova forma de gestão da força de trabalho. Neste caso, “fazia-se necessário um aumento simultâneo, tanto da produtividade - nos limites de uma produção que não se baseasse na grande escala -, quanto da capacidade de se produzir pequenas quantidades de diversos modelos de produtos” (PINTO, 2013, p. 62). O modelo toyotista utiliza-se de um número reduzido de trabalhadores, para suprir a demanda mercado, intensifica a exploração do trabalhador por meio das novas formas de organização do trabalho. Na análise de Antunes (2003, p. 36):

O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através das horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado. O ponto de partida básico é um número reduzido de trabalhadores e a realização de horas extras.

As metamorfoses no mundo do trabalho inerente ao modo de produção capitalista, com suas estratégias para superar as crises, trouxeram para os trabalhadores inúmeras consequências desde a superexploração, desemprego estrutural, além de atingir as organizações sindicais, seja por meio da cooptação de seus dirigentes ou pelo corporativismo, somam-se ainda o crescente processo de burocratização e institucionalização dos sindicatos.

Os organismos sindicais vistos por Marx como meio de organização da classe proletária rumo a tomada dos meios de produção e, conseqüentemente, a implantação do modo de produção socialista, aliam-se ao capital, assegurando a manutenção do sistema de exploração.

O trabalho, compreendido por Marx e Engels (1992) como meio de humanização do homem, com o advento do modo de produção capitalista, transforma-se no principal meio de extração de mais-valia, perdendo seu caráter humanizador. No momento atual, de constantes transformações na forma de gerenciamento da força de trabalho, seja pela reestruturação produtiva, pela implantação do modelo toyotista, ou mesclando o modelo fordista/toyotista e/ou ainda na forma de acumulação flexível, torna-se uma atividade mais degradante, cuja única finalidade é gerar riqueza para os donos dos meios de produção. Para o proletariado, cujo único meio de sobrevivência é a venda de seu corpo, convertido em força de trabalho, não lhes restam alternativa a não ser a união de todos, a fim de superar a exploração capitalista.

2.3 - O Sindicalismo no Brasil e seus reflexos no Sindicalismo Docente

O estudo da história do sindicalismo no Brasil requer uma análise da origem do processo da industrialização, pois, “desde a segunda metade do século 19, tínhamos ao menos nas principais cidades, algumas fábricas, diversas oficinas, além de muitos estabelecimentos comerciais de serviços, cujos empregados recebiam salários” (MATTOS, 2009, p.33). Juntamente com a industrialização entram no país levas de trabalhadores imigrantes, principalmente europeus, para suprir a escassez de mão de obra, tendo em vista que, além da pouca experiência no ramo da indústria, o contingente de mão de obra brasileira não era suficiente para preencher a escassez de operários que de acordo com Rossi e Gerab (2009, p. 24):

Esse problema foi resolvido com um amplo programa de imigração envolvendo camponeses e operários europeus, principalmente italianos e espanhóis, mas também alemães, eslavos, etc., que enfrentavam crise de desemprego em seus países de origem, imigração que já vinha atendendo ao mesmo problema existente no campo.

Além de contribuir na prestação de serviços, os imigrantes ajudaram a aumentar o índice populacional. Conforme Mattos (2009, p.39), “em São Paulo, cerca de 55% da população era composta por estrangeiros na década de 1890 e, entre a população ocupada, os estrangeiros chegavam a somar 68%”. Os imigrantes também contribuíram com o processo de organização sindical, visto que, tinham experiências de luta muito mais avançadas que os trabalhadores brasileiros. Tais experiências fundamentavam-se em ideias socialistas e anarquistas. Embora os movimentos de resistência tivessem como base o socialismo e o anarquismo³, suas formas de luta contaram ainda com outras propostas de intervenção na realidade. Conforme afirma Mattos (2003, p.8):

[...], estava à disposição dos trabalhadores brasileiros uma série de análises críticas da sociedade de classes e de propostas políticas de intervenção na realidade. Socialismo, anarquismo, cooperativismo, cristianismo social, mais adiante comunismo, entre outras propostas de transformação social ou colaboração de classes já haviam sido formuladas em outros espaços nacionais e os trabalhadores brasileiros delas lançaram mão, adaptando-as à sua realidade.

Observa-se que junto ao processo de industrialização surgiram as formas de enfrentamento e de resistência do operariado frente à ofensiva da exploração do capital. Os grupos com inspiração socialista da época depositavam suas esperanças na criação dos partidos operários: “Partidos operários foram criados ao longo de toda a República Velha, mas todos tiveram vida curta” (MATTOS, 2009, p. 46). O objetivo desses partidos organizados por grupos socialistas era uma maior

³ Anarquismo: Doutrina e movimento que rejeitam o princípio da autoridade política e sustentam que a ordem social é possível sem essa autoridade. O principal vetor negativo do anarquismo dirige-se contra os elementos essenciais que constituem o ESTADO moderno: sua territorialidade e a consequente noção de fronteiras; sua soberania, que implica jurisdição exclusiva sobre todas as pessoas e propriedades dentro de suas fronteiras; seu monopólio dos principais meios de coerção física, com o qual busca manter essa soberania tanto interna como externamente; seu sistema de direito positivo que pretende sobrepor-se a todas as outras leis e costumes, e a ideia de que a nação é a comunidade política mais importante. O vetor positivo do anarquismo volta-se para a defesa da “sociedade natural”, isto é, de uma sociedade autorregulada de indivíduos e de grupos livremente formados (BOTTOMORE, 1988, p. 11).

participação político-eleitoral dos operários com o intuito de promover reformas eleitorais que os beneficiassem.

O período contou ainda com as associações de auxílio mútuo. “Em 1887, somente no Rio de Janeiro, haviam 115 associações com fins assistencialistas, das quais 48 tinham cunho profissional” (MATTOS, 2009, p.47). Estiveram presentes também nas primeiras organizações sindicais, lideranças de perfil anarquista. Os anarquistas almejavam uma ação mais direta, para isso, faziam uso de greves na esperança de construir uma sociedade sem classes e sem o poder do Estado. “Nas duas primeiras décadas do século 20, os anarcossindicalistas assumiram a hegemonia dos setores mais combativos do incipiente movimento operário brasileiro” (KONDER, 2003, p.37).

No período de 1906, organizou-se o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, entre os participantes, a maioria era anarquista. Denominados sindicalistas revolucionários, tinham como meio de mudança da realidade social, a revolução. Os instrumentos que utilizavam para a mobilização dos operários, era a intensificação da propaganda em jornais e palestras. Os anarquistas atribuíam, além da emancipação social da classe proletária, sua libertação moral dos vícios e das ideologias burguesas, expressos em jogos de azar, no alcoolismo e nos festejos mundanos, como o carnaval.

A década de 1920 foi marcada pela repressão do Estado que, por meio da Inspetoria de Investigação e Segurança Pública, impôs uma onda de repressão, prendendo e exilando lideranças, fechando entidades sindicais, além de investir em propaganda anti-sindicato. O ano de 1920 foi marcado pelo declínio do anarquismo. No ano de 1922 foi fundado o Partido Comunista do Brasil (PCB) por ex-militantes anarquistas aumentando a concorrência sindical. Astrojildo Pereira antigo militante anarquista tornou-se o principal formulador das propostas do partido. No mesmo tempo, o Estado criou a 4ª Delegacia Auxiliar, com a seção de Ordem Política e Social, especializada em vigilância e repressão, a chamada “polícia política” (MATTOS, 2009, p. 49-50).

Ao final da década de 1920, o PCB atinge seu auge e, mesmo estando na ilegalidade, consegue alcançar seu objetivo, a hegemonia sindical. Por meio do Bloco Operário e Camponês (BOC), o PCB lança em 1928, suas primeiras incursões na política eleitoral, apresentando candidatos ao legislativo, com proposta de combate ao latifúndio e ao imperialismo. No ano seguinte os comunistas

concretizam seu desejo, fundando uma central sindical, ancorada nas ideias comunistas, a Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGTB) (MATTOS, 2009, p.51).

Entretanto, somente a partir de 1930, com o governo de Getúlio Vargas é que há o reconhecimento perante a legislação brasileira do direito dos operários a se organizarem. Essas organizações tiveram como base os ditames do Estado. De acordo com Erickson (1979, p. 30) “O regime Vargas colocou a classe operária na fórmula política nacional, sob a tutela e domínio do Estado, e determinou as linhas principais do padrão atual de relações de trabalho e participação dos trabalhadores no processo político nacional”.

No entender de Mattos (2003, p. 12) o período correspondente à primeira fase da Era Vargas, cujo tempo vai de 1930 a 1934, teve como principal ação a criação por parte do Estado do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). A criação do MTIC pelo Estado com a ajuda das classes dominantes demonstra claramente a tentativa de conter a luta da classe operária diante da ofensiva do poder do capital, como explicita Antunes (1985, p. 58-59):

Fruto de uma cisão nas classes dominantes, o Estado varguista procurou, numa primeira fase, controlar o movimento operário e sindical trazendo-o para dentro do aparelho do Estado. Uma de suas primeiras medidas foi a criação do Ministério do Trabalho, em 1930, com o nítido objetivo de elaborar uma política sindical visando conter a classe operária dentro dos limites do Estado e formular uma política de conciliação entre o capital e o trabalho.

O principal objetivo do MTIC era a contenção da classe operária e do movimento sindical combativo, além de difundir o modelo de sindicato oficial, ou seja, difusão daqueles sindicatos que serviriam de interlocutores entre trabalhadores e governo, funcionando como órgãos públicos do Estado. Porém, uma parcela da classe operária não aderiu à proposta de oficialização sindical, resistindo à chamada “Lei de Sindicalização”, o Decreto nº 19.770, que segundo Antunes (1985, p. 59):

[...] estabelecia o controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os recursos dos sindicatos, proibindo a sua utilização pelos operários durante as greves, e definia o sindicato como órgão de colaboração e cooperação com o Estado. [...] proibia o desenvolvimento de atividades políticas e ideológicas dentro dos sindicatos, vetava sua filiação a organizações sindicais internacionais, negava o direito de sindicalização aos funcionários públicos e limitava a participação de operários estrangeiros nos sindicatos.

Houve repressão, coerção e manipulação ideológica, na tentativa de trazer os sindicatos para junto do Estado, mas somente 25% dos sindicatos de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul aceitaram as normas da Lei de Sindicalização (ANTUNES, 1985, p.60). Apesar da tentativa de coerção e manipulação das lideranças mais combativas, durante a Era Vargas, a classe trabalhadora obteve significativas conquistas, fruto de muita resistência e movimentos grevistas. O proletariado conquistou nesse período: lei de férias, descanso semanal remunerado, regulamentação do trabalho da mulher e do menor, jornada de oito horas, etc. Essas conquistas foram o resultado de intensos movimentos grevistas, ao contrário do que divulga a história oficial.

Com a crescente mobilização das massas operárias ligadas aos comunistas, “em março de 1935 foi fundada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente popular anti-imperialista dirigida pelo PCB, tendo Luís Carlos Prestes em suas fileiras” (ANTUNES, 1985, p.61). Como expressão desse período de agitação, tem-se a criação, em 1934, da Frente Única Sindical (FUS), cuja liderança pertencia aos comunistas que no ano posterior organizam um Congresso Sindical Nacional, dando origem a Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB). No entanto, o avanço das lutas sindicais, levou o Estado por meio de seu órgão de controle, o MTIC, a promover uma violenta e devastadora repressão ao Levante Popular de 35, que chamou de intentona Comunista, decretando uma Lei de Segurança Nacional, instalando o estado de exceção (MATTOS, 2003, p.17-18). As medidas adotadas pelo governo levaram a uma desmobilização dos sindicatos no ano de 1935 e período seguinte, momento em que ocorreu a ascensão de dirigentes identificados com as orientações do governo às direções sindicais. Conforme mostra Mattos (2009, p.73):

[...] os primeiros meses de 1935 caracterizaram-se por uma vigorosa mobilização, com grande número de movimentos grevistas. Foi preciso que, a partir de 1935, as lideranças mais combativas fossem aniquiladas pela violenta repressão, para que o conformismo dos pelegos se instalasse.

Futuramente, buscando concretizar a ideia de tornar o sindicato um órgão de cooperação e colaboração do Estado, o governo Vargas promulga outro decreto, o Decreto nº 1.402 de 1939 “[...] que instituiu o enquadramento sindical; uma categoria, para ser reconhecida enquanto tal, teria de ser aprovada pela Comissão

de Enquadramento Sindical, órgão governamental vinculado ao Ministério do Trabalho” (ANTUNES, 1985, p.62-63). Além de buscar o atrelamento dos sindicatos ao Estado, meio do aparato burocrático, Getúlio Vargas instituiu ainda, por meio do Ministério do Trabalho o imposto sindical⁴ que para Rossi e Gerab (2009, p. 37):

É esse assistencialismo que vai gerar a dominação ideológica e financeira dos sindicatos. Com muito dinheiro, os sindicatos não necessitam de muitos associados para viver. Ao contrário, quanto menor seu quadro “social”, menor seu gasto e mais dinheiro para elevar o padrão de vida de seus diretores: cria-se o pelego oficial.

Ainda na análise de Erickson (1979, p.58) “A lei trabalhista de 1939, baseada na “*Carta del Lavoro*” do Estado fascista italiano, forneceu os fundamentos para o controle governamental sobre os sindicatos”. A ditadura do Estado Novo, nos primeiros anos da década de 1940 começa a dar sinais de decadência e, com a entrada do Brasil na guerra, por meio do chamado esforço de guerra, há a suspensão dos direitos dos trabalhadores: férias, aumento da jornada de trabalho, além da mobilidade de emprego são alguns dos fatores que contribuem para intensificar a exploração da classe operária, acrescenta-se também o desabastecimento e carestia.

Há nesse momento, a intensificação do discurso político representado na pessoa de Getúlio Vargas com o intuito de mobilizar o Estado e os sindicatos oficiais submetidos ao MTIC, forjando a ideia de que Vargas era o protetor dos trabalhadores, o benevolente, e que através dos benefícios da legislação trabalhista afirmava a dignidade do trabalhador, cuja retribuição deveria ser aplicar ordeiramente, buscando o aumento da produtividade (MATTOS, 2003, p.23-24).

Apesar dos esforços do governo em tentar manter o sindicato sob a tutela do Estado, houve muita resistência por parte dos líderes sindicais principalmente àqueles ligados ao PCB, conforme aponta Mattos (2003, p. 27): “As lideranças comunistas buscaram aliados fora das fileiras do PCB para criar uma organização intersindical à revelia da legislação. Assim, em abril de 1945 nascia o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT)”.

⁴ Cada trabalhador paga, anual e compulsoriamente, o equivalente a 8 horas de salário e os sindicatos são obrigados a prestar assistência médica e social aos seus associados. (ROSSI e GERAB, 2009, p. 37)

Buscando maior autonomia sindical, os comunistas juntamente com militantes do PTB⁵, criado em 1945, após realização de um Congresso Sindical de Trabalhadores do Brasil, criam a Confederação dos Trabalhadores do Brasil – a CTB (MATTOS, 2003, p. 28). É possível mencionar, segundo Rossi e Gerab (2009, p. 40) que a partir de 1946 há uma ampliação dos movimentos grevistas. Havia, ainda, a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil – a CGTB, que tinha como base de sustentação os comunistas, pois a maior força sindical provinha do PCB (ANTUNES, 1985, p. 66-67).

Na análise de Antunes (1985, p. 67-68), o avanço significativo das classes populares nesse período amedrontava os setores reacionários da sociedade brasileira. Tem-se então a aplicação de medidas repressivas pelo governo antidemocrático de Dutra, que decreta intervenção e suspensão das eleições sindicais, além de determinar a ilegalidade do PCB, causando assim um duro golpe ao movimento sindical e ao operariado brasileiro.

Para o autor acima citado, no início dos anos de 1950, sob o governo de Getúlio Vargas, o movimento sindical atingiu grande repercussão. De acordo com Jover Telles (*Apud* Antunes, 1985, p. 68-69):

[...] a classe operária brasileira, de 1940 a 53, dobrou seu contingente e, atingiu cerca de 1 500 000 trabalhadores nas indústrias. As greves começavam a tornar-se constantes; em 1951 realizaram-se quase 200 paralisações atingindo quase 400 000 trabalhadores. No ano seguinte alastram-se, totalizando quase 300 em todo o território nacional. Em 1953, a luta da classe operária contra a fome e a carestia atingiu cerca de 800 000 operários.

No período correspondente à metade da década de 1950 e o período da Ditadura civil-militar de 1964 apresentam um aumento dos movimentos sindicais, entre esses, convém mencionar, a chamada greve dos 300 mil em São Paulo, fruto da organização dos trabalhadores nos locais de trabalho (MATTOS, 2009, p.87). Faz-se necessário lembrar que houve entre 1920 e 1960, uma elevação do número de operários, que de 275 mil saltou para aproximadamente 3 milhões. Nesse contexto, constatou-se, também um processo de desvalorização salarial, “a taxa anual de inflação que, em 1955, era de cerca de 19,1%, em 1959 atingiu 52,1%. Nos

⁵ Partido Trabalhista Brasileiro. O PTB foi o partido criado que Getúlio criou para envolver a classe operária e o conjunto do povo trabalhador em sua política populista. (ROSSI e GERAB, p. 40)

anos seguintes, apesar de uma pequena queda em 1960, a taxa continuaria a subir, atingindo 79% em 1963” (MATTOS, 2009, p. 90-91).

No entanto, o crescimento econômico não representou melhora nas condições de vida dos trabalhadores, haja vista, que em 1960, 70% da população mais pobre, detinha 20% da renda nacional, enquanto 40% pertencia a 6% da classe mais rica. Tal fato explica o aumento das greves e crescimento das mobilizações pelo sindicalismo. Conforme Mattos “na Capital Federal, (Estado da Guanabara até 1960), entre os anos de 1955 e 1964, tiveram mais de 300 greves, iniciando-se com 18 em 1955, para atingir 77 no ano de 1963” (MATTOS, 2009, p.95). Tal fato se deu devido a atmosfera de arrocho salarial vivenciada pelos trabalhadores no período da ditadura civil-militar. O que levou a criação de novas entidades, principalmente, no Estado de São Paulo. Como resultado desse crescente processo de mobilizações ocorreu no período de 1955 e 1964, a criação do Comando Geral dos Trabalhadores, o CGT. De acordo com (ANTUNES, 1985, p. 71) “O CGT foi, especialmente durante O Governo de João Goulart, a expressão mais significativa do movimento sindical brasileiro”.

Como bem explicita Antunes (1985, p. 70-71), o CGT tinha por objetivo combater o peleguismo das Confederações Nacionais, de modo especial a CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, e buscava aglutinar os sindicatos do Norte e Nordeste, cujas bases prevaleciam o peleguismo. Acrescenta-se também a presença marcante do CGT na direção das grandes manifestações dos trabalhadores operários, a exemplo, a greve da Paridade, onde 400 mil trabalhadores civis do transporte marítimo, ferroviário e portuário, paralisaram suas atividades visando a equiparação salarial aos militares. Somam-se ainda, à atividade do Comando Geral dos Trabalhadores a tentativa de criação de uma central sindical (1962), que unificasse a luta da classe trabalhadora (ANTUNES, 1995, p.27).

Muitas foram as formas de resistência e mobilização da classe trabalhadora diante da exploração no período da ditadura, a título de exemplo, tem-se entre 1967 e 1969 várias “greves de fome” na Ford de São Bernardo, greve geral em 1968, além da “greve de dor de barriga”, em 1970, em que parte da produção parou com filas de trabalhadores na enfermaria. Como instrumento de combate à ditadura civil-militar e ao peleguismo, foi criada nos anos finais de 1960, a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSMSP), que no decorrer da década de 1970, enfrentou a intransigência patronal nas fábricas e os sindicatos acomodados, buscando desde

a época um “novo sindicalismo”, colaborando para o ressurgimento em 1978, dos movimentos grevistas (MATTOS, 2009, p.113-114).

Para Mattos (2003, p. 68), a iniciativa de criar uma central sindical reuniu vários sindicatos urbanos e rurais além de federações e confederações, e por meio desses encontros intersindicais, organizou-se a Primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, a CONCLAT. Posteriormente, a também denominada (CONCLAT), Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras, criada em 1983, daria lugar mais tarde à Central Geral dos Trabalhadores, a CGT. A CGT alia-se a muitos dirigentes que antes mantinham ligação com a ditadura civil-militar e também ao sindicalismo atrelado ao governo, o que leva os militantes da esquerda comunista a abandoná-la, ingressando mais tarde à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Com o apoio do governo e do empresariado, surgiria também da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Força Sindical, central sindical identificada com a lógica capitalista e, com a proposta de “sindicalismo de resultados” (MATTOS, 2009, p.124).

Em 27 e 28 de agosto de 1983, a 2ª Conferência - II CONCLAT, funda a Central Única dos Trabalhadores – CUT, por iniciativa dos chamados autênticos (ROSSI e GERAB, 2009, p. 57). Em virtude do que foi mencionado, percebe-se que a CUT, nasceu do sindicalismo classista, além trazer ideias socialistas, juntamente com outras tendências. Antunes (1995, p. 30), aponta que a CUT:

Aglutinou-se desde o sindicalismo independente, isto é, sem militância política anterior e sem uma convicção ideológica consolidada, da qual uma vez mais a figura de Lula tipifica, à qual se somaram amplos contingentes da esquerda católica, sob influxo da Teologia da Libertação e da opção preferencial pelos pobres. Aglutinou-se, também, tendências socialistas e comunistas várias, dissidentes da esquerda tradicional ou vinculados às postulações de Leon Trotsky. Era um ideário diverso, multifacetado dentro das esquerdas, mas com um ponto básico convergente, estruturar uma central sindical de âmbito nacional capaz de constituir-se em um instrumental decisivo para a ação do trabalho em nosso país.

A Central trazia em seu primeiro Congresso Nacional da CUT (I CONCUR) realizado em agosto de 1984, na cidade de São Bernardo do Campo, como defesa em suas propostas a bandeira de luta com as seguintes reivindicações: a luta contra o desemprego, redução da jornada de trabalho, estabilidade no emprego, fim de hora extra, reforma agrária, rompimento com o FMI (Fundo Monetário Internacional), defesa do não pagamento à dívida externa, a não privatização das empresas

estatais e, ainda, reivindicações ligadas às políticas públicas de alimentação, saúde, educação, habitação, transporte, cultura e lazer, entre outras propostas de luta. O objetivo da Central era construir uma nova forma de sindicalismo, ancorada nos princípios democráticos, com liberdade e autonomia sindical, além de constituir-se em uma entidade classista e de luta, trazendo ainda a organização por ramo de atividade (SOUZA, 2002, p.142-143).

De acordo com Souza (2002, p.144-145), no II CONCURT realizado em agosto de 1986, mesmo tendo como bandeira as lutas acima elencadas, com proposta relacionadas às políticas sociais, torna-se perceptível, a preocupação com questões imediatistas, ligadas a garantia da sobrevivência, qual seja, a reprodução da força de trabalho, haja vista, o agravamento da crise do capitalismo e seus reflexos na economia brasileira. Percebe-se que, a CUT prioriza neste momento, reivindicações paliativas. Marx e Engels (2015, p.378) alerta para este erro dos sindicatos de lutarem contra os efeitos do sistema, ao invés de lutarem contra as causas, ou seja, utilizarem sua força organizada para emancipar a classe operária abolindo de vez o sistema de trabalho assalariado.

Somam-se, ainda, como mudança na maneira de atuação da CUT, a alteração no seu estatuto a partir do III CONCURT, ocorrido em setembro de 1988, em que diminui a participação das massas, priorizando a tendência majoritária Articulação Sindical, que no IV CONCURT realizado em setembro de 1991, obteve por meio de tal manobra a maioria de delegados, o que levou a impor o pensamento único de aceitação dos parâmetros da economia de mercado e da institucionalização, divergindo das outras tendências de esquerda que buscavam fazer da CUT uma central de luta revolucionária (SOUZA, 2002,p.150-151). Percebe-se, diante de tal realidade, a ausência de uma política de unificação das lutas dos trabalhadores frente a ofensiva do capital, haja vista, a limitação do plano de luta, cujo objetivo consiste em reivindicações de caráter meramente econômico.

Apesar de ter em seu quadro de formação, militantes ligados a movimentos mais progressistas, predomina o pensamento da Direção Executiva Nacional pela moderação, que no cenário da reestruturação produtiva vem aderindo às influências do capital, implantando o processo de burocratização e institucionalização. Conforme afirma Alves (2006, p. 463):

[...] a nova dinâmica do capitalismo global e a integração do Brasil no mercado mundial tenderam a impulsionar a burocratização da CUT nos moldes das centrais sindicais dos países capitalistas centrais, particularmente Europa Ocidental e Estados Unidos, e a adoção de políticas sindicais concertantes que tenderam a esvaziar o horizonte de luta de classes e de contestação anticapitalista. A perda do conteúdo e abandono da práxis socialista acompanharam *pari passu* a crise da socialdemocracia europeia (com adoção de pressupostos liberais pelos partidos socialistas e trabalhistas centrais) e do vulgo, “socialismo real”.

O processo de mundialização do capital, além de atingir o universo do trabalho, atacando e retirando direitos dos trabalhadores, atacam ainda as representações sindicais, tendo em vista, sua perda de combatividade e crescente processo de burocratização. Conforme explicita Souza (2002, p.164), “[...] a CUT chega ao final dos anos de 1990 com um significativo refluxo na sua capacidade de mobilização direta das massas optando por uma estratégia de luta eminentemente institucional, [...]”. No entendimento de Alves (2006, p. 464), “ao se burocratizar em demasia, perdeu o contato virtuoso com o movimento social mais amplo e, portanto, com o mundo do trabalho”. Além do constante aumento do processo de burocratização e institucionalização tornou-se característica da postura do sindicalismo na atualidade a submissão ao modelo de sindicato-empresa, como explica Alves (2006, p. 465):

Constrangido pela constituição exacerbada de um novo e precário mundo do trabalho, o sindicalismo submeteu-se à lógica da empresa, perdendo a perspectiva de classe. Deixou-se de lado, sob pressão do capital, os movimentos sindicais de caráter geral e adotou-se o sindicalismo por empresa.

Na Central Única dos Trabalhadores, após a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, representado pelo ex-sindicalista Luís Inácio Lula da Silva, torna-se mais latente a perda da identidade classista. Segundo Rossi e Gerab (2009, p. 96):

Evidencia-se a ausência de qualquer disposição para colocar na defesa dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores e, conseqüentemente, contra as investidas patronais de rebaixamento salarial, das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e suas famílias – incluindo aí as agressões ao meio ambiente.

Ainda na visão de Rossi e Gerab (2009, p. 96), “A participação dos sindicalistas cutistas nos fóruns e conselhos do governo Lula, assim como ocorreu nas câmaras setoriais do governo FHC, que pouco os diferenciam da Força Sindical

e outros pelegos [...]”. O fato acima exposto é confirmado por Fernanda Monteiro⁶ (2016) quando menciona que “A relação com o PT era tão direta que, por vezes, o acervo da CUT se confunde com o acervo do partido. Encontramos também convites para que o então presidente da CUT, Jair Menegelli, participasse da executiva nacional do PT”.

A partir do que foi mencionado, constata-se a conformação do corporativismo sindical diante da ação de reestruturação produtiva. A título de exemplo, Rossi e Gerab (2009, p. 97-98), confirmam essa prática de corporativismo sindical e a adesão à lógica do capital por parte da Central ao mencionar que: “Para certificar-se de que não terá problemas com a CUT, o governo nomeou ministro do Trabalho o seu presidente eleito”. Alves (2006, p. 472) ressalta ainda que:

[...] é importante constatar que, além das debilidades persistentes da estrutura (e organização) sindical, existe um problema de conteúdo político-ideológico da prática sindical. É uma crise da teleologia política do sindicalismo moderno, imerso nos constrangimentos da ordem do capital. As lideranças sindicais tendem a manter o sindicalismo no horizonte do capital e de seu sociometabolismo.

As metamorfoses do mundo do trabalho com a flexibilização, precarização, terceirização, desemprego estrutural entre outras formas de precariedade dos contratos e condições de trabalho, tem proporcionado ao sindicalismo adequação às normas da reestruturação produtiva, tornando perceptível a aliança das instituições sindicais com o capital agindo “dentro da ordem”. Antunes (2003, p. 43) diz que:

Os sindicatos operaram um intenso caminho de institucionalização e de crescente distanciamento dos movimentos autônomos de classe. Distanciam-se da ação, desenvolvida pelo sindicalismo classista e pelos movimentos sociais anticapitalistas, que visavam o controle social da produção [...].

Observa-se que são inúmeras as barreiras impostas ao sindicalismo na atualidade, cujo processo de burocratização e institucionalização tem prevalecido em suas ações, demonstrando sua fragilidade diante das imposições do capital. O corporativismo também tem sido um dos principais fatores responsáveis pela sua perda de identidade de classe na atual conjuntura, além de mostrar sua acomodação perante a retirada e usurpação dos direitos do proletariado. O momento atual exige do sindicalismo um resgate dos aprendizados revolucionários

⁶ Historiadora e professora do curso de Arquivologia da UNIRIO.

que fizeram parte de sua origem, exige ainda uma busca às práticas e ideias comunistas.

A história brasileira do sindicalismo docente acompanha a trajetória dos movimentos operários pós Revolução de 1930 tendo em vista que é a partir desse momento que se tem um crescente processo de industrialização e urbanização (ERICKSON, 1979, p. 15). Sendo assim, junto ao processo de industrialização e proletarianização é implantado o selo corporativista sobre os interesses funcionais de empregados e empregadores, num esforço de substituir a luta de classes pela cooperação entre classes (ERICKSON, 1979, p. 50-51). Isto leva a crer que, assim como o sindicalismo operariado, o sindicalismo docente padece também da perda de identidade. Sobretudo porque “os trabalhadores da educação são trabalhadores assalariados em sua totalidade, sem propriedade dos meios de produção, possuindo parcial controle do processo de trabalho e flexibilizado nas suas formas de contratação” (MIRANDA, 2005, p.46).

Em se tratando do nascimento das organizações de educadores brasileiros, tem-se relatos que em 1873 ocorreu no Rio de Janeiro a primeira reunião, por iniciativa do Governo (GADOTTI, 1996, p.14). Mais tarde, em 27 de janeiro de 1901, é fundada a primeira associação de professores públicos no Brasil, cujo nome era Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (ABPPSP), a qual tinha por objetivo “reunir professores do ensino público para proporcionar benefícios a seus membros” (CATANI, 1989; SILVA, 2004; CRUZ, 2008 *apud* RÊSES, 2015, p.55). Além da ABPPSP, outras entidades iriam surgir nas três primeiras décadas do século XX, nos estados de São Paulo e também em outros estados como Minas Gerais e Paraná (VICENTINI e LUGLI, 2011, p.175-176).

Nos anos de 1920, um grupo de educadores descontentes com os rumos da educação durante a Primeira República, passou a defender um conjunto de ideias reformistas, tendo à frente figuras como: Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Lourenço Filho e Carneiro Leão, todos unidos pelos pressupostos da Educação Nova, na versão do norte-americano John Dewey. Tais fatos levaram à fundação em 1924 da Associação Brasileira de Educação- ABE. Apesar de não ter caráter estritamente associativista, a ABE, representava no momento o pensamento dos professores. Além de contribuir para a fundação da ABE, intelectuais lançaram em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, movimento de cunho liberal que reivindicava institucionalização da escola pública, sua expansão, laicidade do

ensino, além da igualdade de direitos dos dois sexos à educação (RÊSES, 2015, p. 81).

Acompanhando a mobilização e necessidade de organização de entidades capaz de representar os trabalhadores ligados à educação, têm-se a fundação em 1926 da Confederação do Professorado Brasileiro (CPB), que reunia professores do ensino secundário e tinha caráter anarquista (RÊSES, 2015, p. 56). Entretanto, a proposta de atuação vinculada ao mutualismo, não proporcionou uma ação mais combativa por parte da CPB, tendo em vista que os professores usufruíam de condições de trabalho idênticas a dos operários, no entanto preferiram criar associações de auxílio mútuo e de caráter cultural, ao invés de empenhar-se para criar sindicatos, fortalecendo a luta por melhorias nas condições de trabalho (RÊSES, 2011, p. 251-252).

Confirmando a ideia de que o sindicalismo docente manteve caminhos idênticos aos movimentos operários da década de 1930, tiveram de se submeter aos moldes do sindicalismo oficial. De acordo com Miranda (2005, p.61) em 1931, é fundado o sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Comercial do Distrito Federal sob a chancela do governo getulista. No ano seguinte, o sindicato ampliaria seu quadro social, sendo também renomeado, passando a ser chamado de Sindicato dos Professores do Distrito Federal. À época, na capital do Brasil era Rio de Janeiro e que, segundo a autora, atualmente o referido sindicato chama-se SINPRO⁷. O SINPRO, é a entidade docente mais antiga do Rio de Janeiro, representa os professores da rede privada de educação em todos os níveis e etapas, além de congregar alguns filiados exclusivamente da esfera pública da educação (MIRANDA, 2011, p.111-112).

Na análise de Coelho (1988), nota-se a disposição dos anarquistas em fundar o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino do Rio de Janeiro e a identificação dos professores com os trabalhadores, no começo dos anos de 1930. Na visão do autor supracitado, o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino do Rio de Janeiro, recusou-se a se submeter à aprovação e controle do Ministério do Trabalho, ao Registro de Professores no Departamento Nacional de Ensino e aos exames em estabelecimentos particulares, procurando constituir-se em uma organização livre e leiga e sem adoção de credo religioso e político. Mesmo apresentando certa

⁷ Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região - SINPRO – RIO.

resistência por parte da participação ativa de militantes anarquistas, o SINPRO foi o primeiro em registro entre os profissionais liberais⁸.

Segundo Rêses (2015, p. 89), a Reforma Francisco Campos de 1931, constituiu um conjunto de medidas na política educacional que criou a base material para a expansão da categoria de docentes na rede privada, ao longo da década de 1930. De acordo com o autor acima mencionado, a Reforma foi responsável pela oficialização da rede privada de ensino, além de organizar um sistema nacional de modalidades de ensino, sendo elas o ensino secundário e comercial, tornando-o obrigatoriamente regular e presencial. Tal fato contribuiu para que o professor perdesse sua identificação liberal, tornando-se um assalariado.

Após verem frustradas suas esperanças de melhorias salariais, além de outras reivindicações, o Sindicato docente busca apoio às forças de oposição, propondo a formação de Cooperativa de Ensino, no intuito de recuperar as perdas salariais (RÊSES, 2015, p. 90). Com a realização de um Congresso Sindical Nacional em setembro de 1946, é formada a Confederação dos Trabalhadores do Brasil, a CTB, que apesar de seu curto período de vida devido à intervenção e suspensão do governo Dutra, que além de cassar o registro do PCB, interveio em centenas de sindicatos. Em 1947, diversos sindicatos de professores do país deliberaram fundar a Federação Interestadual de Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino, a FITEE, sendo consolidada no ano seguinte (COELHO,1988).

A CNTE⁹ aponta que a democratização do acesso à educação a partir de 1946, elevou o número de professores secundários e conseqüentemente a diminuição dos salários e ainda a precarização das condições de trabalho (CNTE, 2014, p. 74). Como consequência de tais fatos, têm-se a fundação de várias associações de professores secundários (ou licenciados) sendo elas: a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, a OPEOESP, a Associação de Licenciados de Santa Catarina, a ALISC e a Associação dos Professores Licenciados do Estado da Bahia, a APLB (CNTE, 2014, p. 75).

⁸ Os profissionais liberais – advogados, médicos e engenheiros – se dedicavam a aulas particulares e exerciam tal profissão cumulativamente à profissão de professor por conta e risco próprio, estabelecendo eles o preço dos serviços prestados (RÊSES, 2015, p. 87).

⁹ Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação.

Para Vicentini e Lugli (2011, p. 176-177), o período que corresponde as décadas de 1950 e 1960, marcou o surgimento de novas associações de professores primários em diversos Estados do país, entre os quais Ceará, Piauí, Alagoas, Espírito Santo e outros, o que contribuiu para que em 1960 fosse criada, a Confederação de Professores Primários do Brasil, CPPB. Ainda de acordo com informações da CNTE (2014, p. 82), após a realização de três congressos, com participação de entidades e delegados dos Estados e Territórios tem-se em 1960 a fundação da CPPB, com sede no Rio de Janeiro. No entanto, alguns seguimentos do professorado ficaram de fora do quadro representativo da CPPB entre eles os professores primários das redes federal e municipais, os professores secundários das redes federal, estaduais e municipais, e os funcionários não docentes (CNTE, 2014, p. 83).

Conforme Ferreira Junior. (2011, p.47-48), os professores de 1º e 2º graus das escolas públicas estaduais, ao final dos de 1970, estavam submetidos à política de arrocho salarial fixada pela política econômica implantada durante a ditadura civil-militar, o que os levou a protagonizar enormes mobilizações em defesa de melhores condições de vida e de trabalho após a primeira das greves operárias do ABC paulista, em 1978. O desenvolvimento da política econômica, acompanhada do autoritarismo das relações capitalistas de produção no período correspondente as décadas de 1960 e 1970, faz com que a luta sindical dos professores estaduais, organizados por meio do movimento, se constitua num fenômeno da realidade socioeconômica brasileira (FERREIRA Jr. 2011, p.51). “O movimento associativista dos professores públicos de 1º e 2º graus constituiu-se num dos grandes protagonistas sociais na luta contra a ditadura civil-militar” (FERREIRA Jr. 2011, p.66).

No final da década de 1970, em meio à efervescência do sindicalismo operário em ascensão na região do ABC paulista e, tentando reagir frente a burocracia da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), oriunda da CPPB, o setor mais combativo de algumas entidades, liderados pela UTE-MG, APEOSP e outras oposições sindicais às direções “pelegas” das associações, fundaram a União Nacional dos Trabalhadores em Educação, a UNATE (CNTE, 2014, p. 84).

Em 1981, há a unificação da CPB e a UNATE e a partir de então, tem-se um avanço nas mobilizações dos trabalhadores em educação sendo que, mais tarde, no

ano de 1988, a CPB filia-se a Central Única dos Trabalhadores - CUT, no Congresso de Brasília (CNTE, 2014, p. 84).

Souza, Ricarte e Martins (2015), postulam que o sindicalismo docente emerge de dois segmentos de trabalhadores assalariados do magistério público e do magistério privado. Segundo os autores, como a legislação sindical brasileira vedou a organização sindical aos funcionários públicos até a Constituição de 1988, as combativas organizações existentes anteriormente não eram sindicais, mas tinham um caráter de organização sindical. Conforme Miranda, (2011, p.55), foi a partir de 1980 com a eclosão do “Novo Sindicalismo” que o movimento docente ganha força lutando especialmente em defesa da valorização do magistério, direitos trabalhistas e democratização do ensino e da escola.

Ainda no início da década de 1980, durante o chamado “Novo Sindicalismo” trabalhadores em educação participaram de um congresso na cidade de Campinas com a tentativa de construir um processo de unificação das entidades. Neste congresso organizou-se uma Direção Ampliada de representantes da CPB, da Federação Nacional de Supervisores, Federação Nacional dos Orientadores Educacionais, a FENOE, além de representantes dos Funcionários de Escolas, a CONARFE. No início dos anos de 1990, propuseram a unificação, que em seguida foi aprovada pelos delegados das entidades representadas (CNTE, 2014, p. 84).

A partir desse momento, com a absorção da FENASE e FENOE, além de suas entidades estaduais, a CPB transforma-se em Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação- CNTE, representando a maior confederação brasileira filiada à CUT, possuindo 50 entidades filiadas, entre elas o sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia - SINTERO. “Hoje congrega 30 entidades estaduais, representando uma base de mais de dois milhões de trabalhadores, seiscentos mil dos sindicalizados” (GADOTTI, 1996, p.17).

3. O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA – SINTERO E A LUTA DE CLASSES

3.1 - Os problemas da educação brasileira e a atuação sindical

Para se ter uma análise da realidade educacional brasileira, é necessário a utilização do método de economia política, pois não se pode desvincular a educação do contexto social que envolve o mundo do trabalho, visto que, “a estrutura econômica forma a unidade e a conexão de todas as esferas da vida social” (KOSIK, 2011, p.116). A totalidade dialética consiste em reconhecer que “os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético (KOSIK, 2011, p.44). A educação, fazendo parte desse todo dialético, traz em seu seio as influências do capital, cujo meio de sobrevivência consiste na exploração da força do trabalho alheio, que, ao mesmo em que gera riqueza aos donos dos meios de produção, destrói o trabalhador aniquilando-o, destruindo assim, não só as forças que a produz, mas também a natureza. Para Antunes (2009, p. 35):

[...] em meio a tanta destruição de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há também, em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que tem enormes contingentes *precarizados* ou mesmo à margem do processo produtivo, elevando a intensidade dos níveis de desemprego estrutural.

Torna-se evidente que, as estratégias do capital para superar as crises do modo de produção capitalista, consiste em propostas que incluem desde a precarização, intensificação, terceirização da força de trabalho, e outras formas de ampliação da extração de mais – valia. Por outro lado, a educação está permeada dessas relações que envolve o mundo do trabalho, tendo em vista, que é pensada e organizada a partir das ideias das classes dominantes, sobretudo dos países imperialistas, por intermédio de seus órgãos internacionais. Os senhores do mundo: FMI, BID, BIRD, e seus representantes regionais: CEPAL e OERLAC, é quem dita as regras para a educação por meio de seus respectivos documentos. A educação, neste caso, é planejada e executadas a partir das regras do mercado, baseadas nas categorias de sociedade do conhecimento, qualidade total, educação para a competitividade, formação abstrata e polivalente, fruto das concepções da teoria do

capital humano¹⁰ (FRIGOTTO, 2010, p.21). Por isso, pode-se dizer que, da forma como está organizada, ela torna-se um instrumento a serviço do capital. Kuenzer (2005, p. 79), afirma que:

Em decorrência, a ciência, e o desenvolvimento social que ela gera, ao pertencerem ao capital aumentando a sua força produtiva, se colocam em oposição objetiva ao trabalhador. Assim, o conhecimento científico e o saber prático são atribuídos desigualmente, contribuindo ainda mais para aumentar a alienação dos trabalhadores. A escola, por sua vez, constitui-se historicamente como uma das formas de materialização desta divisão.

A educação muita das vezes atua como disseminadora da ideologia da classe dominante, “formando” os filhos da classe trabalhadora para a atuar exclusivamente no mundo da produção econômica, ao invés de capacitá-los para a essência da vida. Assim, a educação tem o papel de moldar a consciência dos menos favorecidos “qualificando-os” para o mercado de trabalho (GONÇALVES, 2011, p. 126). Entretanto, isso somente foi possível graças a divisão de classes, proporcionada pela produção de excedentes, o que levou ao acúmulo de capital nas mãos de uns poucos. Saviani (2007, p. 155) destaca que:

[...] essa divisão dos homens em classes irá provocar uma divisão também na educação. Introduce-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho. A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não-proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho.

De acordo com Marx e Engels (2002), primeiro veio a divisão entre campo e cidade, o que posteriormente favoreceu a inclusão do homem no processo civilizatório, levando-o a mudança do estágio tribal à constituição do Estado, até os dias atuais. Com o Estado e todos os seus aparatos necessários à sua manutenção, que nada mais é do que o instrumento pela qual a burguesia mantém a propriedade privada, irão surgir todas as outras formas de divisão, derivadas da primeira de todas, a divisão entre trabalho material e intelectual, com isso, foi possível a

¹⁰ (...), a ideia de capital humano é uma “quantidade” ou um grau de educação e de qualificação, tomando como indicativo de determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção (FRIGOTTO, 2010, p.44).

separação entre o interesse comum e o interesse particular, garantindo à alguns a tarefa exclusiva de pensar, ao passo que a outros, restou a obrigação do trabalho produtivo, porém, mesmo dentro da classe dominante há aqueles que se dedicam às práticas de dominação e os encarregados de formulações ideológicas.

Por vezes a escola e o estado por intermédio de seus programas de formação, que em sua maioria atendem os interesses do capital, tem favorecido a difusão da ideologia da classe dominante, contando às vezes com a própria alienação dos professores. É o que mostra Gonçalves (2011, p. 127):

A consciência alienada mantém a ideologia dominante e a hegemonia do poder dos representantes do capital. Assim, todo sistema educacional está voltado para atender a lógica da competição econômica e os interesses do mercado inclusive as políticas de formação de professores.

Somam-se ao processo de utilização da escola como aparelho ideológico, a própria dualidade: escola para ricos e escola para pobres. À classe trabalhadora destina-se uma educação voltada apenas para a formação de mão-de-obra barata para o mercado de trabalho, conforme mostra Frigotto, Ciavatta e Ramos (2016, p. 3):

Desde o início, todavia, fica evidente uma contradição insolúvel entre a estrutura político-econômica, as relações sociais da sociedade nascente e a necessidade de uma educação dual: uma escola clássica, formativa, de ampla base científica e cultural para as classes dirigentes e outra pragmática, instrumental e de preparação profissional para os trabalhadores. Trata-se de ensinar, treinar, adestrar, formar ou educar na função de produção adequada a um determinado projeto de desenvolvimento pensado pelas classes dirigentes”.

Não resta dúvida, de que enquanto houver divisão de classes, a escola continuará reproduzindo exclusão social, seja pela propagação do pensamento da classe dominante, seja porque a educação oferecida aos filhos da classe trabalhadora é a mais precária possível a começar pela estrutura física das escolas, além das próprias condições de trabalho dos docentes. Acrescenta-se ainda, junto as péssimas condições materiais e físicas, a escassez de recursos didáticos pedagógicos além da defasagem na formação do professor, que muitas das vezes provêm dos cursos aligeirados das instituições privadas, que em sua maioria buscam apenas o comércio do ensino contribuindo com isso para a desqualificação do trabalho docente. A desqualificação do trabalho educativo escolar é vista também

na própria forma do estado gerir a política educacional, principalmente, em se tratando da educação da classe trabalhadora (FRIGOTTO, 2010). De acordo com Almeida (2006, p. 197):

Não resta dúvida de que o magistério permaneceu desvalorizado em termos salariais e sociais em toda sua história, no panorama educacional brasileiro. Apesar de haver uma certa crença a respeito dos áureos tempos em que ser professor ou ser professora era sinônimo de prestígio e poder, no Brasil, desde a época dos jesuítas, esta sempre foi uma profissão desvalorizada principalmente na perspectiva da remuneração percebida.

Compreende-se então, que a desvalorização da atividade docente, constitui-se em um dos entraves historicamente imposto pelo modo de produção capitalista, tendo em vista, que à educação é negada a qualidade de ciência, o que possibilita a qualquer profissional que tenha ensino superior ou médio o direito de ministrar aulas, bastando a estes ter uma complementação pedagógica ou estudos adicionais ou, às vezes nem isso. É o que confirma Kuenzer (1998, p.114):

Certamente porque se nega à educação o estatuto epistemológico de ciência, descaracterizando o profissional de educação como intelectual responsável por uma área específica do conhecimento, atribuindo-se a ele uma dimensão tarefaira, para a qual não precisa se apropriar dos conteúdos da ciência e da pesquisa pedagógica; portanto qualquer outro profissional pode ser educador.

A negação do pressuposto de ciência à educação não se refere apenas à atualidade, pois, desde o início da Educação Moderna, Comenius (1592-1670) já propusera tais ideias. Comenius acreditava que de posse de um manual didático qualquer pessoa com um mínimo de conhecimento pudesse ministrar aulas. Com isso o autor propõe a banalização do ensino, haja vista, que não mais seria necessária formação universal para os professores. A posse do manual didático, proporcionaria a simplificação e objetivação do trabalho didático. Para Comenius o manual possibilitaria ainda a queda dos custos da instrução pública, devido este, proporcionar um certo grau de simplificação e objetivação do trabalho didático, acrescenta-se também, o objetivo de universalizar o acesso à educação por meio do manual, além da pretensão, de se produzir com o auxílio do referido manual, uma síntese dos conhecimentos universais, “facilitando” a assimilação de crianças e

jovens. A Didáctica Magna (1621-1657),¹¹ intimamente ligada ao processo de divisão do trabalho, conferiu ao professor a passagem de mestre artesão (detentor do conhecimento) ao professor manufactureiro intimamente ligado ao processo de desqualificação profissional, semelhante ao processo de divisão do trabalho (ALVES, 2005, p. 76- 80).

Outro pressuposto do manual de Comenius, seria a economia de fadiga, tempo e de recursos, imanente a divisão do trabalho, proporcionando que diferentes trabalhadores realizem atividades distintas, ao mesmo tempo rigorosamente controladas, direcionadas a produzirem mais resultados com economia de tempo, de recursos e de fadiga, logo a escola estaria organizada de acordo com tais pressupostos (ALVES, 2005, p. 76- 80).

Denota-se que, a educação sempre esteve entranhada de ideias e práticas ligadas ao modo de produção capitalista desde sua gênese até os dias atuais, cujo interesse da classe burguesa é mantê-los. A educação brasileira traz ainda problemas de ordem organizacional, como a inexistência de um sistema educacional, o que contribui para a manutenção da péssima qualidade do ensino, principalmente, àquele oferecido à classe trabalhadora.

Nota-se que a ausência de um sistema educacional, compromete a qualidade da educação, tendo em vista que sua inexistência resulta na falta de investimento tanto físico e material, quanto no processo de formação docente, cujo reflexo é desqualificação profissional, soma-se ainda a superexploração dos professores devido à sobrecarga de trabalho inerente a baixa remuneração, o que os leva a trabalhar em várias escolas, com o intuito de melhorar sua renda (SAVIANI, 2003, p.116). Um outro fator relevante presente na educação brasileira é o esvaziamento dos quadros de docentes, tanto na educação básica quanto superior, o que leva à contratação de professores temporários ou substitutos, contribuindo assim para a desvalorização profissional.

¹¹ Principal obra de Iohannis Amos Comenius (1592-1670). Para o autor, sua equivale a um Tratado da Arte Universal de Ensinar Tudo a Todos, ou um processo seguro e excelente de instituir, em todas as comunidades de qualquer Reino cristão, cidades e aldeias, escolas tais que toda a juventude de um e de outro sexo, sem excetuar ninguém em siveiarte alguma, possa ser formada nos estudos, educada nos bons costumes, impregnada de piedade, e, desta maneira, possa ser, nos anos da puberdade, instruída em tudo o que diz respeito à vida presente e à futura, com economia de tempo e de fadiga, com agrado e com solidez. A obra tinha por objetivo também, que os professores ensinassem menos e os alunos aprendessem mais, que escola tivesse menos barulho, menos trabalho inútil, mais atrativo e mais sólido progresso; na Cristandade, haja menos trevas, menos confusão, menos dissídios, e mais luz, mais ordem, mais paz e mais tranquilidade (COMENIUS, 2001, p.03).

Faz-se necessário, acrescentar também a precarização do trabalho docente, orientado pela visão mercadológica da educação baseada na teoria do capital humano. Tal fato se concretiza pelo avanço e articulação do capital, que em fase de desmoronamento, utiliza-se de vários mecanismos a fim de sobreviver às suas crises cíclicas. O capitalismo ataca também, por meio da precarização do trabalho as organizações sindicais, promovendo sua desorganização, uma vez que o sindicato não consegue absorver os trabalhadores temporários, conforme expõe Antunes (2009, p. 240):

O primeiro desafio, fundamental para a própria sobrevivência dos sindicatos, será romper a enorme barreira social que separa os trabalhadores “estáveis”, em franco processo de redução, dos trabalhadores em tempo parcial, precarizados, subproletariados, em significativa expansão no atual cenário mundial.

Devem empenhar-se fortemente na organização sindical ampliada dos trabalhadores hoje desorganizados. Ou os sindicatos organizam a classe trabalhadora em seu conjunto ou estarão cada vez mais limitados e restritos a um contingente minoritário e parcial dos trabalhadores.

No entanto, é possível dizer que a desorganização, em que se encontra o sindicalismo na atualidade, talvez seja fruto do próprio processo de burocratização e institucionalização presente no mesmo, tornando-se um entrave ao movimento sindical. Antunes (2009, p. 241), revela que:

É decisivo também para o sindicalismo de esquerda romper com a tendência crescente de institucionalização e burocratização, que tão fortemente tem marcado o movimento sindical em escala global e que o distancia das suas bases sociais, aumentando ainda mais o fosso entre as instituições sindicais e os movimentos sociais autônomos.

Por isso, seria imprescindível que o sindicalismo resgatasse um perfil classista, absorvendo não somente os trabalhadores estáveis, mas também aqueles temporários, precarizados e até os desempregados, ou seja, buscar englobar toda a classe que vive da venda de sua força de trabalho, além de procurar envolver também os movimentos sociais, articulando juntamente com a luta econômica, a luta política, ampliando as formas de enfrentamento das ações do capital (ANTUNES, 2009, p.241-242).

Além dos desafios impostos pelo capital, por intermédio da tentativa de desarticulação das organizações sindicais, é importante mencionar que a educação também sofre a influência do capital, haja vista, os problemas presentes no meio

educacional, todos ligados à imposição do modo de produção capitalista. Trata-se do alinhamento das políticas educacionais com a política neoliberal propostas pelo capital por intermédio de seus organismos, entre eles: Banco Mundial e FMI – Fundo Monetário Internacional, a exemplo pode ser citado o programa de formação continuada, oferecido aos professores, onde consta claramente a imposição e influência de tais organizações, conforme mostra Torres (1999, p.25):

La formación/capacitación docente ocupó un lugar secundario frente a otras intervenciones (infraestructura, reforma administrativa, provisión de textos escolares y tecnología, etc.) y, en todo caso, estuvo lejos de la requerida para hacer frente a las necesidades planteadas en el marco de las propias reformas. Se privilegió la capacitación en servicio, en general desligada de la formación inicial, esta última prácticamente intocada por las reformas. La capacitación adoptó modalidades masivas, descentralizadas, respondiendo fundamentalmente a la urgencia y las necesidades instrumentales de ejecución de la reforma. Se pusieron en marcha diversos mecanismos de control, evaluación y exigencia laboral docente, tanto desde adentro del sistema escolar (evaluación de conocimientos y desempeño, requisitos de capacitación, etc.) como desde afuera de éste (control de los padres de familia y la comunidad).

A intervenção dos organismos internacionais na educação mediante as políticas públicas, pensadas a partir das reformas estruturais orquestrada pelo capitalismo, voltadas diretamente para a redução de custos e recursos financeiros, responsabilizando os professores e a comunidade em geral pela gestão e manutenção da educação, por de projetos e parcerias, além disso, responsabiliza os professores e os próprios alunos pelo fracasso escolar e pessoal, tendo em vista que, para o mercado consumidor é necessário ser competente e competitivo, “quem não tem a competência exigida pelo mercado será um fracassado em virtude da sua própria escolha individual, uma vez que há equidade, igualdade de oportunidade” (Souza, 2014, p.196). O projeto neoliberal de educação do Banco Mundial, com a reforma do Estado, baseia-se mecanismos de avaliação de desempenho de professores e alunos através de programas de avaliação: SAEB, Prova Brasil, Provinha Brasil, ENEM, ENADE. Frigotto (2013, p. 80), traz ainda que:

No campo da educação, sedimentam-se as crises no plano teórico, ideológico, ético-político e econômico. No caso brasileiro, tanto as análises e concepções educativas fundadas em uma expectativa marxista quanto as políticas de democratização e equalização têm se desenvolvido permanentemente na contramão.

É evidente que a educação imposta pela classe dominante e pensada a partir das reformas neoliberais, por meio de suas Pedagogias, “exaltam o espontaneísmo, o descobrir juntos, o insólito, a subjetividade. Isto não é mais do que o esvaziamento e a banalização da educação. É a antiteoria, a anticiência: é o pragmatismo¹² na sua forma pós-moderna” (SOUZA, 2014, p.197). Na visão dos pós- modernos, tudo se reduz ao imediato, ao micro, ao supérfluo, a praticidade, propagam ainda o fim da história, a conciliação entre as classes. Para estes, o problema da sociedade está no indivíduo, cuja resolução depende de ações individuais. Em consequência disso, Frigotto (2013, p. 81) complementa que:

À perspectiva fragmentária do mercado, como analisamos acima, particularmente no campo educacional, junta-se o estilhaçamento dos processos educativos e de conhecimento veiculados pelas posturas pós-modernistas que reificam a particularidade, o subjetivismo, o local, o dialeto, o capilar, o fortuito, o acaso. Nega-se não só a força do estrutural, mas a possibilidade de espaços de construção de universalidade, no conhecimento, na cultura, na política, etc.

Como se pode ver, desvincula-se os problemas da realidade local, oriundos das contradições do modo de produção capitalista, dos problemas de ordem global. Como resposta à crise do capital, o investimento em formação profissional torna-se requisito básico para a empregabilidade e superação da crise, pois aumenta a capacidade de trabalho, gerando maior produtividade. Por meio da formação abstrata e polivalente, a educação contribui para formar o capital humano, que consequentemente aumenta o crescimento econômico da sociedade mediante o aumento da renda e consumo individual. Na visão de Gonçalves (2011, p. 121):

[...] é possível perceber a submissão do educador ao modo de produção capitalista pela dinâmica do sistema de educação. Quando tudo será submisso à dinâmica do mercado, a educação também vira mercadoria, e o trabalho pedagógico tem como fim último apenas a preparação dos indivíduos para servir o mercado. Nessa lógica, o ser humano é um instrumento de sistema produtivo, não é a produção que deve servir a humanidade.

É possível dizer que as políticas públicas para a educação implantadas na atualidade, subordinada aos interesses do Banco Mundial e FMI, potencializa

¹² Para os pragmáticos, o conhecimento é psicológico, subjetivo. Todas as noções são verdadeiras na medida em que são úteis. Os efeitos, a eficácia, os resultados da ideia são o critério do conhecimento. O materialismo histórico dialético entende a experiência como prática social do homem. Já o pragmatismo a entende como um fenômeno subjetivo da consciência individual (SOUZA, 2014, p.186).

exclusivamente a formação para o mercado. Percebe-se que o conhecimento historicamente produzido dá lugar as “novas pedagogias”, ligadas a formação do trabalhador polivalente, com capacidade de abstração, reflexivo, alinhados com as metamorfoses do capital. A imposição do capital atingiu não só a educação no plano pedagógico, mas também os órgãos de representação da classe trabalhadora como um todo, é o que pode constatar ao analisar a proposta para educação das centrais sindicais, de acordo com Souza (2002, p. 204):

Absolutamente articulado com o projeto neoliberal para a educação da classe trabalhadora, o Projeto para o Brasil da Força Sindical parte do pressuposto de um conjunto de diretrizes socioeconômico-culturais destinadas a efetivar a associação dependente do país ao mercado internacional globalizado de modo que a política de formação e qualificação de força de trabalho seja vista, basicamente, como ampla reforma do campo educacional com o objetivo de transformar a escola em um espaço privilegiado de conformação técnica e ético-política de uma força de trabalho capaz de adaptar ou simplesmente operar produtivamente as tecnologias transferidas dos países desenvolvidos. Além disso, pretende transformar a escola num espaço privilegiado de construção de uma nova cultura regida pela “mão invisível do mercado”, ou seja, fazer do livre mercado o instrumento de regulação do trabalho e da sociedade.

Fica claro que o projeto apresentado pela Força Sindical para a educação do trabalhador consiste unicamente em transformar a escola em um centro de treinamento técnico das empresas multinacionais, “capacitando” o trabalhador para fazer uso das novas tecnologias implantadas no setor produtivo como: a robótica, a automação, microeletrônica etc. Todavia, não causa espanto o modelo de educação pensado pela central sindical, uma vez que a mesma já nasceu por intermédio e atrelada às classes dominantes. A outra central sindical, CUT, também está alinhada ao projeto capitalista de educação, haja vista, a sua maneira de se manifestar diante da imposição do capital, conforme mostra Souza (2002, p.194-195):

No campo educacional, a CUT também vem enfrentando dificuldades em superar sua intervenção pouco propositiva do ponto de vista de uma racionalidade própria da classe trabalhadora. Primeiro, porque o acúmulo de discussões já existente no movimento sindical nem sempre é devidamente divulgado às suas bases permanecendo restrito aos dirigentes sindicais que atuam no campo educacional. Segundo, pela dificuldade de reconhecer nas suas propostas concretas os vínculos da educação com o “mundo do trabalho” e sua relação com o desenvolvimento econômico, contribuindo para que a questão da educação profissional seja tratada muitas vezes como uma questão paralela à educação escolar, confluindo com a ótica do capital.

O modelo de educação exposto pela classe dominante e aceito pelas centrais sindicais, é totalmente contrária ao modelo que Marx e Engels (1992) propunha para a educação, os autores pensavam uma educação combinada com trabalho produtivo, um ensino que proporcionasse a formação integral do homem em todos os aspectos

É incontestável dizer que a burguesia sempre negou à classe trabalhadora uma educação capaz de emancipá-la, isto é, sempre houve a negação do saber elaborado e historicamente construído à classe operária, seja pela precarização do espaço escolar, ou, até mesmo pela fragmentação e aligeiramento na transmissão deste saber. A apropriação deste saber sistematizado e historicamente acumulado pela classe trabalhadora perpassa a articulação das classes sociais em movimentos concretos (FRIGOTTO, 2010, p.225).

No entanto, apesar da educação estar na maioria das vezes a serviço da classe dominante, difundindo sua ideologia, o que favorece a manutenção do antagonismo de classes, ela também tem o poder de transformar a realidade, mediante a conscientização das massas, elucidando o caráter de contradição presente em seu meio. Para Pistrak (2000, p. 30) a escola deve:

Desenvolver a educação de massas, condição da consolidação das conquistas e das realizações revolucionárias, significa fazê-las compreender seus interesses de classe, as questões vitais e urgentes que derivam da luta de classes, significa dar-lhes uma consciência mais clara e mais exata dos objetivos sociais da revolução.
A revolução e a escola devem agir paralelamente, por que a escola é a arma ideológica da revolução.

A escola pública deve desenvolver o pensamento crítico revolucionário, para isso, é necessário pensar uma prática pedagógica pautada na difusão do conhecimento universal, articulando educação e trabalho, voltada para a imposição do efetivo exercício da verdadeira democracia, é imprescindível ainda, um maior engajamento das organizações sociais comprometidas com a revolução. Entretanto, existe um longo caminho a ser percorrido, haja vista que as organizações sindicais parecem estar anestesiadas diante do avanço avassalador do capital, conforme indicam suas metas para a educação. Em um cenário de intensa exploração da classe trabalhadora, voltada para o individualismo e consumismo, construir um outro modelo de sindicato, resgatando o sindicalismo classista e autônomo, é tarefa

obrigatória e urgente. O sindicalismo deve retomar suas propostas de lutas baseadas nos ideais comunista.

3.2 - Criação e composição do SINTERO

O SINTERO¹³ constituiu-se em 1989, tendo surgido da antiga Federação de Professores do Estado de Rondônia (FEPER) com o propósito, segundo seu estatuto de ser uma entidade classista, com autonomia, democrática e capaz de representar legalmente a categoria dos profissionais da educação nas esferas municipal, estadual e federal que atuam na Rede Oficial de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio dos Sistemas de Ensino Estadual e Municipal do Estado de Rondônia, visando ainda a melhoria da educação pública e também as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores por ele representado.

De acordo com as informações contidas na primeira Ata de fundação do SINTERO, aos dias 25 e 26 de fevereiro de 1989, reunidos em Assembleia Geral convocada por meio de edital publicado no Diário Oficial do Estado e em outros órgãos de imprensa escrita e pela comissão Pró-Sindicato, após percorrer todo o Estado mobilizando os trabalhadores em educação, foi fundado o SINTERO.

Realizada no Centro Comunitário Dom Daniel Comboni, na cidade de Ouro Preto D'Oeste, a Assembleia foi presidida pela professora Linete Ruiz. Nessa assembleia se discutiu os acontecimentos a partir do IV Congresso Estadual de Professores de 1988, realizado na cidade de Guajará-Mirim, cuja deliberação dos trabalhadores foi de se criar Sindicatos Municipais, depois de tentativas frustradas por parte do Conselho de Entidades da Federação de Professores do Estado de Rondônia (FEPER), de se organizar um único Sindicato Intermunicipal. Conforme traz o referido registro, anteriormente, no dia 23 de fevereiro de 1989, no município de Ji-Paraná, a Comissão Pró-Sindicato, juntamente com representantes dos municípios de Colorado D'Oeste, Pimenta Bueno, Ji-Paraná, Cacoal e Guajará-Mirim, optaram por fundar um Sindicato Estadual e não Intermunicipal. Estavam presentes na assembleia de fundação do SINTERO: Elizaldo Uchôa (Presidente da FEPER), Maria Aparecida Rodrigues (vereadora pelo PDS de Pimenta Bueno), Delmário Santana (vereador pelo PT de Jaru), Luiz Gonzaga do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Ouro Preto d'este, José da Silva Garcia (vereador

¹³ Dados obtidos no Regimento Interno do SINTERO. Disponível em <<http://www.sintero.org.br/arquivos/Estatuto_do_Sintero>>. Acesso em 24 de agosto de 2016.

pelo PT em Presidente Médici), Jasmo (STR, vereador pelo PT em Ouro preto D'Oeste), Bartolomeu (Jaru), Paulo Feitosa (Rolim de Moura), Paulo Afonso (Espigão d'Oeste), Roberto Sobrinho (Porto Velho), tendo estes feito uso da palavra, além de outros participantes. Ao se pronunciar o professor Roberto Sobrinho, membro do Conselho de Entidades da FEPER, lembrou que para se criar um Sindicato Estadual, seria necessário a realização de um Congresso Estadual Extraordinário de Professores, revogando a posição do Congresso anterior. Portanto, alguns membros do Conselho de Entidades já haviam enviado um requerimento à FEPER solicitando a convocação de um Congresso Extraordinário, para o dia 25 de fevereiro de 1989.

Dessa forma, durante a Assembleia foi solicitado a abertura de espaço para a realização do Congresso. A professora Linete Ruiz, presidente da Assembleia, atendeu à solicitação, dissolvendo a mesa e suspendendo a Assembleia Geral, ao mesmo tempo em que foi instalado o Congresso Extraordinário Estadual de Professores, sendo este presidido por Elizaldo Uchôa e secretariado pela professora Maria Aparecida. Após a abertura do Congresso, o professor Elizaldo leu o referido requerimento que solicitava a convocação do mesmo. O requerimento havia sido assinado por representantes dos seguintes municípios: Cacoal, Ji-Paraná, Presidente Médici, Pimenta Bueno, Colorado D'Oeste, Rolim de Moura, Espigão d'Oeste, Alta Floresta d'Oeste, Porto Velho, Jaru, Ariquemes, ouro Preto d'Oeste e Cerejeiras. Além das assinaturas de representantes municipais, o requerimento solicitou a aprovação de quatro itens:

A) - Revisão da posição tomada diante do IV Congresso Estadual de Professores; b) - Criação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia; c) - Extinção da FEPER, que seria substituída em termo de luta, pelo Sindicato; d) - Encaminhar às entidades filiadas a FEPER, os trabalhos referentes à sua extinção. Com a aprovação dos itens elencados, o Congresso foi encerrado pelo seu presidente, Elizaldo Uchôa, às doze horas e trinta e cinco minutos.

No mesmo dia, no período da tarde, foram retomados os trabalhos, agora presidido pelo professor Roberto Sobrinho e secretariado pela professora Célia. Como havia sido referendado pelo Congresso e com o consenso da plenária, foi votada e aprovada a criação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia, SINTERO. Em seguida, foi aprovado o Regimento Interno da Primeira Assembleia Geral do sindicato.

Na manhã do dia seguinte, 26 de fevereiro de 1989, foi a aprovado pelos participantes da Assembleia, o Estatuto do SINTERO, posteriormente, discutiu-se o percentual a ser descontado dos sindicalizados, cujo valor estipulado foi 1% do vencimento líquido. Ainda no mesmo dia, debateu-se e aprovou-se também a possibilidade de filiação do sindicato à CNTE, ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e a CUT. Assim, constitui-se o maior sindicato do Estado de Rondônia¹⁴.

Com a aprovação da filiação do SINTERO às entidades acima citadas, prosseguiu os trabalhos da mesa diretora, a fim de constituir-se e aprovar o regimento para a eleição do primeiro Sistema Diretivo do sindicato. Após definidos os termos do Regimento Eleitoral, foi estipulado pela mesa diretora do Congresso o horário das inscrições e da votação. Devido haver apenas uma chapa inscrita, e obedecendo ao Regimento Eleitoral, a mesa diretora encaminhou à plenária a votação por aclamação. Desta forma, elegeu-se o Primeiro Sistema Diretivo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia, composto pelos seguintes membros:

De acordo com a Ata de fundação do SINTERO, a Diretoria Executiva seus suplentes, Conselho Fiscal e seus suplentes ficaram assim:

Função	Nome	Município
Presidente	Roberto Sobrinho	Porto Velho
Secretário Geral	Linete Ruiz	Porto Velho
Secretário de Organização	Almir Gonçalves Ferreira	Colorado do Oeste
Secretário de Assuntos Jurídicos	David José Nogueira	Porto Velho
Secretário de Finanças	Jucélis Freitas de Souza	Porto Velho
Secretário de Imprensa e Comunicação	Moisés José Ribeiro	Alta Floresta do Oeste
Secretário de Assuntos Educacionais	Maria Aparecida da Silva Rodrigues	Pimenta Bueno
Secretário de Política Sindical	Rosária Helena de Oliveira Lima	Ouro Preto do Oeste
Secretário de Formação Sindical	Paulo Feitosa	Rolim de Moura
Secretário Cultural e Social	Francisco Espinhara	Ouro Preto do Oeste
Secretário de Coordenação Sindical	Bartolomeu Ferreira Tavares	Jaru

¹⁴ O Sindicato dos trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia congrega mais de 26 (vinte e seis) mil filiados distribuídos por em suas 11 (onze) regionais.

Suplentes de Diretoria Executiva	
Evaldo José Rosa	Ariquemes
Delmário Santanta	Jaru
Clarindo dos Santos Satilho	Ouro Preto do Oeste
Conselho Fiscal	
Édimo Nascimento Filho	Ouro Preto do Oeste
Acir Soares de Carvalho	Jaru
José Aldemir Saldanha	Porto Velho
Suplentes do Conselho Fiscal	
Epitácio Pedro da Silva Júnior	Presidente Médici
Maria Jesus do Nascimento	Presidente Médici
Maria de Fátima Bezerra Lima	Rolim de Moura

Fonte: autor, 2017.

Quanto aos Delegados Sindicais por municípios eles ficaram distribuídos da seguinte forma:

Municípios	Titulares	Suplentes
Guajará-Mirim	Arionildo Assis de Queroga, Beijamin Gonzales Avarana	João de Souza Lira Filho, Josemar Almeida de Souza
Porto Velho	Vivaldo Barbosa, Glória Maria Dantas, Francisco Assis Gomes Lira	Vanilda da Silva Melo, Valdira Maria Alves Furtado, Karine Sales
Ariquemes	Plínio Pereira da Silva, Madalena Kreuzberg	Marinalva Vieira da Silva, Aloísio Moraes de Azevedo
Machadinho do Oeste	João Barbosa Ferreira	Natalino Evangelista
Jaru	Eduardo Matheus Teixeira Filho, Marco Antônio Roitberg	Ronaldo Gaspar, Arnaldo da Silva
Ouro Preto do Oeste	Maria Aparecida de Andrade, Trajano Ramon Antunis Pain	Auro Vieira Coelho, Daniel Ferreira Leite
Presidente Médici	Silvestre Aquino do Nascimento, Maria Ineide Batista	Roberto Lopes de Souza, João Edilson Rodrigues
Rolim de Moura	Pedro Dias Guimarães, Carlos Alberto Nogueira	José Máximo, Virgínia Miranda de Souza
Alta Floresta do Oeste	Ademir Mondardo	Nereu José Klosinsky
Nova Brasilândia do Oeste	Ladsir Fabria	Maria de Jesus Coelho Estevão

Alvorada do Oeste	Clarisse de Souza		Gilda Mendes de Souza Ferreira
Cacoal	Célia Pereira de Farias, Arlete Dutra Vieira		José Antônio Decleva, Ary Donizete Machado
Pimenta Bueno	Nivalda Angélica da Cruz, Anamin Sales Peixoto		Paulo César Rokiski, Ilva Rubin
Espigão	Paulo Afonso de Oliveira		Roberto Sabino
Colorado do Oeste	Homero Camargo, João Orestes		Maria do Carmo B. Ferreira, Maria José Araújo
Cerejeiras	Daniel Pereira		Décio Gomes Marques

Fonte: autor, 2017.

Na atualidade, o SINTERO apresenta uma configuração diferente daquela de sua fundação, sendo acrescido de outras secretarias, além de estar representado em suas 07 (sete) instâncias que compreende: Congresso, Assembleia Geral, Sistema Diretivo, Diretoria Executiva, Regionais, Sub-Regionais e Comissões Sindicais de Base, sendo o Congresso o fórum máximo de deliberação do sindicato.

O Sistema Diretivo é composto pela: Diretoria Executiva, Diretores Regionais e Conselho Fiscal, representa a instância máxima de deliberação política.

A Diretoria Executiva, órgão de direção administrativa do SINTERO apresenta a seguinte composição: Presidência, Secretaria Geral, Secretaria de Finanças, Secretaria de Organização, Secretaria de Assuntos Jurídicos, Secretaria de Formação Sindical, Secretaria de Imprensa e Divulgação, Secretaria de Gênero e Etnia, Secretaria de Assuntos Educacionais, Secretaria de Política Sindical e Estudos Sócio econômicos, Secretaria de Cultura e Políticas Sociais e Saúde do Trabalhador; Secretaria de Assuntos Municipais, Secretaria de Assuntos Federais, Secretaria de Funcionários de Escola, Secretaria de Aposentados e Assuntos Previdenciários.

Compreende-se por Regionais, os organismos do sindicato formados a partir das regiões Políticas-geográficas do Estado, totalizando 11(onze), podendo compreender mais de uma Sub-Regional, sendo estas administradas por um ou mais diretores de acordo com o número de trabalhadores filiados em sua base territorial. As chamadas Sub-Regionais são organismos localizados nas sedes dos

municípios, representadas por Diretores eleitos em Assembleia no próprio município. Para contribuir com a mobilização dos trabalhadores nos seus respectivos locais de trabalho, além de sua articulação entre o sindicato, entre outras atribuições, tem-se as denominadas Comissões Sindicais de Base, formadas nos locais de trabalho.

O SINTERO, possui uma forma de organização, que compreende várias instâncias de deliberação e administração, com o objetivo de melhor representar seus filiados, conforme consta em seu estatuto.

Para alguns dos participantes e colaboradores da pesquisa, como a senhora Geuza, a qual fez parte do processo de fundação do SINTERO, a opção de transformar a Associação dos Professores em sindicato seria para melhor representar os trabalhadores da educação como um todo e não apenas os professores:

Estivemos presentes na discussão dos estatutos de fundação. Estivemos presente em todo o período em que o sindicato foi se organizando. Ele era uma associação primeiro e depois ele se tornou então sindicato. A associação era uma Associação de Professores e logo em seguida, acredito eu, que foi fundado o sindicato, um ano e meio mais ou menos.....estudamos que a melhor proposta seria que fosse fundado o sindicato, por que ele seria para todos os trabalhadores e não apenas para os professores.

A antiga Associação de Professores, além de ser um sindicato intermunicipal, não representava todos os trabalhadores da educação, motivo pelo qual se optou por fundar o SINTERO. Para um outro entrevistado, o ex-presidente Nereu Klosinsky, filiado desde a fundação do Sindicato e que na atualidade representa a Diretoria Executiva, exercendo a função de Secretário em Assuntos Jurídicos, a aprovação da Constituição Federal em 1988 contribuiu para que os trabalhadores em educação iniciassem as discussões a fim de se criar o SINTERO:

[...] logo em seguida foi aprovada a constituição federal, em outubro, que garantiu, o direito do funcionário público de participar dos sindicatos. Então, imediatamente a partir de setembro...outubro começaram as discussões entre os trabalhadores em educação com o intuito de se criar o sindicato. Foi quando, então, no semestre de 1988, iniciaram as discussões e eu participei do congresso de fundação do sindicato, em 25 e 26 de fevereiro, onde, naquele congresso eu, inclusive já fiz parte da primeira diretoria do sindicato, como suplente de delegado regional, representando o município de Alta Floresta do Oeste.

Somente a partir da aprovação da Constituição Federal em 05 de outubro de 1988, é foi garantido aos funcionários públicos o direito de se organizar em

sindicatos, embora já existissem organizações de professores desde a época do Império. Nas palavras do atual presidente, Sr. Manoel Rodrigues, que se filiou em 1991, mas que acompanha o SINTERO desde a sua criação em 1989, o sindicato representa o principal meio de reivindicação dos direitos dos trabalhadores:

O sindicato é o instrumento de defesa e direito de verdade que podemos contar, por isso eu me filiei naquela época. Desde a época da fundação eu já o acompanhava, mas minha filiação se deu em 1991. No ano de 1994 eu fui convidado então, a fazer parte da direção do sindicato, pela minha história de luta, pelo meu trabalho. Na época eu assumi a secretaria de auxiliares, naquele momento estava criando a secretaria de auxiliares da educação e nós fizemos um grande trabalho naquele período, inclusive o SINTERO foi o primeiro sindicato da região norte na época, a lutar por um curso de profissionalização para o pessoal administrativo, tínhamos um lema “profissionais sim, terceirizados nunca”. Nós fomos o primeiro sindicato da região norte a começar a lutar pela história dos trabalhadores como um todo e principalmente, pelo pessoal administrativo no que tange a questão da formação nos estudos, para você ter uma ideia naquela época nosso pessoal não tinha nem a 4^o série, hoje nós podemos dizer que mais de 50% tem 2^o grau e cerca de 25% dos funcionários de escola já tem nível superior.

Conforme relata o Sr. Manoel, no período em que esteve representando os funcionários administrativos, por meio da secretaria de auxiliares, houve muita resistência e luta dos trabalhadores contra o processo de terceirização, além da busca de implantação por cursos de profissionalização para os trabalhadores do setor. Outro filiado que nos concedeu entrevista foi um ex-presidente do SINTERO, Sr. João Duarte, filiado um ano após sua fundação. De acordo com suas palavras, ele sempre foi do movimento sindical:

[...] eu sempre fui de movimento. Fui metalúrgico em São Paulo. Era também do movimento estudantil, fui líder do movimento estudantil desde 79. Particpei quase 8, ou 10 anos... do movimento estudantil. Depois fui metalúrgico... agora sou sindicalista...já tenho toda uma história de movimento.

Percebe-se que, o Sr. João Duarte se enaltece e orgulha-se de ter uma carreira sindical, cujo fato, contribuiu para que ele assumisse vários cargos dentro do SINTERO. Três anos após sua filiação, ele assume o cargo de secretário de finanças, assumido posteriormente outras funções dentro da organização. Mencionou ele: “Eu fui secretário financeiro. Entrei como secretário de finanças e depois fui secretário de assuntos educacionais, depois secretário de formação e, por fim, presidente”.

Um outro colaborador da pesquisa, foi o Sr. Roberto Sobrinho, um dos primeiros a filiar-se ao SINTERO. Roberto Sobrinho contribuiu intensamente com processo de fundação de sindicato, desde a formação da Comissão Pró-Sindicato, até a participação no Congresso Extraordinário de Professores, presidindo à votação de criação do SINTERO, ocasião em que se tornou seu primeiro presidente, conforme seu próprio relato:

Eu sou filiado desde 1989. Desde a fundação do SINTERO. Sou um dos primeiros filiados do sindicato. Participei diretamente do processo de fundação do sindicato. Nós, antigamente tínhamos uma estrutura de organização dos professores no Estado, em que cada município tinha sua, a sua associação e tínhamos uma federação que unificava essas entidades, e o SINTERO vem após a Constituinte de 88. Ele é fundado já não mais como uma entidade de professores, mas uma entidade de trabalhadores em educação. E eu participei da fundação e fui o primeiro presidente do sindicato.

Conforme ficou demonstrado, o Sindicato dos trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia – SINTERO nasceu da antiga Associação de Professores (FEPEP), com a finalidade de representar todos os trabalhadores em educação do Estado. Ao longo dos seus 27(vinte e sete) anos, tornou-se uma gigantesca organização, com várias instâncias deliberativas. Sobre este, recai a responsabilidade de bem representar todos os trabalhadores da educação, cujo número de filiados ultrapassa os 26 (vinte e seis) mil, sendo considerado pela CUT um dos sindicatos mais combativos da na Região Norte.

3.3 - As principais propostas de luta nas ações SINTERO

Em seus anos de existência, o SINTERO, vivenciou vários momentos da história dos trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia. Durante esse período, aconteceram inúmeros embates entre os trabalhadores em educação e os governantes. Para o Sr. Roberto Sobrinho, primeiro presidente eleito do Sindicato, a categoria dos trabalhadores em educação sempre esteve mobilizada na luta por seus direitos:

Os professores do Estado, posteriormente os trabalhadores em educação sempre foram uma categoria de enfrentamento dos governos de plantão. Enfrentamento não, sempre foi uma categoria que reivindica os seus direitos, sabe da sua importância na sociedade. Sabe o que significa o papel de um profissional da área da educação e sempre teve entendimento de que a remuneração e as condições de trabalho estiveram sempre aquém das necessidades desses trabalhadores. E ela sempre teve um papel seja através das associações municipais, seja através da federação,

posteriormente do sindicato. Essa categoria é uma categoria muito combativa e que defende muito os seus direitos. Historicamente ela sempre esteve à frente de lutas, não só lutas corporativas, lutas da educação, mas de lutas gerais, como democracia, justiça social. É uma categoria que tem uma consciência crítica muito importante.

Percebe-se, a contradição na fala do ex-presidente em relação à luta dos trabalhadores em educação, quando afirma que: “enfrentamento não, a categoria sempre reivindica seus direitos”. É possível deduzir da fala do entrevistado, que o Sindicato apenas reivindica seus direitos, se eximindo do embate direto com o Estado burguês. Para Antunes (2003, p.150-151), esta, constitui uma das formas de atuação do sindicalismo na atualidade, agindo “dentro da ordem” por meio da negociação, da institucionalização, o que os leva a assumir uma ação cada vez defensiva ao invés da luta para destruir definitivamente todas as formas de opressão. A luta do sindicato tornou-se apenas uma luta economicista, buscando apenas algumas melhorias nas condições salariais e de trabalho, ao passo que deveria ser uma luta para destruir o sistema de trabalho assalariado, garantindo a emancipação dos explorados.

Diante dos graves problemas enfrentados pelos trabalhadores em educação, convém mencionar o depoimento do atual presidente da instituição, Sr. Manoel Rodrigues. Para ele, o SINTERO é um instrumento de luta dos trabalhadores e trabalhadoras. Eis a seguir, o que diz a respeito dos movimentos grevistas realizados pelo sindicato ao longo de sua história:

[...] nós fizemos uma greve muito grande no ano de 1989 durante o governo de Jerônimo Santana, fizemos também uma outra greve muito grande em 1994, onde nós ficamos 15 dias acampados dentro da Assembleia Legislativa, inclusive fomos expulsos pela polícia militar. Na época eu fiquei 30 dias com o braço inchado, nós temos fotos, arquivos, a nossa luta foi muito constante e nesse período em que estou militando no sindicato, representa os grandes marcos da história do sindicato, eu vejo que foi uma das maiores bandeiras do sindicato. No dia 19 de janeiro de 2000, o governo Bianco simplesmente um ato de desumanidade publicou as dez mil demissões, para mim foi o maior ato de injustiça social que aconteceu no país, foi as demissões no ano de 2000. Naquela manhã do dia 19, eu fui para a frente do palácio do governo, botamos um carro de som e fomos pra luta. Naquele mesmo ano, eu disse que tinha que abrir as portas do presídio porque o maior bandido estava no palácio, eu não xinguei a pessoa do governador, inclusive por causa disso, eu cheguei a sofrer processo na corregedoria de polícia. No dia 22 de março de 2000 eu fui ouvido na corregedoria por 6 delegados e depois fui absolvido, porque provei que não estava xingando a pessoa do governador. Para mim aquele foi um ato desumano, foi um ato de injustiça social, mas, nós não cruzamos os braços, ficamos 59 dias acampados em frente ao palácio do governo, e naquela mesma data, nós ingressamos com uma ação no Supremo Tribunal Federal

e, graças a Deus, nós ganhamos essa ação. O retorno do pessoal se deu através de uma luta muito grande. Nesse mesmo período nós apanhamos da polícia lá em frente ao Tribunal no dia do julgamento, então houve muita revolta, muito sacrifício, nós jogamos na época, mais de dez quilos de moeda no Tribunal quando perdemos por dez votos a zero, e com isso, até hoje, a gente ainda sofre, muitos juízes não se conformam com essa atitude e sempre que o SINTERO tem uma ação, quando tem qualquer processo algum juiz diz: eu vou me vingar do SINTERO. A gente sempre tem problema quando temos greve por causa daquele ato. Eu vejo que se tivesse que fazer, eu faria tudo de novo, eu vejo que o sindicato é o instrumento de luta dos trabalhadores das trabalhadoras.

Dentro desse histórico de greves, o atual presidente da instituição diz respeito às demissões ocorridas no ano 2000, quando foram demitidos 9.613 servidores públicos do Estado, entre os quais 6.480 servidores eram da educação, conforme informações do Diário do Grande ABC (24/01/2000):

O governador de Rondônia, José Bianco (PFL), demitiu, por meio de decreto, 9.613 servidores públicos estaduais, como forma de adequar a folha de pagamento ao estabelecido pela Lei Camata - que restringe os gastos com funcionalismo em 60% da arrecadação.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Rondônia (SINTERO) realiza assembleia extraordinária a partir das 16 horas de amanhã (25). Será discutida a possibilidade de o SINTERO entrar com ação na Justiça pleiteando a reintegração dos servidores demitidos. A educação abrange o maior número de servidores: são 17.700. Deste setor, foram demitidos 6.480 servidores.

Além da luta contra as demissões, o Sr. Manoel Rodrigues menciona ainda a luta travada diante da política de arrocho salarial implantada no período do Governo Jerônimo Santana. Fez parte da bandeira de luta do SINTERO, no período narrado pelo entrevistado, a luta pelo direito ao horário de planejamento dos professores. Conforme exposto, foram intensos os movimentos grevistas naquela época, inclusive com ocupações de prédio público. O período mostra os momentos de combatividade do Sindicato. Outro veículo de comunicação, O Portal da Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (21/06/ 2013), mostra uma das atividades que fizeram parte da luta dos trabalhadores de educação do Estado de Rondônia, por meio do seu sindicato:

A greve na rede estadual de ensino de Rondônia completa um mês nesta sexta-feira (21) sem que o governo acene com uma proposta concreta que possa ser aceita pela categoria. Os trabalhadores em educação estaduais reivindicam, entre outros itens, reposição salarial e a implantação efetiva do Plano de Carreira com as promoções, as progressões, o reconhecimento dos direitos dos servidores demitidos no governo Bianco e reintegrados através de ação e acordo judiciais, e o reconhecimento dos direitos dos

trabalhadores em educação da Ponta do Abunã, que eram do Acre e foram absorvidos pelo Estado de Rondônia quando da solução do litígio naquela região.

Também faz parte da pauta de reivindicações entregue ao governo ainda no ano de 2012 itens como a retomada do pagamento da Licença Prêmio em Pecúnia, melhoria da qualidade do ensino e melhoria das condições de trabalho. O presidente do SINTERO, Manoel Rodrigues, destacou que a greve é o último recurso da categoria na luta por seus direitos, pois o governo não deixou outra alternativa aos trabalhadores. “Ninguém gosta de fazer greve, pois as consequências atingem não só os trabalhadores, como também toda a sociedade. Os alunos da rede estadual já estão sem aulas há um mês, e a culpa é do governo do estado”, disse Manoel Rodrigues. O comando de greve alertou que o governador Confúcio Moura e a secretária de Estado da Educação, Izabel Luz, poderão ser responsabilizados por eventuais prejuízos ao ano letivo.

Embora não tenha a mesma intensidade dos movimentos realizados anteriormente, o sindicato ainda conseguiu realizar uma greve de mais de 30 (trinta) dias de paralização, sendo esta, uma das últimas mobilizações com paralização das atividades. A Sra. Geuza, que em seu depoimento diz ter participado da fundação do SINTERO esteve presente em todas as lutas do sindicato, inclusive as lutas relacionadas aos servidores federais afirma: “o sindicato é um mecanismo muito bom, legítimo para o trabalhador”. Quando menciona as lutas do SINTERO, ressalta que participou de “Todas elas praticamente. As ações maiores como as dos federais. Os vários planos Bresser que teve e outros tantos, eu participei de todos”. Para ela, o SINTERO é o principal responsável pela ação de uma possível de Transposição dos servidores do antigo Território Federal de Rondônia para o quadro de servidores da União:

[...] a linha de frente que ganha ação e pagam ação é o SINTERO. Inclusive a transposição que está acontecendo agora, a bandeira maior é do SINTERO. Eu sempre agradeço o SINTERO por que o SINTERO não desistiu. Eu fui três vezes a Brasília em caravanas, nós ficamos dormindo no chão, embaixo de lona, lutando pela transposição. Quem levou a gente foi o SINTERO.

Os relatos da entrevistada mostram como tem sido a luta do SINTERO nos últimos anos, visto que, em sua maioria estão voltadas ao plano econômico, aquilo que Marx (2015, p.377-378), criticou chamando de luta contra os efeitos do sistema capitalista e não contra as causas, ou seja, luta por aumento de salários, recebimento de ações indenizatórias, sem se preocupar com a mudança do sistema de produção, cujas políticas públicas de educação, o obedecem. Além das contribuições das pessoas por meio de entrevistas, têm-se ainda outras mídias que

tratam das principais propostas de luta do SINTERO. Uma dessas mídias, o Informe Sintero¹⁵ (maio de 2015, p. 03), repercute uma das lutas do sindicato, a conquista de um percentual de 10 % de gratificação:

Embora não seja o índice desejado, o aumento de 10% em forma de gratificação tem muita importância, principalmente neste momento de crise em que vive o país. Para se chegar a esse resultado a diretoria do SINTERO precisou de muita habilidade e da união da categoria em torno de uma luta que começou ainda em dezembro de 2014.

Em um outro trecho, o informativo enaltece a “conquista” já citada, trazendo ainda, outras lutas do sindicato, com os vários momentos que envolveram a “conquista”: “gratificação de 10% é conquista sim”. O Informe Sintero (maio de 2015, p. 02) continua destacando as lutas da instituição:

A luta do SINTERO em defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores em educação se dá nas atividades sindicais diárias, mas, principalmente, nas assembleias da categoria, nas mobilizações, manifestações e nas greves. Tem sido assim nesses 26 anos de existência, e deverá ser assim por muito tempo, até que os governos enxerguem que o desenvolvimento econômico e social passa pela educação.

Torna-se evidente, a postura conservadora do sindicato diante do arrocho salarial e da retirada de direitos dos trabalhadores em educação, principalmente por este, considerar relevante a conquista de gratificações ao invés de lutar por um piso real de salário. A diretoria precisou de muita habilidade e de mais de um ano para alcançar tal propósito. O Sr. Manoel Rodrigues, presidente do Sindicato, conforme traz o referido informativo (maio de 2015, p. 03), expõe a proposta de luta do SINTERO para o ano de 2016: “A luta não para por aqui. Em 2016 o SINTERO tem como meta lutar pela incorporação de gratificações e por reposição salarial no vencimento básico”.

Fica demonstrado que as propostas apresentadas pelo sindicato permeiam o campo economicista, sem mencionar em nenhum momento a busca de implantação de políticas públicas que visam a melhoria nas condições de trabalho, melhoria da qualidade da educação, valorização profissional, formação continuada.

O SINTERO, conforme consta a Ata de sua fundação e o seu estatuto, foi criado com o objetivo de representar todos os profissionais da educação do Estado,

¹⁵ Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia – maio/outubro de 2015.

inclusive os da esfera municipal, assim sendo, o Informe Sintero (outubro de 2015, p. 05) relata a luta do sindicato em prol dos trabalhadores em educação dos municípios, merecendo destaque a greve dos trabalhadores do município de Porto Velho:

Depois de conduzir uma campanha salarial vitoriosa juntamente com a diretoria da Regional Norte, a Executiva continua trabalhando pelo cumprimento do compromisso assumido pela prefeitura com a categoria, bem como pelo pagamento de direitos como as diferenças do quinquênio, abono salarial e outras ações administrativas e judiciais. A partir do próximo mês o SINTERO já iniciará os estudos visando à campanha salarial de 2016.

Também nos municípios, o SINTERO, mantém igualmente sua proposta de luta, baseada em ganhos financeiros, esquecendo – se de que a luta, como bem explicita Marx (2015) deve ser além de econômica, uma luta política. Neste caso o sindicato priorizou a luta pela chamada “campanha salarial vitoriosa”. Seu informativo Informe Sintero (maio de 2015, p.08), dedicou quase uma página inteira de seu noticiário para tratar do tema:

Em assembleia realizada no dia 10 de abril os trabalhadores em educação municipais de Porto Velho suspenderam a greve iniciada no dia anterior, mediante a apresentação, pela Prefeitura, de um documento assinado pelo prefeito Mauro Nazif, pelo Secretário Mário Jorge Medeiros (Administração) e pela Secretária Francisca das Chagas Holanda Xavier (Educação), se comprometendo a cumprir a pauta mínima aprovada pela categoria no dia 1º de abril.

A pauta mínima consiste na concessão, com recursos do FUNDEB, de abono de R\$ 80,00 a partir de 1º de setembro, a ser incorporado ao vencimento na data base de categoria em 2016, respeitando o limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal; aumento de 50% no Auxílio Alimentação, passando de R\$ 160,00 para R\$ 240,00, a partir de abril de 2015; e reajuste salarial de 1% a partir de maio de 2015.

Percebe-se que, devido ao crescente processo de burocratização e institucionalização, os sindicatos, de modo especial o SINTERO, tem perdido sua identidade de luta. Tornou-se um sindicato que se orgulha em mobilizar uma categoria de trabalhadores para uma greve de um dia de duração, cujo resultado foi um reajuste salarial de 1%. Complementando as informações expostas, o informativo ainda enfatiza “a grande conquista”, enaltecida na seguinte publicação:

Diante da apresentação do compromisso por escrito e assinado pela Prefeitura, a direção do SINTERO considerou vitoriosa a luta dos trabalhadores em educação. “É importante lembrar que nem sempre

conseguimos tudo o que reivindicamos, mas a luta não acabou. Conseguimos um pouco agora, e vamos continuar lutando por salário justo e pela valorização da educação”, disse Manoel Rodrigues da Silva, presidente do SINTERO. Ele parabenizou a categoria, que se manteve unida e atendeu a todas as convocações do SINTERO, que participou das assembleias e das manifestações.

De acordo com a opinião do atual presidente, Sr. Manoel Rodrigues, que intermediou as “negociações”, a luta foi vitoriosa, ressaltando ainda que o sindicato vai continuar lutando pela valorização da educação e por salários justos para os servidores. É estarrecedora a afirmação do presidente do sindicato, uma vez que, diante de um cenário de sucateamento da educação, precariedade das condições de trabalho, além da desvalorização profissional, o mesmo considerar vitoriosa uma greve de um dia, com o “significativo” ganho de 1% de reajuste salarial para os trabalhadores. Em se falando ainda, da atuação do SINTERO nos municípios, o Informativo destaca que “em Castanheiras a diretoria executiva apoiou a regional da mata em busca de soluções para os trabalhadores em educação do município” (2015, p. 05). Ainda sobre a luta no referido município, o informativo afirma:

Os diretores participaram de reunião quando foi reativada a comissão de trabalhadores, encarregada de elaborar proposta de texto do Plano de Carreira Municipal. Também foi constatado que os professores não estavam com o Piso Salarial Nacional atualizado, e que os Técnicos Educacionais ainda recebiam complemento de salário mínimo. Os trabalhadores em educação de Castanheiras denunciaram a falta de condições de trabalho e de infraestrutura nas escolas municipais.

Quais foram as soluções apresentadas pelo sindicato para os problemas citados? Qual foi o apoio do SINTERO a esses trabalhadores? Causa espanto, o fato de haver em Rondônia servidores que ainda recebem complemento de salário mínimo. De acordo com seu estatuto e com o Sistema Diretivo, o SINTERO possui representantes em praticamente todos os municípios e, somente agora é que tomou conhecimento de tal situação. Em um cenário de intensificação da exploração da força de trabalho, aumento de inflação, desemprego, alta dos preços das mercadorias, receber complemento para se alcançar um salário mínimo, retrata bem a política sindical adotada pelos sindicatos na atualidade. A luta por esse complemento faz parte do plano de ação do SINTERO para atender as demandas dos municípios. Direitos assegurados na constituição são ainda hoje, objetos da luta sindical, como é o caso de vale transporte. Antunes (2003, p.77), questiona esta ação acentuadamente defensiva dos sindicatos, que buscam soluções

excessivamente imediatistas, ao invés de buscarem um projeto mais ambicioso de superação do modelo capitalista de produção, caminhando na direção da emancipação da classe trabalhadora. Em se tratando ainda da luta do SINTERO, o informativo expõe a visita ao município de Buritis, a fim de resolver possíveis problemas dos trabalhadores:

Os trabalhadores em educação de Buritis têm atenção da Diretoria executiva e da Diretoria da Regional Estanho. Recentemente o presidente do SINTERO, Manoel Rodrigues da Silva, e o Secretário de Imprensa estiveram em Buritis acompanhados de Diretores da Regional Estanho. A finalidade da visita foi promover uma reunião com a categoria para repassar os informes sobre a atuação do SINTERO, as lutas que estão sendo desenvolvidas, e informar quanto às ações judiciais em andamento. Os trabalhadores em educação disseram que pela primeira vez puderam dialogar diretamente com o presidente do SINTERO e expor as dificuldades e as demandas da categoria naquela localidade. Uma das reivindicações é a implantação do auxílio transporte.

Nota-se que, o comparecimento dos diretores do sindicato ao município teve o objetivo de apenas repassar alguns informes sobre a atuação do SINTERO e dialogar com os servidores. Em um outro município da Regional Estanho, o referido Informativo mais uma vez destaca o trabalho realizado pela Diretoria Executiva nas negociações junto a Gestão Municipal:

A participação da Diretoria Executiva do SINTERO, em apoio à atuação da Diretoria da Regional Estanho, foi fundamental para o sucesso da campanha reivindicatória dos trabalhadores em educação municipais de Alto Paraíso. Após uma reunião realizada no dia 02 de julho entre o prefeito de Alto Paraíso, diretores do SINTERO, vereadores e representantes da base, chegou-se a uma solução para o impasse. A prefeitura apresentou uma proposta que inclui a regularização do Piso Salarial Nacional na tabela e a regularização da complementação de salário mínimo nas tabelas salariais a partir de janeiro de 2016. O SINTERO também conseguiu fazer com que os dias de greve não fossem descontados do salário.

É possível constatar diante dos fatos apresentados que o SINTERO, tem se comportado como agente intermediador entre o trabalhador e o capital, aqui representado pelo Estado. As estratégias de luta do sindicato na atualidade diferem daquelas do início de sua fundação, conforme relata o Sr. João Duarte: “Está certo que as lutas de hoje não são mais como antigamente, de rua, de pressão, de invasão. Hoje está mais no campo das ideias [...]”. Mattos (2009, p.151), aponta para o resgate da concepção de sindicato classista, autônomo, combativo,

identificado com sua origem, diferente do modelo exposto pelo entrevistado. Em se falando ainda das lutas do SINTERO, o entrevistado completa:

São momentos diferentes? Momentos de governos diferentes [...] Roberto Sobrinho, quando era Presidente, era uma época do começo de tudo, era uma febre. Estar no movimento, era uma coisa bacana. Todo o mundo vinha, todo o mundo queria. Então, veio mudando. As lutas [...] as políticas econômicas exigiam mais. Era 80% de aumento, 200% de aumento. A inflação era alta. Então, eram os principais embates. [...]E também, hoje a política de greve, a política econômica mudou também. Hoje para um governo dar 10%, 15%, 20% é quase impossível?

O entrevistado, relembra a época em que o SINTERO organizava grandes mobilizações, confrontando o governo em busca de melhores condições salariais e de trabalho, mais investimento para a educação, etc. Como exemplo, uma dessas mobilizações chegou a manter aproximadamente 90 (noventa) dias de paralização.

Fez parte do plano de luta do SINTERO, a realização do 14º Congresso Estadual dos trabalhadores em Educação, ocorrido nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2015, na cidade de Porto Velho, que trouxe como tema: *“Formação, mais salário digno, mais valorização profissional, é igual a escola de qualidade”*.

De acordo com o INFORMATIVO SINTERO (outubro de 2015, p. 03), cerca de 400 pessoas participaram do evento, entre as quais: professores, palestrantes e técnicos educacionais. Conforme relata o jornal do sindicato, o Congresso teve ainda como objetivo: “[...] analisar a situação específica da categoria e a situação política, econômica e social do Estado e do país, bem como definir a linha de ação do sindicato e as suas relações intersindicais, além de fixar o seu plano de lutas”.

Além do objetivo central acima citado, o Congresso trouxe outras metas estabelecidas pela coordenação em seu plano de luta, juntamente com as propostas discutidas no decorrer de sua realização:

O 14º Congresso Estadual em Educação deverá discutir, também, outros assuntos inerentes ao cotidiano dos profissionais da educação, como violência nas escolas, currículo escolar, o avanço da tecnologia e sua aplicação no processo educacional, bem como as lutas da categoria por seus direitos.

O SINTERO se contradiz ao dizer que busca a valorização profissional e a qualidade na escola, pois, no ano posterior à realização de seu Congresso que defendia essas melhorias foi implantado o Ensino Médio com Mediação Tecnológica (EMMTEC), cujo relator do projeto no Conselho Estadual de Educação (CEE), foi um

Tde seus diretores, João Ramão, diretor da Secretaria de Formação Sindical que emitiu parecer favorável. Outro fato que confirma a existência de tal contradição, é a nota publicada no Boletim do SINTERO (dezembro de 2015), quando o sindicato diz que “defende o uso dos recursos tecnológicos como aliados na luta pela melhoria (...) do ensino, não para precarizar a profissão dos trabalhadores em educação. A substituição de aulas reais por vídeo-aulas é um retrocesso e deve ser combatido”.

Além de colaborar na implantação do projeto, o SINTERO contribuiu ainda com a gravação das aulas desse programa pois, Alex de Souza Rodrigues, diretor da Secretaria de Cultura e Políticas Sociais e Saúde do Trabalhador, é um dos professores que grava as aulas (GOMES, 2016). O referido projeto consiste em um professor habilitado em qualquer formação aplicando vídeo-aulas de todas as disciplinas. Preferencialmente esses professores são pedagogos, uma vez que, com o reordenamento das séries iniciais, estes, em sua maioria estão sem lotação.

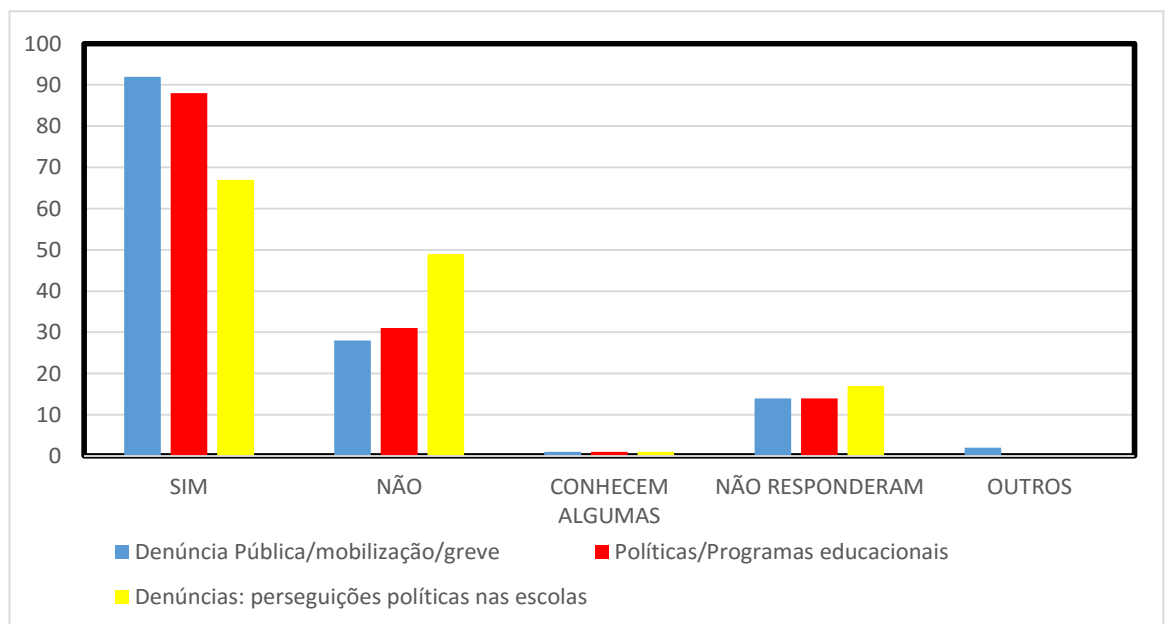
O Ensino Médio com Mediação Tecnológica- EMMTEC implantado no Estado de Rondônia, a exemplo das políticas de ensino por mediação tecnológica que já foram implantadas no Estado da Bahia e do Amazonas, projetam a tendência geral dos processos de ampliação da educação à distância para o Ensino Médio com fortes indícios de avanço do projeto de privatização da Educação Básica.

O Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica implantado em Rondônia tem como base legal a LDB n.9.394/96, as Resoluções n. 04/2010-CNE/CEB, n.2/2012-CNE/CEB, n.095/2003-CEE/RO e n.1.166-CEE/RO. Foi estabelecido por meio da Portaria N. 680/2016-GAB/SEDUC, de 08/03/2016 nas escolas da rede pública estadual de ensino. O Projeto cria um tipo de Curso, cuja natureza não existe em nenhuma lei do país: a “Educação com Mediação Tecnológica”. As principais justificativas apresentadas pela SEDUC para implantação do projeto é que não há professores em número suficiente para atender a demanda do ensino médio em todo o Estado e que ele seria implantado em lugares de difícil acesso onde não há escola. Também se justifica pela redução dos gastos em educação. O Estado tem cada vez mais assumido a política do Estado mínimo. O que de fato está ocorrendo é que o projeto está sendo implantado em lugares de fácil acesso, como nas escolas do campo próximas à cidade e na zona urbana, ao mesmo tempo em que se fecham salas de aulas de ensino médio presencial. Há um processo crescente de destruição do ensino médio. As políticas educacionais têm um viés fortemente privatista em se tratando de ensino médio

integrado e ensino médio profissionalizante. Tal política educacional obedece a “doutrina teórico-política neoliberal que tem como proposta central para a educação a intensificação da privatização da escola pública como política de Estado” (SOUZA,2002, p.87).

A posição do SINTERO em relação ao EMMTEC vai de encontro aos processos de destruição do ensino médio público em Rondônia. O SINTERO não possui um plano de lutas que atenda às necessidades dos trabalhadores em educação no Estado de Rondônia, mas as ações e propostas são reconhecidas pelos filiados. Constatamos que a maioria dos participantes disseram ter conhecimento das ações relacionadas às mobilizações e greves. O que demonstra ser uma prioridade da instituição as lutas relacionadas à questão salarial.

Gráfico 1: A base sindical e o plano de lutas estabelecido pelo SINTERO.



Fonte: Gráfico organizado pelo autor, 2016.

Apesar do filiados terem dito, ao serem questionados a respeito das ações políticas do SINTERO voltadas a melhoria das condições de trabalho, mobilização ou greves contra a implantação de políticas educacionais do MEC ou da Secretaria de Educação do Estado, que possuem conhecimento sobre essas ações de luta estabelecidas pelo SINTERO, estes se contradizem, pois, essas ações políticas não acontecem, como exemplo, o próprio sindicato contribui com o Estado para implantação de programas voltados a precarização da qualidade do ensino público

e desvalorização profissional, haja vista, a colaboração de seus dirigentes com a implantação do EMMETC, cujo objetivo principal parece ser e a redução de investimentos e desqualificação do ensino, pois, com o reordenamento do ensino fundamental conforme previsto na Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ficando este, a cargo dos municípios, a prioridade de lotação dos professores pedagogos do Estado que antes trabalhavam com as séries iniciais, tendo sido nas aulas do EMMETC. Diante do exposto, é possível perceber que ações do SINTERO voltadas à melhoria da qualidade da educação, por meio da implantação de públicas, na prática não existem, ao contrário, este contribui com o governo para destruição do ensino médio nas escolas estaduais.

4. O PAPEL DO SINTERO NO PROCESSO DA LUTA DE CLASSES NO CONTEXTO DE CRISE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.

4.1- As relações do SINTERO com o Estado e com seus filiados.

É de conhecimento geral que, sempre houve o interesse por parte do Estado a serviço do grande capital em cooptar os dirigentes sindicais. No início do movimento sindical no Brasil, o governo utilizou-se de vários mecanismos na tentativa de aliciar seus dirigentes. Dentre esses mecanismos podemos citar a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) na Era Vargas, que por meio da chamada “Carta Sindical” atrelava os sindicatos ao Estado.

No momento atual, percebe-se que a realidade do sindicalismo não é diferente, principalmente a partir de 2002, quando o Partido dos Trabalhadores (PT) assume o poder. É o que afirma Bianchi e Braga (2012 *apud* Arruda, 2015, p. 03):

Desde a eleição de Lula da Silva, em 2002, a relação do sindicalismo brasileiro com o aparelho de Estado modificou-se radicalmente. Nunca é demais rememorar alguns fatos. Em primeiro lugar, a administração de Lula da Silva preencheu aproximadamente metade dos cargos superiores de direção e assessoramento – cerca de 1.300 vagas, no total – com sindicalistas que passaram a controlar um orçamento anual superior a R\$ 200 bilhões. Além disso, posições estratégicas relativas aos fundos de pensão das empresas estatais foram ocupadas por dirigentes sindicais. Vários destes assumiram cargos de grande prestígio em companhias estatais – como, por exemplo, a Petrobrás e Furnas Centrais Elétricas –, além de integrarem o conselho administrativo do BNDES. O governo Lula promoveu, ainda, uma reforma sindical que oficializou as centrais sindicais brasileiras, aumentando o imposto sindical e transferindo anualmente cerca de R\$ 100 milhões para estas organizações.

Além da ocupação de cargos em empresas estatais, dirigentes sindicais da CUT, fizeram parte do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), cujo objetivo visava a implantação da Reforma da Previdência, em que estava em jogo a retirada de direitos dos servidores públicos, tais como, o direito à aposentadoria integral em detrimento às aposentadorias complementares dos fundos de pensão privados. Em relação à retirada de direitos, a CUT, que em outras épocas se posicionava contra, agora assume claramente seu apoio ao governo, como exemplo, colocando-se contra as greves dos servidores públicos federais no período do Governo Lula (MATTOS, 2009, p.147). Percebe-se a contradição na forma de atuação da Central Sindical, visto que, no seu início apresentava uma

proposta de sindicalismo classista, identificada com a luta de classes, na atualidade assume abertamente a proposta neoliberal, se colocando contra os trabalhadores.

O perfil da Força Sindical, outra central sindical, é semelhante ao da CUT, tendo em vista que sua fundação se deu por meio de uma roda de discussão entre sindicalistas e integrantes da classe dominante, é o que mostra Rossi e Gerab (2009, p. 101):

Numa roda de discussão, no interior paulista, sentaram-se, representando os interesses das classes dominantes, a Secretaria do Trabalho e Promoção Social do Governo do Estado de São Paulo da gestão de Orestes Quércia; o então presidente da República, Fernando Collor de Mello, e seu ministro da Justiça, Bernardo Cabral; além da própria Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo – patronal). Como sindicalistas e, também articuladores do evento, sentaram-se nessa roda: Luís Antônio de Medeiros, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, presidente do Ibes (Instituto Brasileiro de Estudos Sindicais, que dava a fachada legal para o repasse de dinheiro), e Antônio Rogério Magri, ex-presidente da CGT, que fora nomeado ministro do Trabalho para garantir a cumplicidade desse setor sindical com o governo Collor. Foram esses os principais atores dessa ação, que viabilizou a Força Sindical.

Portanto, nota-se uma íntima ligação entre a Força Sindical e políticas neoliberais, tendo em vista que esta é fruto e parceira dos grandes empresários e homens de negócio. Os trabalhadores não poderiam esperar outra coisa, se não a retirada dos direitos conquistados, por meio da flexibilização da legislação trabalhista, além das reformas orquestradas pelos governos subalternos aos organismos internacionais. É possível verificar também no Estado de Rondônia, assim como no país, uma estreita relação entre sindicato e governo. É o que se percebe ao analisar o relato de um dos filiados que participou da pesquisa:

Percebe-se claramente que o sindicato (SINTERO) e o governo do atual mandato principalmente, estão aliados, pois, em suas respectivas campanhas eleitorais um pedia voto para o outro: governo X SINTERO, SINTERO X governo. Outro sim, os acordos são firmados pela direção do SINTERO com o governo independente da vontade nacional (dos filiados). Por isso, a classe perde força a cada greve, infelizmente não há vantagens alguma a categoria aderir à greve, pois, não implica em sucesso, e sim, em fracasso. Já participei de várias greves, até mesmo em governos tidos como carrasco, mas o SINTERO não se vendia, diferente da realidade atual.

Torna-se visível o descontentamento dos filiados diante da postura assumida pelo SINTERO em relação às mobilizações, haja vista que, os próprios membros da diretoria do sindicato suspeitam do atrelamento do SINTERO ao governo do Estado. É o que se pode ver na audiência ocorrida entre sindicato e representantes do

governo, onde estavam presentes os secretários da SEDUC, Casa Civil, SEFIN, SEPOG, o diretor Executivo da (SEARH), além de representante da procuradoria geral do Estado e secretários adjuntos da SEPOG, a qual tinha como pauta assuntos relacionados a proposta feita pelo governo Estado aos servidores de educação e a contraproposta apresentada pela categoria, através de seus representantes. Em um dado momento da referida audiência, o sindicalista Alan Duarte, Diretor da Regional Estanho, questionou a diretoria do sindicato e suas posturas em defesa do governo do Estado, como noticiou Neto (2015) no site www.informarondonia.com:

[...] deveria se levantar mais contra o governo e em favor dos trabalhadores em Educação. Para o diretor da Regional Estanho, o silêncio da diretoria executiva diante de denúncias contra o executivo estadual e até da cassação do governador Confúcio Moura, não condiz com a característica principal do sindicato e nem com sua diretiva primária que é a de auxiliar na fiscalização dos atos do governo para garantir a conquista ou manutenção de direitos e benefícios para os trabalhadores em Educação do Estado que ao longo dos últimos dez anos, acumulam perdas não só de poder de compra dos seus salários, mas também de benefícios conquistados por outras categorias, mas que nunca se estendem para o setor da educação.

Diante do exposto, percebe-se claramente a contradição dentro do próprio sindicato, pois, verifica-se a diferença de pensamento no que se refere ao plano de luta adotado pela Diretoria Executiva e as posições do Diretor da Regional Estanho. O fato mostra a luta de classes dentro do próprio SINTERO, tendo em vista que uma parte da categoria representada pelo Diretor da Regional denuncia e enfrenta publicamente os dirigentes da Diretoria Executiva atrelados ao governo.

As relações entre a diretoria da entidade e os sucessivos governos são analisadas pelo ex-presidente João Duarte no decorrer das greves:

Se você começar a compreender os primeiros diretores: o Roberto, o Nereu, o Wildes, EU [...], foram momentos diferentes. O Roberto, o governo era o Jerônimo. O Wildes já foi o Raupp, o Raupp e o Bianco. O Nereu foi da época do Piana. Eu fui da época do Cassol. E cada governo é diferente. O Piana era horrível. O Piana era truculento até dizer basta. Truculento. O Cassol foi governo na minha época. O Cassol já entrou com toda aquela truculência dele. Jogando tudo. Então, quer dizer, foram momentos diferentes. Governos diferentes. O Raupp já não era tão truculento assim. O Raupp já era mais de conversa. Época do Wildes. O Bianco fez a grande besteira, mas não era tão truculento. Hoje, a gente está com o Confúcio, e não é um governo truculento. Mas também é um Governo que não define um caminho para lugar nenhum. Então, gente fica em uma situação difícil.

Ao interpretar a fala do ex-presidente da instituição, torna-se evidente a relação entre os dirigentes do SINTERO e os governantes. Os movimentos grevistas com maior durabilidade aconteceram durante os supostos governos “truculentos”. Os menos truculentos são coincidentemente, os governos do PMDB em aliança com o PT. No entanto, quando há uma gestão, em que o diálogo é mais brando e as negociações são mais flexíveis, geram múltiplas interpretações da base sindical. Marx e Engels (2015) expõe em sua teoria que são impossíveis a conciliação entre o estado burguês e o proletariado, o que torna inevitável a revolução violenta haja vista que o Estado surgiu do caráter inconciliável das classes. Assim sendo, Lênin (1980, p. 235-236) confirma:

Que a violência, porém, ainda desempenha outro papel na história (além do de ser agente do mal), um papel revolucionário, que ela, nas palavras de Marx, é a parteira de toda a velha sociedade que anda grávida com uma nova, que ela é o instrumento com o qual o movimento social se realiza e quebra formas políticas petrificadas, mortas [...]. Ele não pode ser substituído pelo Estado proletário (pela ditadura do proletariado) pela via a “extinção”, mas, regra geral, apenas pela revolução violenta.

Portanto, sem a revolução violenta não será possível a emancipação da classe trabalhadora. Neste caso, o SINTERO, que têm assumido o diálogo com a burguesia, exposta na figura do Estado, terá que rever sua proposta de luta, haja vista, que em suas ações, está em pauta, a negociação com a classe dominante, deixando de lado o enfrentamento.

Isso mostra que a luta do sindicato ao longo dos anos se enfraqueceu, pois, mesmo na gestão dos governos ditos truculentos, o SINTERO fazia grandes mobilizações. Este período contou com várias greves, com meses de paralização, o que resultou em várias conquistas para os trabalhadores, como exemplo, a conquista de horário de planejamento para os professores, retornos às atividades dos 6.480 servidores demitidos durante o governo de José de Abreu Bianco, além de outras vantagens.

Os trabalhadores em educação entrevistados relataram a postura conservadora do sindicato e seu papel conciliador em relação ao Estado: “Nas últimas greves percebi que o sindicato está agindo diferente, tipo com medo de encarar o governo ao ponto de chorar pedindo para que voltássemos à sala de aula. Isso nunca vou esquecer”. Para os filiados, o sindicato tem deixado de lado a luta e o enfrentamento perante o governo: “Anos atrás o SINTERO era mais combativo,

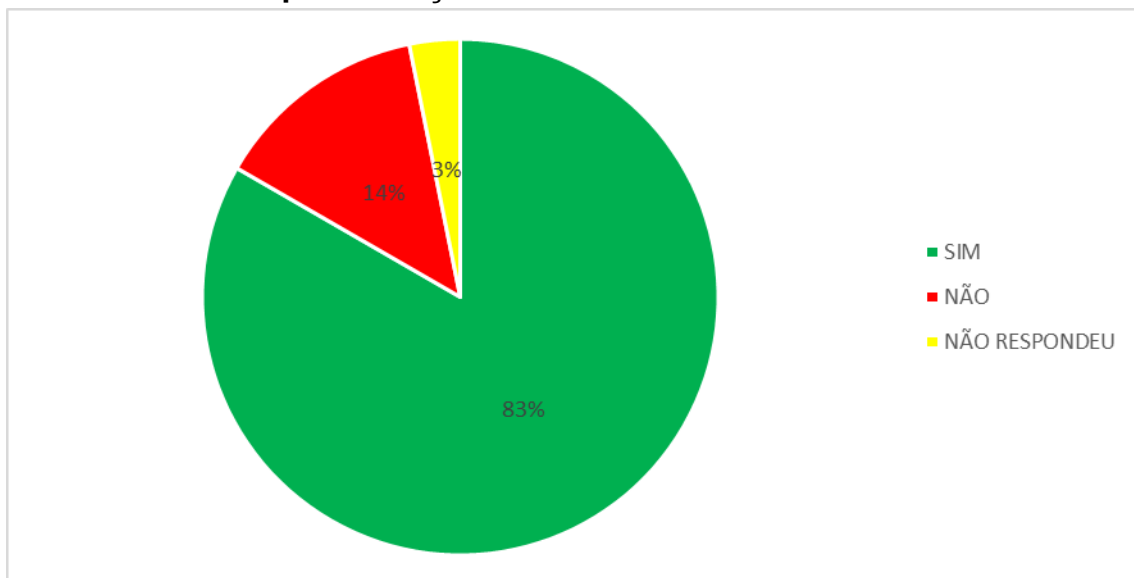
hoje está muito acomodado, nosso sindicato é pelego. Ter uma política no papel é fácil, mas, mostrar a força e lutar até o fim não tem coragem” (FILIADO, 2015).

Em se tratando ainda da relação do SINTERO com sua base, alguns filiados em resposta ao questionário disseram que: “o SINTERO, por meio da sua diretoria, está envolvido em uma série de situações que comprometem a vida dos sindicalizados. Há inúmeras denúncias sendo investigadas, que com o tempo a justiça trará à tona, isso fica evidente na forma como nossos representantes nos olham, e em nas suas falas, usando sempre a defensiva”. Os filiados (2015) denunciaram ainda, por meio do questionário:

Quando o SINTERO oferece formação sindical os participantes são escolhidos de acordo com os interesses da diretoria, além disso, os cursos de formação sindical são oferecidos apenas com intuito de justificar (camuflar) gastos e desvios de verbas para outros fins.

Em se tratando ainda das relações do SINTERO com o Estado e também com seus filiados, o gráfico 2 mostra a participação dos filiados nos movimentos grevistas.

Gráfico 2: Greves por condições de trabalho.



Fonte: Gráfico organizado pelo autor, 2016.

As informações cedidas pelos filiados, representadas no gráfico acima, apontam uma contradição em relação às informações divulgadas pelo SINTERO, conforme consta em seu Informativo, Informe Sintero (maio de 2015, p.03): “vitória

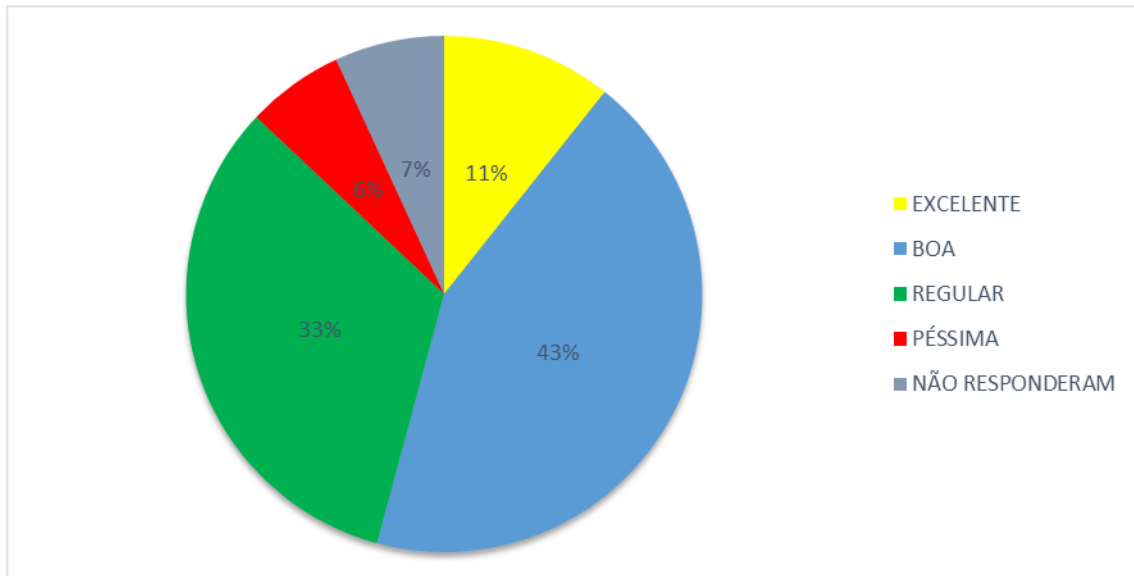
da luta: 10% de reajuste salarial em forma de gratificação, auxílio transporte para todo o Estado e plano de reajustes até 2018”. Em seu jornal informe Sinterero (maio de 2016, p. 03), o sindicato informa, ainda: “2016, como sendo ano de importantes conquistas para os trabalhadores em educação”. As conquistas a qual se refere o SINTERO foram: aumento na gratificação dos professores, orientadores e supervisores de 280 reais para 620 reais, concessão de auxílio alimentação no valor de 253 reais mensais para todos os trabalhadores em educação do Estado e incorporação ao vencimento do auxílio atividade educacional no valor de 10% para todos os trabalhadores da educação do Estado de Rondônia. Conforme se percebe, as “conquistas” do SINTERO na atualidade apresentam um caráter puramente economista, haja vista, que em nenhum momento trata de melhorias nas condições de trabalho dos educadores e investimentos em políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade do ensino. Tal fato confirma a contradição em relação aos dados expostos no gráfico acima, quando 83% dos filiados pesquisados disseram ter feito greves reivindicando melhorias nas condições de trabalho. O exposto na seção anterior também mostra que as mobilizações do SINTERO, em sua maioria, estão relacionadas às reivindicações de caráter econômico.

Marx e Engels (2015, p.378), falam da importância da luta dos sindicatos contra o avanço do capital, porém alertam para a falha destes, em usar de forma pouco inteligente a sua força. Estes deveriam usá-la organizadamente para promover a completa emancipação da classe trabalhadora, ao invés de promoverem somente a luta por melhores salários. No entanto, para que o sindicato promova a emancipação do proletariado, faz-se necessário, que tenha à frente do movimento uma vanguarda revolucionária, conforme salienta Marx (1865 *apud* Losovsky, 1989, p. 153):

Se uma greve, apesar de apresentar amplas proporções, for encabeçada por chefes que, desde o início, limitem-se aos estreitos marcos corporativos, o seu filão político se enfraquece, esvazia-se o seu conteúdo fundamental, e não dará os resultados políticos esperados.

Os autores acima citados indicam como deve se comportar os dirigentes do movimento grevista e como deve ser a luta dos trabalhadores, diferente do modo de atuação dos dirigentes do SINTERO. Conforme os dados da pesquisa verificam-se a “acomodação dentro da ordem” dos dirigentes sindicais e a insatisfação dos filiados no que concerne a prática desses dirigentes. É o que evidencia o gráfico 3.

Gráfico 3: Avaliação da atuação do SINTERO pelos seus filiados.



Fonte: Gráfico organizado pelo autor, 2016.

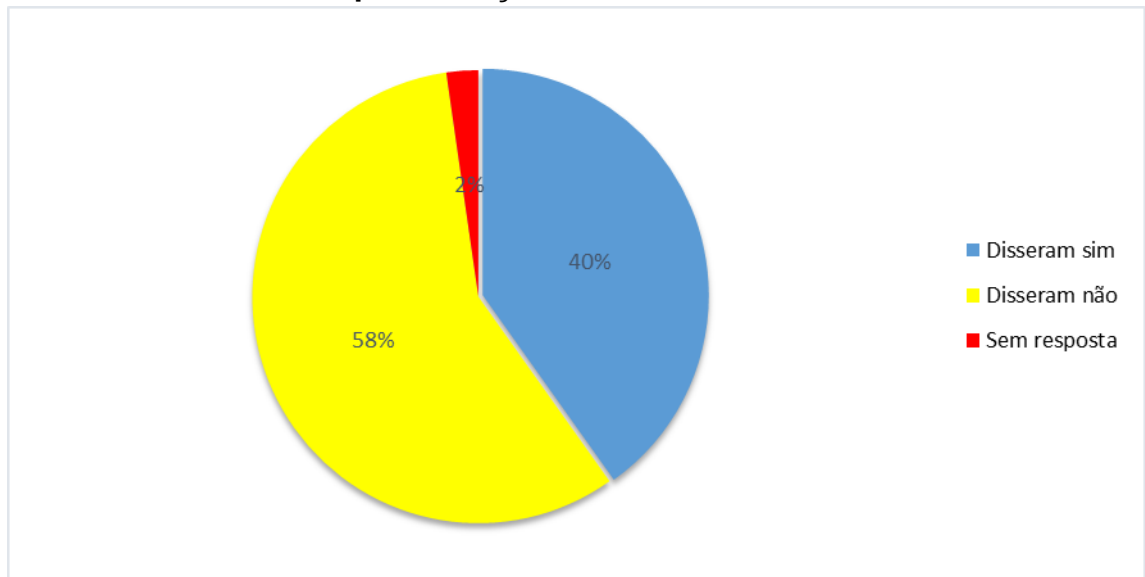
Talvez o descontentamento de 39% dos 130 filiados pesquisados quanto à atuação do sindicato esteja ligada ao posicionamento dos dirigentes diante dos movimentos grevistas, conforme mencionado anteriormente. Soma-se também a postura da diretoria da instituição diante das políticas educacionais implantadas pelo Estado. Confirma o descaso do sindicato em relação às políticas públicas voltadas à educação o relato da professora que trabalha na Educação Indígena: “As escolas e alojamentos entre outros aspectos são péssimos” (FILIADO, 2015).

As precárias as condições de trabalho nas escolas estaduais não se apresentam somente aos educadores indígenas do Estado de Rondônia, pois, nos outros espaços escolares há salas de aulas com pouca iluminação, sem ar-condicionado, falta de espaços de biblioteca, laboratórios de biologia, banheiros adequados entre outras. Os professores relatam que além dessas precárias condições trabalho, somam-se ainda o autoritarismo, desrespeito de alunos e pais, o autoritarismo e, às vezes, até assédio moral por parte de algumas direções de escola. Relataram também o descontentamento e o desprestígio perante as Coordenadorias Regionais de Ensino-CREs, devido à falta de ética das mesmas quanto à concessão de licença remunerada para se cursar mestrado ou doutorado. O benefício que é garantido por lei a todos os professores somente é concedido a alguns que estão lotados nas CREs ou na SEDUC – Secretaria de Estado de Educação, de acordo com a conveniência dos respectivos gestores de ensino. O

questionário revelou que também faz parte do dia a dia dos professores do Estado de Rondônia, junto às péssimas condições de funcionamento, a superlotação das salas de aula.

Portanto, os trabalhadores em educação conforme demonstrou os dados do questionário enfrentam inúmeros problemas nas escolas do Estado de Rondônia, como se não bastasse a precariedade das condições de trabalho, o estudo indicou que aproximadamente 40% dos trabalhadores pesquisados realizam outras atividades para complementar o salário que recebem, conforme indica o gráfico 4:

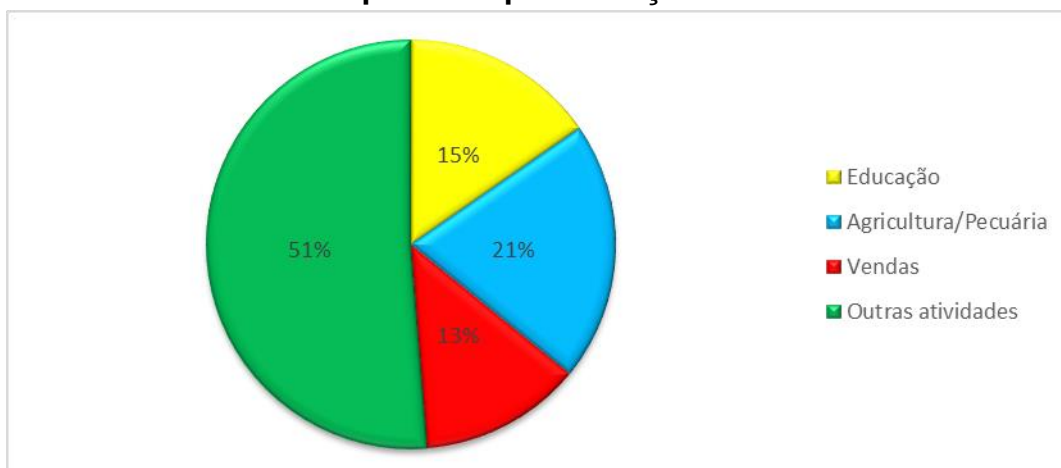
Gráfico 4: Atividades de complementação salarial.



Fonte: Gráfico organizado pelo autor, 2016

A maioria dos participantes da pesquisa disse não trabalhar horas extras na escola, mas afirma que desenvolve outras atividades de complementação de renda. Isso mostra o quanto o SINTERO tem deixado de lado a luta classes, assumindo a discurso da classe dominante, pois, diante do arrocho salarial e da precarização do trabalho docente, os trabalhadores da educação têm buscado outras formas de complementar sua renda, seja por horas extras ou outros meios de aumentar o seu ganho. Entre as atividades de complementação, alguns dos participantes da pesquisa disseram até vender doces para complementar sua renda. Algumas das várias atividades desenvolvidas por esses profissionais para complementar sua renda estão expostas no gráfico 5:

Gráfico 5: Ramo de atividade para complementação salarial.



Fonte: Gráfico organizado pelo autor, 2016.

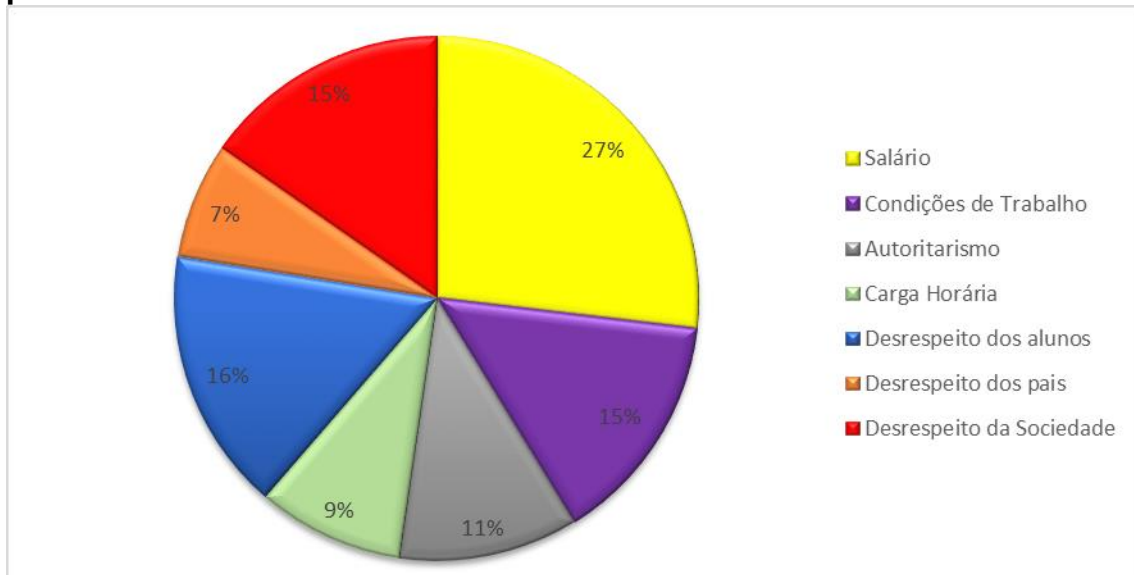
O gráfico 5 mostra que os trabalhadores da educação entrevistados realizam atividades extras a fim de aumentar sua renda, para garantir sua sobrevivência. O fato explicita a contradição quanto a atuação do sindicato diante das situações pela qual vivenciam seus filiados. Além das atividades realizadas fora da escola para aumentar a renda familiar desses educadores, há ainda àquelas realizadas nas próprias escolas, ou seja, há professores que trabalham 60 ou 65 horas semanais.

Mesmo tendo uma carga excessiva de trabalho devido a precarização e desvalorização profissional, fruto da falta combatividade das entidades sindicais, estes, dizem não ter e/ou criar outras atividades para complementação salarial, talvez seja pelo processo de alienação a que estão submetidos. Como exemplo, uma servidora entrevistada com contrato de 40 horas semanais, disse trabalhar 65 horas. Possivelmente, essas, 25 horas de trabalho restantes são desenvolvidas em casa. Essa realidade é confirmada por Orso (2011, p. 235) “no entanto, temos professores que trabalham não apenas 40 horas, mas 50 ou 60 horas semanais. O fato é que ninguém trabalha à toa, apenas porque quer, mas, sim, porque precisa, sobretudo quando se é explorado”. Muitos dizem não trabalhar além da carga horária, entretanto, exercem outras atividades, para melhorar a renda. Isso mostra a contradição proporcionada pelo modo de produção capitalista, uma vez que, superexploração, precarização, subproletarização do trabalhador fazem parte dos meios pelo qual o capital procura manter a seus lucros e tentar superar suas crises.

Em se tratando ainda, das contradições existentes na forma de atuação do SINTERO, a pesquisa ilustra por meio do gráfico 6, o pensamento dos trabalhadores

em educação entrevistados quanto à valorização profissional, que ao mesmo tempo confronta com o que é expresso pela diretoria do SINTERO por meio dos veículos de comunicação, principalmente o seu, Informe Sintero:

Gráfico 6: Um olhar sobre as formas de desvalorização profissional.



Fonte: Gráfico organizado pelo autor, 2016.

Observa-se que, embora o SINTERO tenha veiculado no seu órgão informativo Informe Sintero (2015), que conquistou alguns benefícios salariais, além da realização de Congresso para discutir a valorização profissional, salário digno, formação continuada e qualidade na educação, o gráfico acima mostra que há um grande abismo entre o que é divulgado e a realidade enfrentada pelos trabalhadores da educação, tendo em vista, que além da desvalorização profissional, estes convivem com outras formas de desvalorização, seja pelo desrespeito de modo geral ou até mesmo pelas políticas educacionais implantadas pelo governo que representam uma afronta para esses trabalhadores. Isso mostra que haverá um longo caminho a ser percorrido por estes trabalhadores da Educação do Estado de Rondônia, sobretudo no que diz respeito à organização sindical, pois terão de encontrar um novo jeito de organizar sua luta enfrentando até mesmo as contradições no próprio sindicato.

4.2 - As principais contradições no desenvolvimento das lutas dos trabalhadores em educação do Estado de Rondônia.

Para se fazer uma análise das contradições no desenvolvimento das lutas dos trabalhadores da educação do Estado de Rondônia, faz-se necessário primeiramente conhecer as relações do homem como sujeito histórico diante do processo de produção, bem como suas relações com seus pares e consigo mesmo.

É possível afirmar que as mutações no mundo do trabalho, cujas formas são flexibilização, terceirização, subcontratação, controle de qualidade total, entre outras tantas orquestradas pelo capital no gerenciamento do processo produtivo, trouxeram inúmeras consequências para o proletariado e que também influencia na forma de gerenciar a educação que para Gentili (1996, p. 5)

[...] a grande operação estratégica do neoliberalismo consiste em transferir a educação da esfera política para a esfera do mercado questionando assim seu caráter de *direito* e reduzindo-o a sua condição de propriedade. [...] O modelo de homem neoliberal é o cidadão privatizado o *entrepreneur*, o *consumidor*.

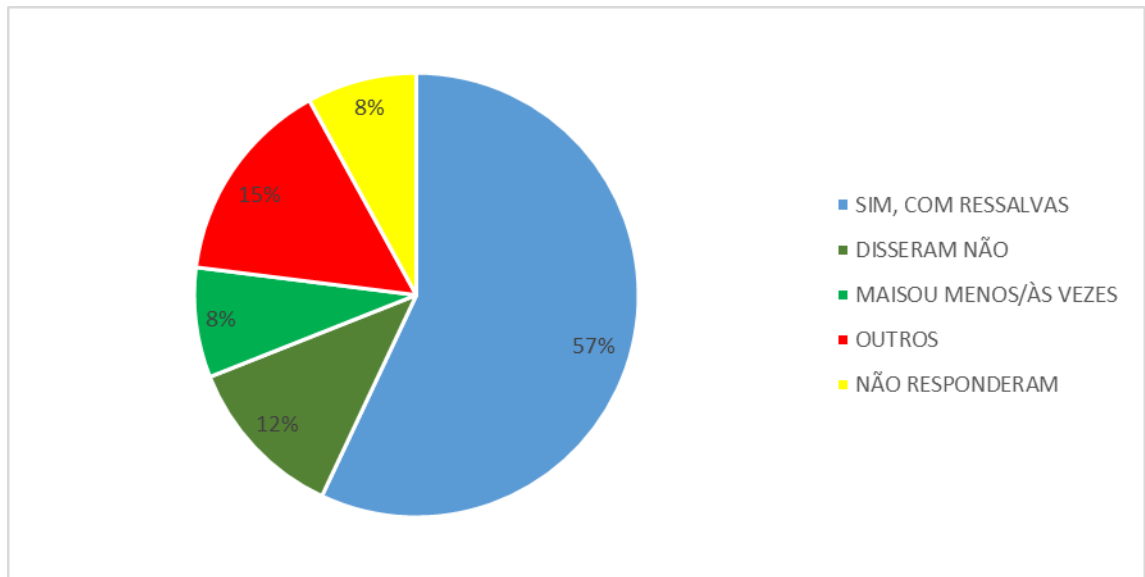
Observa-se que as políticas neoliberais que foram implantadas pelo capital, na tentativa de superar a crise estrutural, atingiram o Estado, fazendo com que o governo alterasse a forma de gerenciar as políticas públicas, principalmente àquelas voltadas à educação e saúde. Assim, a proposta de reforma do Estado, se dá por meio da chamada parceria público-privada que para Peroni, Oliveira e Fernandes (2008, p. 766):

As lutas e conquistas dos anos de 1980 no Brasil, de direitos universais, deram lugar à naturalização do possível, isto é, se um Estado “em crise” não pode executar políticas, repassa para a sociedade civil e esta, por sua vez, focaliza as políticas sociais nos mais pobres para evitar o caos social. O Estado apenas repassa parte do financiamento, e avalia.

Os investimentos na educação de acordo com a ótica do capital seria um desperdício de verbas por parte do governo. Sendo assim, o sucateamento das escolas, junto à precarização do trabalho docente e outros problemas presentes no universo educacional, torna-se algo trivial. A manutenção e funcionamento das escolas têm sido complementados pela comunidade escolar, que por meio dos chamados “amigos da escola” e a realização de pequenos bingos e rifas garantem minimamente seu funcionamento. Essa é uma forma de transferir aos poucos a responsabilidade e o financiamento às famílias, ou seja, um processo de privatização paulatina da educação pública. O sindicato não se posiciona sobre isso.

Quando se trata das contradições no desenvolvimento das lutas dos trabalhadores da educação do Estado de Rondônia, observa-se de acordo com os dados da pesquisa, o fato de 57% dos participantes terem dito que o sindicato é combativo, embora com ressalvas, conforme apresentado no gráfico a seguir:

Gráfico 7: O SINTERO e seu grau de combatividade



Fonte: Gráfico organizado pelo autor, 2016.

Apesar da maioria dos participantes terem afirmado que o sindicato é combativo, percebe-se a contradição quando se faz uma análise das condições de trabalho e da desvalorização salarial dos trabalhadores, pois, caso o SINTERO fosse mesmo um sindicato combativo conforme aponta os dados acima, talvez não necessitasse que seus filiados excedessem sua carga horária de trabalho, para garantir sua sobrevivência, conforme visto na seção anterior.

Em se falando ainda, da combatividade do SINTERO, outro fator que causa desconfiança, é fato dos próprios dirigentes do sindicato estar contribuindo com o Estado na implantação de suas políticas públicas, como foi mostrado anteriormente. Ter o seu dirigente João Ramão como relator do processo do EMMTEC, significa dizer que o SINTERO, têm se comportado como órgão de apoio ao governo na implantação de suas políticas e, ao invés de estar lutando pela melhoria da qualidade do ensino e das condições salariais e de trabalho dos educadores, contraditoriamente, contribui para sua precarização, ao apoiar a implantação de políticas neoliberais e privatistas.

Fica evidente, de acordo com a pesquisa, a contradição entre o discurso e a prática sindical adotada por seus dirigentes, haja vista, que de acordo com o exposto na seção anterior as lutas do sindicato estão voltadas basicamente às questões econômicas. As lutas por políticas de formação continuada, valorização profissional, melhoria da qualidade na educação, são relegadas a segundo plano por parte da direção do SINTERO.

Torna-se perceptível ainda a contradição, quanto às propostas de luta do sindicato, ao identificarmos a perda da identidade de classe por parte de alguns membros da diretoria do SINTERO, ao assumirem o discurso da classe dominante de que “a luta agora é diferente”, conforme disse o Sr. João Duarte. É visível na fala do entrevistado, a incompreensão da existência das contradições, sobretudo, a contradição entre trabalho e o capital, ou seja, o mesmo desconhece que a mudança da realidade social só é possível por meio da revolução, significa dizer que, a transposição do quadro de exploração em que vivem os trabalhadores, só é possível pela superação das contradições de classe, com a apropriação dos meios de produção e implantação de um novo modo de produção, e não por meio do apego às concepções idealistas, conforme demonstra sua fala a seguir:

Mas é interessante, quando a gente faz uma reunião do sindicato, todo se dão a mão, toda reunião, no começo e no fim dão a mão e cantam uma Ave Maria, um pai nosso, e se faz uma oração para contemplar todas as religiões ali representadas. E eu estou dentro. Então, para mim, o sindicato está mais religioso do que anteriormente. Antigamente tinha muita gente assim mais radicais, mais sectários. Contra religião [...] não sei o que [...] eu acho que a gente tem que aprender a respeitar os outros e seguir o nosso caminho. Não e mais como antigamente: “eu não acredito em Deus” [...] não sei o que. Acho que no sindicato não tem mais ninguém que pensa assim. Pelo menos no SINTERO. O pessoal é mais religioso.

Conforme o entrevistado é cada vez mais comum a presença da religião nas atividades do SINTERO. Percebe-se que é comum a prática de orações, tanto que, no decorrer de assembleias, reuniões e Congresso há sempre um momento para se buscar a ajuda divina. Como exemplo, o 14º Congresso do SINTERO, teve em sua programação, “4º Encontro Gospel dos Trabalhadores em Educação”. Nota-se que, o sindicato se coloca em contradição ao buscar ajuda para a transformação da realidade material na religião. Sua diretoria se esquece de que, só o homem real é capaz de superar sua condição de explorado, e somente este, tem o poder de libertar-se da alienação religiosa, tomando consciência de sua verdadeira natureza,

de sua condição de sujeito histórico, o único capaz de mudar o mundo (MARX E ENGELS, 2002, p. 39-40).

A presença da religião nas atividades do SINTERO se confirmou também ao analisar o depoimento de outros entrevistados. O primeiro presidente eleito da instituição, o Sr. Roberto Sobrinho deixa bem claro sua posição no que se refere ao sindicato e a religião quando afirma que: “o sindicato, desde que ele aja de forma ecumênica, não há nenhum problema em falar de Deus”, também para o Sr. Nereu Klosinsky, assim como os demais entrevistados, a ligação entre o SINTERO e a religião é avaliada como positiva, não obstante, afirmar que, inicialmente houve muita resistência:

Logo no início da fundação havia resistência de algumas igrejas evangélicas até a filiação em 1990, 1991. Em 1991, eu já fazia parte da direção do sindicato. Porque a grande mídia já vinculava que o sindicato era do PT, era contra a igreja, era isso. Então, já tinha essa resistência.

O relato dos entrevistados é esclarecedor quanto a presença da religião no sindicato, embora tenha havido resistência por parte de alguns filiados, contraditoriamente, mesmo quando o sindicato era mais combativo, em que buscava melhorias para a categoria, período este, de várias conquistas, sua diretoria já recorria às forças divinas em busca de auxílio para superar as contradições da vida real. A Sra. Geuza, colaboradora da pesquisa, também concorda com a manifestação religiosa dentro do sindicato:

[...] tem uma noite que eles promovem uma festa para os servidores congressistas, sempre era os bailes, traziam uma banda, muito legal, mas aqueles que não participam de danças, alguns evangélicos, e também pessoas católicas que não gostavam, iam para os quartos dormir [...] e então uma secretária é que teve a ideia: por que então não promover um momento gospel? Se eles não querem ir para lá, eles vão para um outro lugar, também se divertem, se encontram com o pessoal deles, e a partir dali sempre tem, toda vez que se faz congresso, foi colocado esse momento gospel, e é bastante legal, é legal, numa sexta-feira em que todo o mundo vai fazer festa. Eu vejo com bons olhos, eu falei para você que eu vejo que o SINTERO, ao longo dos anos ele vem democratizando as coisas, respeitando as pessoas, e as suas individualidades. É o SINTERO que defendeu o respeito e igualdade para todos, [...] então eu vejo com bons olhos. Para mim é uma boa ação.

Portanto, é de conhecimento de todos que há, no sindicato, durante a realização dos congressos, um encontro gospel, tal evento já faz parte de sua agenda. Isso mostra que o SINTERO não só utiliza da religião como um meio de

entretenimento durante a realização de congressos, como também, recorre a ela para resolver os problemas causados pela divisão de classes. O presidente da instituição, Sr. Manoel Rodrigues, adverte, em sua fala que a conquista dos sindicalizados depende não só da luta, mas também da fé:

O SINTERO é laico. A gente respeita todas as diversidades, mas eu particularmente, sou um lutador e tudo, mas o próprio Senhor vai dizer: “ei de endurecer sem perder a ternura jamais”. Então, eu sou devoto de Nossa Senhora Aparecida. Eu tenho assim, mas, respeito todas as religiões, e entendo que a luta tem que ter fé, mas, só que a fé sem a luta, ela é morta. Então, uma coisa depende da outra, e acredito que a gente tem que ter a sua fé.

No meu caso, eu tenho Deus como ser supremo, mas entendo que as coisas não acontecem se eu não for para luta. Se eu não for para as ruas. Se eu não colocar [...] mas, tem uma força maior que me guia que é Jesus.

Destarte, fica latente a busca de ajuda do SINTERO à religião para solucionar os problemas de ordem material. Os dirigentes e filiados entrevistados se mostram estar apegados e às concepções religiosas, recorrendo à estas para minimizar os problemas causados em função da divisão do trabalho, não compreendem que as contradições de classe são fruto das relações materiais concretas, portanto, exigem uma luta diária contra as imposições do capital, e não será por meio da religião que irão mudar a realidade em se encontram os trabalhadores. Para Marx e Engels (2002, p.20), não é a consciência que determina a vida, e sim a vida que determina a consciência. Se estes homens são produtos reais, sujeitos da realidade histórica, a mudança de sua condição social de explorado depende do seu grau de conscientização. Isso não é o que demonstra os dirigentes do SINTERO, não se percebe dos mesmos, disposição e grau de conscientização para a constituição de uma entidade de classe com práticas e inspirações revolucionárias, capaz de transformar a realidade dos trabalhadores. “A modificação das circunstâncias e do homem, a consciência da mudança do meio e da educação, são obtidas por meio da atividade prática revolucionária” (VASQUEZ, 2011, p.152). Os entrevistados consideram como positivo o apego às concepções idealistas, fato este, contestado por Marx (1996 p. 205):

O reflexo religioso do mundo real somente pode desaparecer quando as circunstâncias cotidianas, da vida prática, representarem para os homens relações transparentes e racionais entre si e com a natureza. A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de

homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado. Para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, são o produto natural de uma evolução histórica longa e penosa.

Para a teoria marxista, a alienação do homem somente será superada quando não mais existir a divisão do trabalho, pois, a alienação do trabalho ocasiona a manutenção da alienação religiosa e de todas as outras, estas, somente desaparecerão quando os homens tomarem consciência de sua condição real de explorado e, ao tomarem consciência das condições materiais de sua existência, poderão estes, após a economia ter alcançado o desenvolvimento social necessário, derrubar o sistema social vigente implantando um novo modelo de economia, desaparecendo assim, a divisão de classes.

Além de ter de superar as contradições ligadas à contradição principal, trabalho e capital, o SINTERO terá que transpor ainda, as contradições internas, fruto da disputa pelo poder dentro da própria instituição. O relato do Sr. Nereu Klosinsky, contribui trazendo à tona as relações que envolvem a disputa pelo poder dentro do SINTERO, quando afirma que:

A disputa eu acho, que ela é legítima. Ela existe dentro do processo democrático. Há divergência de ideias, há divergência de encaminhamento em relação a luta sindical, tanto é, que você vê, que nós temos várias centrais sindicais, e cada central defende uma linha de atuação do seu sindicato, e o SINTERO, ele atua na linha da CUT, ele já nasceu já filiado à CUT – Central Única dos Trabalhadores, ele tem como objetivo a luta. Você vai para uma mesa de negociação sem problema nenhum com o governo do Estado, você encaminha a pauta, mas entenda, o SINTERO, entende que a luta dos trabalhadores, ela dificilmente vai ser resolvida numa mesa de negociação, e sabe que nunca o patrão vai ceder, só numa mesa de negociação.

De acordo com a concepção materialista, a contradição é essencial no estudo dos fenômenos, pois sem ela não há conhecimentos e também não teríamos o mundo, a contradição conduz ao processo de conhecimento. As contradições internas do SINTERO, não estão ligadas à busca da superação da contradição entre trabalho e capital, em sua maioria, estão ligadas à ascensão ao poder dentro da instituição. O Sr. Roberto Sobrinho também menciona a existência dessas contradições internas:

Qualquer organização que seja formada por pessoas, ela é uma organização complexa. Você tem. Todo ser humano tem seus interesses, tem as suas vontades e ela é uma entidade democrática. Então, eu acho que a característica da democracia é a existência de debates, de contradições, e você ter os mecanismos da instituição para que possa

possibilitar a superação dessas discussões ou dessas contradições, seja através de uma plenária do sindicato, de uma votação da diretoria, de reunião com a categoria em todo o Estado e nos momentos de eleição. Ali não é uma, uma voz única que existe lá, não é um pensamento único que existe dentro da entidade. São várias pessoas, com várias concepções políticas que estão ligadas a educação. Então, dentro desse espaço do sindicato, essas forças, esse modo de pensar, vem tudo para dentro, e, agora lá, tem seus mecanismos democráticos de debate e de decisão.

Como se pode ver, os entrevistados, em sua maioria, confirmam existir contradições internas no interior SINTERO, porém, estas, não estão ligadas à tentativa de superação da contradição entre o trabalho e o capital, e sim, estão relacionadas em grande parte, em torno da disputa pelo direito de administrar o sindicato, e até mesmo na eleição dos dirigentes sindicais a cargos políticos de partidos eleitoreiros. Em se tratando ainda, das contradições internas existentes no SINTERO, o professor Simião, do município de Alta Floresta d'Oeste – RO, um dos participantes do congresso da instituição, realizado em outubro de 2015, afirma em resposta ao questionário aplicado que:

Nosso sindicato, que prega tanto a democracia, é um grupo manipulado por representantes do PT. Só agora na última eleição, 2014, nós conseguimos, como candidatos de oposição, quebrar a hegemonia ou ditadura do PT na direção do SINTERO.

O relato exposto colabora com o entendimento de que as contradições dentro da instituição, praticamente não almejam a transposição das contradições ligadas à exploração do capital, e sim, como já foi dito, estão relacionadas ao direito de comandar a instituição. O relato do professor Simião, integrante do PCdoB, traz como exemplo ainda, a disputa entorno de qual partido político assumirá a direção do sindicato, haja vista, a luta entre integrante do PT e PCdoB que são dois partidos revisionistas da ordem burguesa. Lênin (1980, p.582) destaca que:

[...] a tarefa do partido dos comunistas (...), que é o intérprete consciente da aspiração dos explorados à libertação, é dar-se conta desta viragem, compreender a sua necessidade, pôr-se à cabeça das massas esgotadas e cansadas que procuram uma saída, conduzi-las pelo caminho certo(...).

Constitui tarefa importante a constituição de sindicato a partir das bases, com alternativas de combate aos programas neoliberais e suas reformas, além da construção de um partido político pela classe trabalhadora. Este partido deve ser um partido revolucionário, e não partido eleitoreiro, como os que os dirigentes do

SINTERO e opositores fazem parte. Além dos fatores já citados, faz-se necessário lembrar ainda como contradição presente no desenvolvimento das ações do SINTERO, o assistencialismo, pois, assim como na maioria dos sindicatos, o SINTERO, utiliza desse meio para “oferecer” benefícios aos seus filiados, esta seria uma das maneiras amenizar a defasagem salarial dos trabalhadores. Com isso, o Estado também se isenta de oferecer aos trabalhadores serviços públicos de qualidade. Para manter seus filiados informados da prestação desses serviços, o sindicato lançou o guia comercial (2016/2017), com as referidas empresas e o total de desconto oferecido aos filiados do SINTERO.

Para Mattos (2009, p.134) o sindicalismo atrelado ao Estado e também àqueles que contavam com lideranças combativas, acabaram por manter uma dependência do imposto sindical, o que os transformou em espaços recreativos e balcões de serviços. Embora tenha diminuído essa dependência ao longo dos anos de 1980 e 1990, alguns sindicatos mantiveram essas estruturas assistencialistas. O autor mostra ainda que tal estrutura gera uma cultura sindical que estimula o aparecimento de sindicalista que busca a permanência à frente dos sindicatos, transformando-se numa espécie de “carreira” sindical, prática semelhante à dos dirigentes do SINTERO, pois, ao longo de seus 27 (vinte e sete anos) de existência, o mesmo é administrado pelo mesmo grupo, contando apenas com o rodízio de funções ou cargos que para Alves (2016, p.11):

[...] os sindicatos convertem-se então eles próprios em empresas capitalistas tanto investindo os seus fundos na aquisição de empresas produtoras de bens industriais ou de serviços como manipulando os fundos de pensões em cuja direção participam e tornando-se assim empresas financeiras.

Ao se colocarem como intermediador de serviços assistencialistas, os sindicatos relegam a luta de classes, se converterem em empresas assistencialistas, perdendo assim sua identidade de luta de classes. Losovsky (1989, p. 193), ao discorrer sobre o que disse Marx e Engels em suas cartas para os oportunistas que buscavam a conciliação entre o proletariado, governo e burguesia, traz o seguinte ensinamento:

Marx condena o oportunismo, o espírito de adaptação, a subordinação dos interesses da classe proletária aos interesses dos partidos burgueses, ataca violentamente elementos alheios, infiltrados no socialismo, declarando-se

ao mesmo tempo, não com menor violência e paixão, contra a frase de esquerda, que encobre o mesmo oportunismo.

Conforme o que já foi mencionado, o SINTERO é filiado à CUT – Central Única dos Trabalhadores, talvez seja por isso, que o mesmo, apresenta igual perfil de atuação, assumindo a uma postura reformista e oportunista Vasquez (2011, p. 299) postula que:

Com relação ao reformismo cabe dizer que, por forte que seja a capacidade do capitalismo em uma conjuntura favorável ou sob a pressão das lutas da classe operaria para absorver algumas reivindicações econômicas e sociais importantes, nenhuma reforma legal e pacífica no interior do sistema poderá abolir a contradição fundamental em que se debate a atividade produtiva do operário e que é a fonte de sua alienação: a contradição entre um trabalho regido pela lei fundamental da obtenção de mais-valia e entre um trabalho verdadeiramente social [...].

Embora as entidades sindicais busquem algumas melhorias por meio das greves econômicas, enquanto não destruírem definitivamente o sistema de trabalho assalariado, não resultará em progresso na vida do trabalhador, pois, as greves funcionam como um paliativo, apenas remediam suas precárias condições de vida causadas pela exploração inerente ao capitalismo.

No SINTERO, principalmente, deve-se combater toda forma de oportunismo e adaptação aos ditames do capital. Sua base deve se mobilizar para implantar uma outra forma de se fazer movimento sindical, mais combativo, autônomo e verdadeiramente classista.

4.3 - O processo de corporativismo sindical no SINTERO e suas articulações aos interesses do capital: a luta agora é no campo das ideias.

Sabe-se que o capital tem utilizado de várias formas para superar sua crise estrutural. Uma das tentativas de superação da crise foi a mudança na forma de gerir o trabalho. A fragmentação, a precarização, polivalência, trabalho em tempo parcial foram algumas das alternativas que o capital encontrou para aumentar a extração da mais-valia, com a esperança de superar a crise. No entanto, as transformações no mundo do trabalho, além de trazer o estranhamento do trabalho, afeta também a subjetividade do trabalhador atacando suas formas de representação, por meio da cooptação dos sindicatos que, de acordo com Antunes (2003, p. 43):

Abandonam as perspectivas que se inseriam em ações mais globais que visavam a emancipação do trabalho, a luta pelo socialismo e pela emancipação do gênero humano, operando uma aceitação também acrítica da social-democratização, ou o que é ainda mais perverso, debatendo no universo da agenda e do ideário neoliberal.

O sindicalismo tem se colocado muitas vezes, diante do avanço das forças do capital, como um agente conciliador, aderindo à proposta neoliberal, cujo resultado é sua perda de identidade de classes. “O mundo do trabalho não encontra, em suas tendências dominantes, especialmente nos seus órgãos de representação sindicais, disposição de luta com traços anticapitalistas” (ANTUNES, 2003, p.43-44).

Em se tratando da luta dos sindicatos, contra as imposições do capital, a realidade vivenciada pelos trabalhadores da educação do Estado de Rondônia é semelhante à maioria dos trabalhadores, uma vez que, a postura dos dirigentes do SINTERO, não são muito animadoras. Conforme se pode ver no relato de um dos seus ex-presidente, e, que também atuou na Secretaria de Formação Política, o Sr. João Duarte: “as lutas de hoje não são mais constantes como antigamente. De rua, de pressão, de invasão. Hoje, está mais no campo das ideias”. O entrevistado complementa ainda dizendo que: “acho que no meu tempo ainda dava para fazer muito movimento. Brigamos muito com o Cassol. Invadíamos, trocávamos tapas com a polícia. Hoje já foi mais para o campo das ideias. Eu acho, hoje está mais no campo dos argumentos”. O Sr. João Duarte nos remete à época em que atuou como presidente ao dizer que “no meu tempo dava para fazer muito movimento”, e segue afirmando que:

Então, hoje a gente tem que fazer pressão para se cumprir as leis de valorização, estrutura física das escolas. Tem muitas coisas para se brigar ainda, mas a briga já é diferente. Eu acho que o sindicato sempre foi bem representado. É mais tranquilo.

Se, conforme o dirigente, “as lutas agora são no campo das ideias”, significa dizer que os homens parecem não serem sujeitos históricos, reais, produtos das relações materiais. Para Marx (2002, p. 19):

São os homens que produzem suas representações, suas ideias etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar. A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real.

Ao fazer tal declaração ele incorre ao discurso da classe dominante, de que a situação em que se encontram os trabalhadores pode ser superada por meio do diálogo. Ao se posicionar dessa forma, o dirigente credita a mudança no curso da história à concepção idealista de mundo. Ao contrário, Marx (2002, p. 20) aponta que é o meio que determina o que pensam os homens e não o contrário, como sugere o entrevistado. As relações sociais em que se encontram os trabalhadores, é fruto do antagonismo de classe, proporcionado pela divisão do trabalho e só podem ser superadas pela luta concreta dos homens. Ao buscar, no diálogo, e não por meio da luta a transformação da sociedade, conforme preconiza o Sr. João Duarte, o SINTERO tem assumido, de acordo com Antunes (2003, p. 35), o modelo de “sindicato empresa”, sindicato negociador, conciliador, transformando-se em parceiros do capital e do Estado, promovendo a redução dos conflitos. Essa ideia é reforçada pelo fato do governo do Estado de Rondônia ter instituído a chamada MENP – Mesa de Negociação Permanente, conforme o Boletim¹⁶ do SINTERO (Março, 2015):

A Mesa de Negociação Permanente – MENP, órgão criado pelo governo do Estado para intermediar as relações com os sindicatos de servidores, deverá promover uma reunião com os representantes de todas as categorias para anunciar que o governo não está disposto a conceder reajuste salarial em 2015.

Em se falando da atuação do SINTERO, basta dizer que o mesmo está alinhado com a política sindical da CUT – Central Única dos Trabalhadores. De acordo com o atual presidente Sr. Manoel Rodrigues “[...], hoje nós somos o maior sindicato da região Norte, o mais combativo considerado pela Confederação Nacional CNTE, e pela CUT nacional, como sindicato mais combativo da região Norte [...]”. Entretanto, apesar de ser considerado pela CNTE e pela CUT, como o sindicato mais combativo da região Norte, conforme relata o seu presidente, essa não é a ideia dos filiados, pois, estes demonstram uma certa insatisfação quanto ao posicionamento dos dirigentes sindicais, diante do governo, conforme apresentado anteriormente.

É possível compreender, diante do exposto, que o SINTERO possui certa afinidade com o governo do Estado, talvez seja esse o motivo do descontentamento

¹⁶Disponível em <http://www.sintero.org.br/arquivos/Boletim_Estadual_mar_2015_FRENTE>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

de parte dos filiados. Um dos colaboradores da pesquisa mencionou que “o SINTERO é bom combatente junto com o governo, contra os profissionais da educação”. Como disse o próprio atual Governador do Estado, Confúcio Moura¹⁷: “Eu e o SINTERO somos namorados”. Isso expressa uma relação de absoluto corporativismo sindical, de conciliação com o Estado em detrimento dos direitos dos trabalhadores. Para Lênin (1980, p.227) o Estado é:

[...] produto do caráter inconciliável das contradições de classe, se ele é um poder que está acima da sociedade e que cada vez mais se aliena da sociedade, então é evidente que a emancipação da classe oprimida é impossível não só sem a revolução violenta, mas também sem a destruição do aparelho do poder do Estado [...].

Se o Estado foi instituído pela classe dominante para garantir e manter seus privilégios, seria impossível promover a destruição do sistema capitalista, abolindo o sistema de trabalho assalariado somente por meio do diálogo, conforme mencionado pelo Sr. João Duarte.

Conforme os resultados da pesquisa ficam claro que o sindicato possui um alto grau de cumplicidade com o Estado, ficando evidente o abandono da luta de classes. O processo de corporativismo no SINTERO confirma-se ainda na entrevista com o Sr. Nereu Klosinsky, quando questiona posturas mais combativas na direção do sindicato:

[...] hoje, nós temos alguns líderes que fazem parte da direção do sindicato, que tentam imprimir algumas coisas na categoria e que, não é real. Por exemplo, eles foram eleitos pela oposição, e algumas coisas que o governo não faz pela educação, eles tentam atribuir à direção do sindicato. E isso, a direção do sindicato, leia-se algumas pessoas da executiva. Então, isso é dentro da disputa que eu interpreto que alguns dirigentes fazem. Inclusive, às vezes isso atrapalha, porque você vai para uma mesa de negociação, você vai para uma discussão, e isso acaba sendo prejudicial para categoria como um todo. Mas, eu entendo que essa direção, ela prima muito pela democracia, acatar o que a maioria delibera.

A narração do entrevistado, Sr. Nereu Klosinsky demonstra o perfil da direção do SINTERO, pois fica claro que algumas vezes o sindicato, por intermédio de algumas pessoas da Diretoria Executiva, assume o papel de sindicato negociador, de conciliação. Isso é confirmado quando o entrevistado afirma que

¹⁷Esta expressão é mencionada no texto “SINTERO: a namorada do governo e a viúva Porcina do sindicalismo”, escrito pelo professor Francisco Xavier Gomes, publicado no site < <http://hojerondonia.com/sintero-a-namorada-do-governo-e-a-viuva-porcina-do-sindicalismo/> > 28 de março de 2013.

“algumas coisas que o governo não faz pela educação, eles tentam atribuir à direção do sindicato”. Se o governo não faz, é porque o sindicato não está indo de encontro, ao enfretamento. Talvez isso seja resultado da postura conservadora adotada pela instituição nos últimos anos. Para o Sr. Nereu, ao apresentar uma atitude mais enérgica, diante das imposições do governo, esses integrantes do sindicato acabam por atrapalhar as “negociações” do SINTERO.

Junto ao caráter conciliador, tem-se ainda no SINTERO o fato denunciado nas entrevistas dos filiados, de que a diretoria tira proveito de sua participação na diretoria do sindicato para galgar carreira política no parlamento ou no executivo em todas as esferas da administração do Estado. Grande parte dos dirigentes entrevistados também disse ser filiada ao Partido dos Trabalhadores. Neste caso, o sindicato funciona como um período de estágio e aprendizado rumo aos poderes executivo e legislativo. Fato este, confirmado pelo Sr. Roberto Sobrinho ao ser questionado sobre a importância da Secretaria de Formação sindical para o sindicato:

A Secretaria de Formação tem um papel muito importante em contribuir para que esses filiados tenham uma compreensão mais ampla da sociedade, das relações entre o trabalho e o capital, das contradições na sociedade. Você vai formando quadros que possam defender uma concepção mais ligada aos trabalhadores. No sindicato, independente do que você estar nessa secretaria, ou dentro da estrutura, do organograma do sindicato, a própria militância no dia a dia do sindicato, já funciona como uma escola.

Como se pode constatar, o sindicato é visto para esse entrevistado, como uma escola de formação, cujo papel é importantíssimo para a compreensão das relações sociais que envolvem capital e trabalho. De fato, o sindicato deve ser um grande formador. A formação política dos trabalhadores é uma das mais importantes funções do sindicato. Ocorre que essa formação não é feita como esclarecimento e fortalecimento da luta contra o avanço do capitalismo, como processo de assimilação da ideologia e da teoria do proletariado e sim, como forma de ascensão a cargos políticos na Prefeitura, Câmara Municipal ou Assembleia Legislativa. Fato confirmado pelo mesmo, quando questionado se, sua passagem pela direção do sindicato o ajudou a ser eleito para ocupação do cargo de Prefeito da cidade de Porto Velho:

Olha, não tenha dúvidas. Já disse há pouco aqui que o sindicato foi uma verdadeira escola. Muito do que eu aprendi na minha vida, foi lá dentro do sindicato. No sindicato, nós tivemos a oportunidade de realizar grandes movimentos. Então, ele é essa escola, para mim é uma escola muito

importante. Primeiro de combatividade. De respeito à Democracia, de participação Popular. Isso eu trago do movimento sindical.

O Sindicato por si só, já é uma grande escola. Muitas pessoas que participaram da vida sindical num primeiro momento, seja na direção, ou seja, como militante, posteriormente foram para outros espaços da vida política, seja no campo do Legislativo, no campo do Executivo. Muitos saíram do sindicato e a formação na vida dele, no dia a dia do sindicato contribuiu em muito para que estes pudessem ocupar outros espaços da política.

Conclui-se que, da fala do entrevistado, que o sindicato é a caminho mais curto para quem deseja ocupar cargos nos partidos eleitores. Em se falando ainda, do corporativismo sindical, o Sr. Manoel Rodrigues, atual presidente do SINTERO, também usufruiu das “vantagens” de estar à frente do Sindicato:

[...] inclusive eu já fui vereador no município de Porto Velho no ano de 2000-2004, e considerado o melhor vereador na época pela pesquisa. Inclusive do jeito que eu entrei e saí: de cabeça erguida, andando de ônibus. Fiz um ótimo trabalho, principalmente na área educacional. Na época, no município eu consegui doutorado de 100%. Consegui o alterar o projeto lá [...] mesmo sendo oposição. Consegui naquela época Mestrado de 50%. Consegui é resolver questão das 25 horas, que na época não podia ter dois contratos de 40h. Então, nós tivemos muitas conquistas, inclusive fui considerado um dos melhores vereadores. Não quis continuar vereador por que entendia que eu era muito mais útil, tinha condições de ajudar muito mais dentro do sindicato do que na própria política, mas eu não digo que não volto um dia. Hoje eu posso dizer para você e se você quiser ir na Câmara, você vai ver que o vereador Manoel Rodrigues, o Manoelzinho do SINTERO foi considerado um dos melhores vereadores da época dentro do parlamento de Porto Velho.

Conforme se pode ver, o Sr. Manoel Rodrigues faz questão e enaltecer sua passagem pela Câmara Municipal de Porto Velho. Ao analisar a história da instituição, é possível constatar que todos os dirigentes do SINTERO, exceto o Sr. João Duarte, assumiram cargos na política, raras exceções àqueles que não conseguiram se eleger. Ainda em relação ao corporativismo presente no SINTERO, o Sr. Nereu Klosinsky, ao ser questionado a respeito da ligação do sindicato com partidos políticos, diz:

Veja bem, eu vejo assim essa questão de sindicatos ligados com a questão de partidos políticos, essa é mais uma das questões que a grande mídia tenta colocar para os trabalhadores, que fulano de tal, é do sindicato, então é ligado a partido, é ligado a partido A B ou C, e que ele vai usar o sindicato para se promover, para fazer isso, para fazer aquilo, mas, a gente avalia o seguinte: de que forma o trabalhador vai buscar um cargo público? Por exemplo, para chegar a um dia ter uma representatividade, seja na câmara de vereadores, seja na assembleia, seja em qualquer outro plano. É exercendo um trabalho na sociedade. E ele vai exercer trabalhos na sociedade, na comunidade, na igreja que ele participa, na escola, ou até no sindicato. Se você analisar um exemplo que é bem explícito para grande mídia, por exemplo, a FIESP. O que que é a FIESP? Federação da Indústria do Estado de São Paulo. Você vai ver, que todos os diretores dela são ligados a alguns partidos. Só que como são partidos ligados à direita,

ninguém fala nada, ninguém critica. Você pode ver. Aqui no Estado de Rondônia, se você analisar o CDL – o Clube de Diretores Lojistas, os diretores são todos ligados a partidos políticos. Se você analisar a Federação de Indústrias de Rondônia – FIERO, da mesma forma. Só que parece que a mídia, às vezes tenta justamente, eu não tenho essa informação, mas, talvez você possa ver [sic] a classe trabalhadora no Brasil é mais de 90%, quer dizer que menos de 10%, compõe a classe empresarial. Então, se todos esses trabalhadores perceberem isso, que é a classe menos favorecida, e que detém a maioria dos votos, a agente teria hoje uma representatividade no congresso nacional, hoje dividido entre latifundiários, ruralistas [...]

Percebe-se que o entrevistado não tem nenhum constrangimento em dizer que o sindicato é o caminho mais curto para a ascensão política, em sua fala, considera como normal a existência do corporativismo sindical, atribuindo à mídia o problema das críticas, que para ele são injustas, já que maioria das pessoas que estão à frente de associações o faz. Ao ser questionado a respeito do fato de ter sido dirigente sindical ter contribuído para que pudesse ser eleito deputado estadual pelo PT, confirma:

[...] para mim, por exemplo, que não tinha dinheiro para fazer campanha, o tempo que eu fiquei no sindicato, contribui para que a opinião pública, principalmente os trabalhadores em educação, pudessem, por exemplo, me conhecerem, a forma como eu atuei no sindicato, então, gerou uma expectativa de como é que eu iria atuar no parlamento. Então, ela contribuiu mesmo, sem dúvida nenhuma. Tanto é que, quando a gente assumiu, a gente conseguiu implementar algumas bandeiras lá na assembleia, que a gente defendia aqui, que a gente defendia no sindicato.

É possível afirmar que o corporativismo sindical está fortemente presente no SINTERO, haja vista que seus dirigentes confirmam terem tirado proveito de estarem à frente da direção do mesmo. Os delegados que participaram do 14º Congresso do SINTERO (2015), que colaboraram com a pesquisa afirmaram com veemência a ligação do Sindicato a partidos políticos:

O problema no nosso sindicato é que ele é partidário. Querem impor suas opiniões partidárias aos filiados, quando não concordam são massacrados e reprimidos. O que não entendem que somos formadores de opinião e que já temos nossa opinião formada, embora, respeitamos a opinião que eles têm, gostaríamos que respeitasse também a nossa.

A última eleição da instituição e as últimas greves evidenciam a credibilidade do sindicato que nos representa por parte da executiva.

Àqueles que se dizem sindicalistas, membros da diretoria precisam parar de usar o sindicato como forma de barganha para conseguir vantagens pessoais.

Às vezes se esquecem que ele (o sindicato), não é um partido político. Mas, mesmo com todos os problemas ele representa a categoria de trabalhadores, pois, trabalha auxiliando outros sindicatos.

O Sindicato tem que ter compromisso total com todos os filiados. Sentimos que hoje nosso sindicato já não nos pertence.

O sindicato deve ser imparcial e sem compromisso com o governo e não ficar manipulando a base para ter os resultados que os próprios dirigentes determinam. Também tem que haver separação entre sindicato e filiação partidária. Lei da neutralidade.

Há dentro do SINTERO: perseguição aos seus opositores, trampolim político, monocracia partidária, falta de alternância no poder, tráfico de influência, absolutismo, despotismo, demagogia, cargos vitalícios, uso de recursos do sindicato para se manterem no poder, falta de transparência na prestação de contas da instituição.

O sindicato deveria enfrentar mais o governo.

Percebo que é necessária uma reforma do estatuto, quanto ao mandato, principalmente para não se criar vícios no sindicato e deste modo fazer a renovação de ideias e dos membros da executiva.

Mesmo aqueles filiados que têm uma avaliação positiva de algumas ações do SINTERO, reconhecem a presença do corporativismo nas atuações de seus dirigentes. Os delegados explicitaram, ainda, em seus depoimentos o descontentamento quanto à articulação do sindicato aos interesses do capital. Em se falando ainda, dos problemas referentes à atuação do SINTERO, alguns dos filiados que participaram da pesquisa em 2015, expuseram sua insatisfação quanto ao trabalho desempenhado pela diretoria da instituição:

Vejo o sindicato como um apoio a categoria, não como uma instituição que tem que fazer por mim, me representar em momentos, porém, nos momentos de luta ele precisa contar com o sindicato. É muito triste, infelizmente, existe hoje, dentro do sindicato uma política de poder muito negativa, por parte de alguns dirigentes, diretores que se vendem, não somente por dinheiro, mas muitas vezes para conseguir votos em futuras eleições ou pretensões políticas, formação de grupos, monopólios, descaso. O poder tem prejudicado o bom andamento político sindical, seus dirigentes com atitudes de abuso de poder, comprando as pessoas por uma vaga em congressos, cursos e outros. Precisamos ver no sindicato, uma representação do povo trabalhador.

O SINTERO, uma instituição que luta por todos, resguardando os direitos dos trabalhadores. No entanto, há um certo interesse de alguns integrantes por status e também por benefícios financeiros. Existe uma política de poder exercida por determinados representantes sindicais. Os dirigentes usam o sindicato para mascarar gastos, para justificar desvios em apoio político ao PT.

Em face dos dados apresentados, é possível dizer que o SINTERO, é visto pelo grupo que o administra como alavanca para a ascensão social, seja por meio do próprio sindicato ou através de partidos eleitoreiros. A teoria marxista aponta

como fundamental a organização do partido político pela classe proletária. Os sindicatos devem construir em suas bases o partido comunista, cuja tarefa é conduzir a classe proletária à nova forma de organização social, e não buscar nos partidos eleitores transformação da sociedade.

Percebe-se que nos seus vinte e sete (27) anos de existência, o SINTERO é administrado pelo mesmo grupo, os seus dirigentes apenas fazem o rodízio de cargos, o que traz inúmeras consequências para o processo de luta da instituição. O corporativismo presente no SINTERO, faz com que os filiados paguem um auto preço, pois enquanto sofrem no seu dia a dia nas escolas precarizadas do Estado, sendo explorados, os diretores sindicais usufruem dos privilégios proporcionados pelo sindicato.

4.4- “Por um sindicalismo combativo e comprometido com a transformação social”.

É sabido que o trabalho é essencial na vida do homem, é por ele que o ser humano modifica a natureza ao mesmo tempo em que se modifica, tornando-se homem. No entanto, no modo de produção capitalista, o trabalho se converte unicamente em meio de subsistência, convertendo-se ainda em fonte de riqueza para os donos dos meios de produção, ao ser transformado em trabalho alienado, trabalho não pago, perdendo, como isso, seu caráter humanizador.

Conforme postula a teoria marxista, a única forma de o proletariado superar esta situação degradante de exploração é tomando posse dos meios de produção, e com isso, abolindo de vez o sistema de trabalho assalariado. Entretanto, para que isso aconteça, faz-se necessário a união da classe trabalhadora, unificando a luta de classes, conforme propõe Marx (apud Losovsky, 1989, p. 6):

A única força social do lado do proletário, é a sua massa. Mas a força da massa dissolve-se quando há desunião. A separação entre os proletários é o produto e o resultado da inevitável concorrência entre eles próprios. Os sindicatos nascem precisamente do impulso espontâneo dos operários, tendendo a eliminar, ou pelo menos reduzir esta concorrência, a fim de que possam conseguir, nos contratos, condições que os coloquem um pouco acima de situação de simples escravos. O fim imediato dos sindicatos concentra-se nas exigências diárias, nos meios de resistência à incessantes investidas do capital, em uma palavra, na questão do salário e da jornada. Esta atividade não só se justifica, como é necessária.

Diante do que afirma Marx, o sindicato é o principal instrumento pelo qual o proletariado dispõe para combater a exploração capitalista, devendo este ser um meio de organização da luta da classe operária contra o poder do capital. No entanto, esta luta além de ser econômica, deve ser ainda uma luta política.

Marx (2015, p. 377-378) alerta para a importância da luta política, pois para o autor a luta econômica: contra os baixos salários, diminuição da jornada de trabalho, etc., é apenas um paliativo, os operários devem promover a luta contra as causas da exploração, o trabalho assalariado. Para que isso aconteça, é primordial a unificação entre teoria e prática, pois “[...] sem a teoria marxista e a prática revolucionária, não há, nem pode haver movimento sindical revolucionário” (MARX, 1865 apud LOSOVSKY, 1989, p. 196).

É necessário um resgate do movimento sindical combativo, cujas bandeiras traziam inspirações comunistas, é preciso ter à frente da organização sindical, uma vanguarda revolucionária, que com a somente com a implantação da práxis revolucionária dará início a caminhada rumo à implantação do socialismo, a ditadura do proletariado. Esses proletários devem buscar na práxis marxista, os ensinamentos para superar o modo de produção capitalista, implantando uma nova ordem social. Vázquez (2011, p. 120-121) pondera que:

[...] o proletariado não pode emancipar-se sem passar da teoria à práxis. Nem a teoria por si mesma pode emancipá-lo, nem sua existência social garante por si só sua liberação. É preciso que o proletariado adquira consciência de sua situação, de suas necessidades radicais e da necessidade e condições de sua libertação. Essa consciência é justamente a filosofia; mais exatamente, sua filosofia. Filosofia e proletariado se encontram em unidade indissolúvel. “Assim como a filosofia encontra no proletariado suas armas materiais, o proletariado tem na filosofia suas armas espirituais...” – Sem o proletariado, a filosofia não sai de si mesma e graças a ele, realiza-se; ele é seu instrumento, o meio, a arma material que lhe permite vingar na realidade [...]

Sendo assim, para o proletariado emancipar-se, tem de tomar consciência de sua condição de explorado. O sindicato por meio da difusão da teoria marxista pode contribuir para que o trabalhador tome conhecimento da realidade social em que vive. Todavia, isso tem sido difícil, uma vez que, uma grande parcela do sindicalismo encontra-se atrelada ao Estado. Para Arruda (2011, p. 89): “a burguesia lança mão da cooptação de parcelas do proletariado e infiltra em seu meio as ideias de que ao proletariado só cabe a luta reivindicativa pela melhoria de salários e condições de trabalho”. É o que se tem visto na atualidade, haja vista, que o

sindicalismo parece ter aderido aos ditames do capital, soma-se ainda corporativismo presente em seu meio. Para superar tal conjuntura, Antunes (2003, p. 76-77), traz como objetivo dos sindicatos:

[...] romper com o *novo corporativismo* que defende exclusivamente suas respectivas categorias profissionais, abandonando ou diminuindo fortemente seus conteúdos mais acentuadamente classistas [...].
[...] romper com a tendência crescente da excessiva *institucionalização e burocratização*, que tão fortemente tem marcado o movimento sindical em escala global e que o distancia das suas bases sociais [...].

Rompendo com o corporativismo e o crescente processo de burocratização, o sindicato daria início ao processo de emancipação da classe trabalhadora. Ao emancipar-se, o proletariado atinge seu grau superior de consciência e formação política, reconhecendo a situação social em que se encontra. Pode-se dizer ainda que, com isso, ele elevou sua consciência ao ponto de mudar sua situação de espoliado. Para Lênin (1979, p.128-129):

A consciência das massas operárias não pode ser uma verdadeira consciência de classe se os operários não aprenderem, com base em fatos e acontecimentos políticos concretos e, além disso, necessariamente de atualidade, a observar cada uma das outras classes sociais em todas as manifestações de sua vida intelectual, moral e política; se não aprenderem a aplicar a análise materialista e a apreciação materialista de todos os aspectos da atividade e da vida de todas as classes, camadas e grupos da população.

O caminho para esse aprendizado das massas operárias passa pela organização do sindicato e do partido político, no entanto, somente um movimento sindical revolucionário podem contribuir para a conscientização do pertencimento do proletariado à uma classe. Ao reconhecer que faz parte de uma classe de explorados, que se vendem aos donos dos meios de produção, sobretudo, quando têm a sorte de arranjar um comprador, cuja única maneira de sobreviverem é esta, então, poderá organizar a luta para superação dessa realidade de exploração a qual se encontram. Essa transformação passa pela organização por meio dos sindicatos e do Partido Comunista. Segundo Lênin (1904 apud Losovsky, 1989, p. 200-201):

O Partido Comunista é uma parte de classe proletária; porém, é claro, a mais avançada, a mais consciente, e, portanto, a mais revolucionária. O Partido Comunista é formado pela seleção dos melhores trabalhadores, dos mais conscientes, dos mais abnegados e inteligentes. Os interesses do Partido Comunista são os interesses da classe operária. O Partido Comunista distingue-se da massa dos trabalhadores, quando, ao assinalar

seu caminho histórico, esforça-se por defender em todas as suas curvas, não os interesses de grupos isolados, de profissões, mas os da classe proletária em geral. O Partido Comunista é o alicerce político e da organização, sobre o qual se eleva a parte mais avançada da classe proletária, que conduz por caminho certo toda a massa do proletariado e do semiproletariado.

O Partido Comunista, organizará a classe operária, unificando a luta de toda à classe trabalhadora rumo à implantação da ditadura do proletariado. “O proletariado não pode derrubar a burguesia sem ter conquistado primeiro o poder político, sem ter alcançado a dominação política, sem ter transformado o Estado em proletariado organizado como classe dominante (...)”, (LÊNIN, 1980, p.241). Com a implantação da ditadura do proletariado o Estado deixa de existir, pois, o que justifica a sua existência é a divisão de classes, o poder do Estado, é a forma de garantia dessa divisão. Ao deixar de existir as contradições de classe não será mais necessária a existência do Estado que para Lenin (2014, p. 86):

A conquista do poder político pelo proletariado representa um progresso gigantesco deste, considerado como classe, e o partido deve dedicar-se mais, de modo novo e não apenas pelos processos antigos, para educar os sindicatos, dirigi-los, sem esquecer, ao mesmo tempo, que estes são e estão durante muito tempo uma “escola de comunismo” necessária, uma escola preparatória dos proletários para a realização de sua ditadura, a associação indispensável dos operários para a passagem gradual da direção de toda a economia do país primeiro para as mãos da classe operária (e não de profissões isoladas) e, depois, para as mãos de todos os trabalhadores.

A implantação da ditadura do proletariado é tarefa árdua que somente será possível por um processo revolucionário dirigido pelo partido comunista, que necessariamente ainda deve ser reconstituído em nosso país. Compreende-se como ditadura do proletariado a “luta tenaz, cruenta e incruenta, violenta e pacífica, militar e econômica, pedagógica e administrativa, contra as forças e as tradições da antiga sociedade” (LÊNIN, 2014, p. 77). Entretanto, há de se lembrar que é necessário alcançar um alto grau de desenvolvimento econômico, proporcionando a produção de alimentos necessária a toda população. Segundo Lênin (1980, p. 602):

O socialismo é inconcebível sem a grande técnica capitalista construída segundo a última palavra da ciência moderna, sem uma organização estatal planejada que submetta dezenas de milhões de pessoas à mais rigorosa observância de uma norma única na produção e na distribuição dos produtos.

O desenvolvimento capitalista é necessário para a implantação de um novo modo de produção, além disso, o seu crescimento proporcionará sua ruína, pois, ao atingir seu auto grau de desenvolvimento, o capitalismo transformou-se em imperialismo, concentração e monopólio de grandes capitais. Ao atingir seu estágio superior e final, o imperialismo, o modo de produção capitalista entra em estado de decomposição.

Lênin (1979, p. 669) alerta para o combate ao oportunismo, uma vez que ao alcançar o monopólio, as nações imperialistas acirrarão a disputa pela partilha do mundo, o que pode atingir também alguns setores operários, trazendo-os para o lado da burguesia por meio do suborno. Portanto, é necessário combater toda forma de oportunismo, principalmente no meio sindical.

Faz-se necessário repensar a atuação do sindicalismo, uma vez que este tem se colocado em favor do capitalismo. É preciso construir um sindicalismo classista, autônomo e combativo dos tempos de sua origem quando trazia em suas bandeiras aspirações comunistas. Além disso, o sindicalismo deve incluir ainda em sua luta, os trabalhadores terceirizados, com contratos temporários e precários, desempregados, de modo que haja a unificação da luta de toda a classe trabalhadora. Constitui ainda, como tarefa primordial do sindicalismo a renovação das direções sindicais, construindo o sindicato pela base, tendo em vista que estes atuais diretores têm feito das instituições sindicais um meio de obtenção de vantagens pessoais, esquecendo-se da base, cuja contribuição sindical ajuda a manter suas regalias como é caso do SINTERO, que há 27 anos é administrado pelo mesmo grupo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é o resultado da pesquisa sobre o Sindicato dos trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia – SINTERO, com o objetivo de investigar sua formação e as transformações nele ocorridas ao longo de sua história e seu papel no processo da luta de classes, no contexto de crise do modo de produção capitalista. Para alcançar esse objetivo, buscou-se conhecer a história do SINTERO, como parte da história do sindicalismo no país e sua trajetória dentro do quadro das transformações ocorridas no mundo do trabalho dos últimos anos, analisando as ações, o plano de lutas e as suas relações com o Estado e com seus filiados. Nessa análise, buscou-se explicitar as contradições internas e externas existentes no SINTERO e no desenvolvimento das lutas dos trabalhadores em educação em Rondônia, identificando o avançado processo de corporativismo no seio desse importante sindicato e suas articulações aos interesses do capital.

Utilizou-se o Método do Materialismo Histórico-Dialético, o único capaz de compreender os fenômenos em sua totalidade, perpassando o ato de explicitar o real em sua essência. Aplicou-se na análise dos dados da pesquisa as categorias básicas deste método que são: Totalidade, Contradição, Trabalho e Luta de Classes.

A pesquisa buscou elucidar o posicionamento tomado pelo SINTERO, como teria se comportado seus dirigentes em relação aos avanços do capital, qual a sua forma de relacionar com seus filiados e com o governo do Estado. O capitalismo em sua fase superior busca superar sua aguda crise retirando os parques direitos conquistados pelos trabalhadores, intensificando e precarizando cada vez mais o trabalho por meio do subemprego, da terceirização, da desvalorização salarial, do corte de investimentos em políticas públicas, entre outras.

Para compreendermos como teria surgido o SINTERO, fizemos um levantamento da sua história buscando em documentos como a ata de fundação, estatuto, regimento, entrevistas gravadas com os ex-presidentes eleitos da instituição ao longo de sua existência e também de antigos filiados fundadores. O trabalho contou ainda com as informações obtidas por meio de questionários e outros documentos como jornais, informativos, *sites*, etc. Dos desafios encontrados, como é comum quando se trata de pesquisa, deparamos com a dificuldade de coletar informações. Embora o atual presidente tenha assinado uma carta de

anuência, deixando à disposição a instituição para fins de pesquisa, não nos foi permitido adentrar na sala de arquivo do SINTERO.

No primeiro momento da construção da análise dos dados, buscou-se compreender teoricamente a categoria trabalho descrita por Marx e suas configurações na atualidade, de como este tem se modificado no atual cenário de crise do capitalismo.

Com o advento das novas tecnologias como a robótica, microeletrônica e informática implantadas a partir da década de 1970 no processo produtivo, como resposta à crise do capitalismo, intensifica-se a exploração do trabalhador. O modelo fordista/taylorista dá lugar a um novo modelo de gestão da força de trabalho, o toyotismo ou às vezes mesclam-se os modelos. As consequências para os trabalhadores são a terceirização, flexibilização dos direitos trabalhista, subcontratação, trabalho precarizado e outras.

Além de atingir a forma de ser do trabalho, as metamorfoses do capitalismo trouxeram ainda, uma destruição do sindicalismo classista, este, dá lugar ao sindicalismo de empresa, conciliador, sindicalismo de negociação. No universo educacional, tem-se a redução de investimentos em políticas educacionais, precarização do trabalho docente, superexploração dos professores com o aumento da carga horária de trabalho devido à desvalorização salarial, o que os leva a trabalhar em várias escolas, com o intuito de melhorar sua renda. Confere-se à educação uma visão mercadológica baseada da Teoria do Capital Humano, uma educação para a competitividade, empreendedorismo, com formação abstrata e polivalente, tornando-se cada vez mais um instrumento a serviço do capital.

Buscamos analisar a história do sindicalismo e seus reflexos junto ao sindicalismo docente, para em seguida discorrer sobre o SINTERO e seu papel no processo de luta de classes no contexto de crise do modo de produção capitalista. Os registros históricos apontam que o sindicalismo tem suas raízes a partir da segunda metade do século XIX, quando se inicia no Brasil o processo de industrialização. Junto ao processo de industrialização, tem-se no país, a entrada de trabalhadores imigrantes, que além de contribuírem com a prestação de serviços, auxiliaram no processo de organização sindical, difundindo ideias socialistas e anarquistas.

No período de 1906, organizou-se o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, cuja maioria dos participantes era de anarquistas. No entanto, a partir da década de

1920 intensifica-se a repressão do Estado por meio da Inspetoria de Investigação e Segurança Pública, impondo uma onda de repressão, prendendo e exilando lideranças, fechando entidades sindicais, além de investir em propaganda anti-sindicato. Somente com a era Vargas é que há o reconhecimento perante a legislação brasileira do direito dos operários a se organizarem. Nesse período, a principal ação por parte do Estado foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), cujo objetivo era conter a luta da classe operária, trazendo o sindicato para dentro do Estado. Portanto, o corporativismo mostra-se presente desde o início do sindicalismo brasileiro.

Os resultados da pesquisa apontaram que o SINTERO, nos anos iniciais de sua fundação, representou bem a categoria de trabalhadores em educação, pois, conforme os dados apresentados houve momentos de intensas mobilizações, inclusive com ocupação de prédios públicos e greves que duraram meses, nessa época os trabalhadores obtiveram várias conquistas, diferente do momento atual.

Conforme os resultados do trabalho, na atualidade o sindicato tem se comportado de maneira bastante acomodada frente à retirada de direitos dos trabalhadores em educação. Pelos aspectos apresentados, percebe-se que o sindicato tem se colocado como agente negociador entre o capital e os trabalhadores, assumindo o papel de conciliador de classes e muitas vezes colaborando com o governo na implantação de suas políticas públicas destinadas à educação. O SINTERO faz parceria com o Estado auxiliando na elaboração e implantação de políticas de destruição do ensino público, como é o caso da implantação do EMMTEC. A pesquisa revelou que há atrelamento do sindicato junto ao governo do Estado, algo percebido e contestado pelos seus filiados entrevistados.

Os resultados do questionário mostraram que, entre os problemas enfrentados pelos trabalhadores da educação do Estado, 27% está relacionado à desvalorização salarial, 15% diz respeito às péssimas condições do trabalho, 11% trata do autoritarismo e 9% está ligado ao excesso de carga horária de trabalho. 40% dos filiados disseram ainda, ter alguma atividade de complementação de renda, o que destaca que os trabalhadores em educação do Estado de Rondônia têm um dos piores pisos salariais do país. A realização de “bicos” (trabalhos informais) e contratos de 60 horas são formas de sobreviver aos baixos salários. Nota-se um profundo processo de precarização e intensificação do trabalho na educação escolar

e uma paralisia do SINTERO frente a essa realidade, razão pela qual há um descontentamento de 39% dos filiados quanto ao posicionamento da instituição diante dos movimentos grevistas e também a respeito da imposição das políticas educacionais no Estado.

Em face dos dados apresentados, confirmou-se a forte presença do corporativismo sindical dentro do SINTERO, tendo em vista que a maioria dos entrevistados confirmou ter tirado proveito de sua passagem pela direção da instituição. A maioria desses dirigentes foi eleita para cargos políticos na Câmara Municipal, Assembleia Legislativa ou Prefeitura. Para esses dirigentes, conforme mostrou a pesquisa, o sindicato funciona como uma espécie de “carreira sindical”. A contribuição do governo com os sindicatos por meio do imposto sindical além de mantê-los atrelados ao governo têm os transformados em uma espécie de carreira sindical, no caso do SINTERO, seus dirigentes estão à frente da instituição desde sua fundação a 27 (vinte e sete anos), apenas se revezando nos cargos e funções. Tal fato tem trazido descontentamento aos filiados. Conforme demonstrou os resultados, foi possível perceber ainda, a intensa ligação dos dirigentes do sindicato com partidos eleitoreiros, de modo especial com o PT (em permanente aliança com o PMDB), o que também gera reclamações por parte da base.

Em virtude dos resultados apresentados, percebe-se que se faz necessário uma mudança no sindicalismo, tendo em vista sua adesão a uma postura de conformismo diante da usurpação do capital. É preciso um resgate do sindicalismo classista, quando este expunha uma postura mais combativa e aspirações comunistas. É preciso romper com o crescente processo de burocratização e institucionalização a que tem se submetido às instituições sindicais na atualidade. Este tem sido um dos fatores que também tem colaborado para a perda de identidade de classes dos sindicatos.

Lênin (1961) aponta que os sindicatos possuem tarefa importante na defesa dos interesses dos trabalhadores em sua luta contra o capital. Sua função incide principalmente na condução das massas em sua luta diária. Uma forma de cumprir com esse papel passa pela organização do Partido Comunista. Somente o Partido Comunista poderá elevar a consciência das massas no mais alto grau cultural, econômico e político, conduzindo a luta revolucionária do proletariado, para a implantação de uma nova realidade social, em que não mais existirá a divisão de classes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX. In SAVIANI, Demerval et al. **O Legado Educacional do século XIX**. 2 ed. rev. E ampl. Campinas: Autores Associados, 2006. (Coleção educação contemporânea)

ALVES, Giovanni. TRABALHO E SINDICALISMO NO BRASIL DOS ANOS 2000 dilemas da era neoliberal. In ANTUNES, Ricardo (Org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Estado restrito, Estado amplo e Corporativismo**. Disponível em <<https://comunism0.wordpress.com/estado-restrito-estado-amplu-corporativismo>>. Acesso em 17 de setembro de 2016.

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. 3 ed. rev. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **O que é SINDICALISMO**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985. (Coleção primeiros passos)

_____. **O Novo sindicalismo no Brasil**. 2 ed. – Campinas, SP: Pontes, 1995.

_____. **Adeus ao Trabalho?: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 9 ed. – Campinas, SP: Cortez, 2003.

_____. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. - (2 ed., 10. Reimpr. Rev. e Ampl.). – São Paulo: Boitempo, 2009. – (Mundo do Trabalho)

_____. (Org.). **A Dialética do Trabalho: Escritos de Marx e Engels**. Vol. II, 1 ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ARRUDA, Fausto. **A máfia sindicalista sob gerenciamento petista**. Jornal A Nova Democracia, Ano 14 – Nº 157 – 2ª quinzena de setembro de 2015. Rio de Janeiro – Brasil.

BOLETIM DO SINTERO. Porto Velho, dezembro de 2015. Disponível em <<http://www.sintero.org.br/arquivos/Boletim>>. Acesso em 12 de março de 2016.

BOLETIM DO SINTERO. Disponível em <<http://www.sintero.org.br/arquivos/Boletim>>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar editor, 1988.

CASTELO, Rodrigo. **O SOCIAL-LIBERALISMO: AUGE E CRISE DA SUPREMACIA BURGUESA NA ERA NEOLIBERAL.** 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COELHO, Ricardo B. Marques. **O Sindicato dos Professores e os Estabelecimentos Particulares de Ensino no Rio de Janeiro 1931-1950.** Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF/ ICHF, 1988.

COMENIUS, Iohanes Amos. **A Didáctica Magna.** Tradução de Joaquim Ferreira gomes. Tradução de Joaquim Ferreira Gomes. Disponível em < http://www2.unifap.br/edfísica/files/2014/12/A_didactica_magna_COMENIUS.pdf>. Acesso em 27 de janeiro de 2017.

CTB. **Greve na educação em Rondônia completa um mês e governo pode ser responsabilizado.** Disponível em < <http://www.ctb.org.br/site/estaduais/norte>>. Acesso em 08 de setembro de 2016.

Do Diário do Grande ABC. **Rondônia demite 9.613 servidores públicos estaduais.** Disponível em <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/229959/rondonia-demite>>. Acesso em 08 de setembro de 2016.

ERICKSON, Kenneth Paul. **Sindicalismo no processo político no Brasil.** Tradução de Cecília R. Lopes. - São Paulo: Brasiliense, 1979.

FERREIRA, Jr. Amarildo. Movimento de professores e organizações de esquerda durante a ditadura militar. In DAL ROSSO, Sadi (org.). **Associativismo e sindicalismo em educação, organização e lutas.** Brasília: Paralelo 15, 2011.

FERREIRA, Márcia O. V. **Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas.** Revista Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 32, n. 2, p. 225-240, maio/ago, 2006. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br>>. Acesso em 05 de abril de 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A conjuntura atual do capitalismo e as mobilizações sociais: a educação pública como arena na luta de classe. In: ORSO, Paulino José. *et al.* **Sociedade capitalista, educação e as lutas dos trabalhadores.** 1 ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2014.

_____. **Educação e a crise do Capitalismo Real.** 6 ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria & RAMOS, Marise Nogueira. **Educação Profissional e Desenvolvimento.** Berlim: Centro Interamericano de Educação/Unesco, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão. Crise do capital e metamorfose no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação.** Tradução de Vânia Paganini Thurler e Tomaz Tadeu da Silva. 19 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. (Coleção estudos culturais em educação)

Gadotti, Moacir. "Estado e sindicalismo docente: 20 anos de conflitos." *Revista ADUSP, São Paulo* p.14-20, 1996.

GENTILI, Pablo. *Neoliberalismo e educação: manual do usuário*. In: **Escola S.A.:** quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, DF: CNTE, 1996, p. 9 – 49.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Francisco Xavier. **RONDÔNIA: a educação e a mediação tecnológica**. Disponível em < <http://www.tudorondonia.com.br/noticias/rondonia-a-educacao-e-a-mediacao-tecnologica>> Acesso em 12 de março de 2017.

GOMES, Francisco Xavier. **SINTERO: A namorada do governo e a viúva porcina do sindicalismo**. Disponível em <<http://hojerondonia.com/sintero-a-namorada-do-governo-e-a-viuvaporcina-do-sindicalismo/>>. Acesso em 10 de março de 2017.

GONÇALVES, Sebastião Rodrigues. Identidade de classe e os trabalhadores da educação. In: ORSO, Paulino José *et al.* **Educação, Estado e Contradições sociais**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

GOUNET, Thomas. Luttés concurrentielles et stratégies d'accumulation dans l'industrie automobile. Bruxelas, *Etudes marxistes*, n. 10, 1991.

INFORME SINTERO. Porto Velho, Maio, 2015 disponível em <http://www.sintero.org.br/arquivos/Informe_Sintero>. Acesso em 12 de março de 2017.

_____. Porto Velho, Outubro, 2015 disponível em <http://www.sintero.org.br/arquivos/Informe_Sintero>. Acesso em 06 de fevereiro de 2017.

_____. Porto Velho, Maio, 2016 disponível em <http://www.sintero.org.br/jornal/Informe_Sintero>. Acesso em 12 de março de 2017.

KHLYABICH, I. **Pequena HISTÓRIA DA FILOSOFIA e Dicionário dos Principais Termos Filosóficos**. Traduzido por Leno Otti. São Paulo: Argumentos, 1967.

KONDER, Leandro. **História das ideias socialista no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 9ª reimpressão – São Paulo: Paz e Terra, 2011.

KUENZER, Acacia Zeneida. **A formação de educadores no contexto das mudanças no mundo do trabalho: Novos desafios para as faculdades de**

educação. Revista Educ. Soc. vol. 19 n. 63 Campinas Aug. 1998. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em 29 de agosto de 2016.

KUENZER, Acacia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente. A nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luis (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação.** 3 ed. Campinas, São Paulo. Autores Associados, HISTEDBR, 2005. (Coleção educação contemporânea)

LENIN, V.I. **Esquerdismo: Doença Infantil do Comunismo.** 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2014.

LENIN, V.I. **Obras Escolhidas.** Vol. 1. – São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

_____. **Obras Escolhidas.** Vol. 2. – São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

_____. **Sobre o Papel e as Tarefas dos Sindicatos nas Condições da Nova Política Econômica**

Resolução do CC do PC (b) da Rússia. Transcrição e HTML de Fernando A.S. Araújo. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1922/01/04.htm#i2>>. Acesso em 11 de novembro de 2015.

LOSOVSKY, D. **MARX E OS SINDICATOS: O Marxismo Revolucionário e o Movimento Sindical.** São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1989.

MAO, Tse-Tung. **Sobre a prática & sobre a contradição.** São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MARTINS, Lígia Márcia. **AS APARÊNCIAS ENGANAM: DIVERGÊNCIAS ENTRE O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO E AS ABORDAGENS QUALITATIVAS DE PESQUISA.** Disponível em

<https://social.stoa.usp.br/articles/0016/4005/As_aparA_ncias_enganam_-_divergencias_entre_o_mhd_e_as_abordagens_qualitativas.pdf> Acesso em 11 de março de 2017. Artigo publicado em 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas.** Vol. 1. – São Paulo: Alfa-Omega, s.a, 2015.

_____. **Obras Escolhidas.** Vol. 2. – São Paulo: Alfa-Omega, s.a, 2015.

_____. **Obras Escolhidas.** Vol. 3. – São Paulo: Alfa-Omega, s.a, 2015.

_____. **A Ideologia Alemã.** Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Textos sobre Educação e Ensino.** 2 ed. - São Paulo: Moraes Ltda, 1992.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosófico.** São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo no Brasil após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1 ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELLO, Thiago de. **MELHORES POEMAS**. 1 ed.- São Paulo: Global, 2009. (Coleção Melhores Poemas).

MIRANDA, Kênia. **A Organização dos Trabalhadores em Educação sob a Forma-Sindicato no Capitalismo Neoliberal: O Pensamento Pedagógico e o Projeto Sindical do Sinpro-Rio, Da UPPES e do SEPE-RJ**. 2005. 166p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

Disponível em

<http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/keniam.pdf>. Acesso em 16 de maio de 2016.

MIRANDA, Kênia. Como os trabalhadores da educação pensam a educação dos trabalhadores: um estudo sobre os sindicatos docentes do Rio de Janeiro. In DAL ROSSO, Sadi (org.). **Associativismo e sindicalismo em educação, organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011.

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. **Movimento Sindical dos(as) trabalhadores(as) em Educação**. - 3 ed. -Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2014. (Formação de Dirigentes Sindicais, Eixo 1, Fascículo 5)

MONTEIRO, FERNANDA. **O Novo Sindicalismo e o PT**. Disponível em <<http://historiadaditadura.com.br/destaque/o-novo-sindicalismo-e-o-pt>>. Acesso em 10 de dezembro de 2016.

NETO, Guilherme. **ESCÂNDALO – Reunião entre SEDUC e SINTERO é marcada por denúncias de favorecimento**. Disponível em <<http://www.informarondonia.com.br>>. Acesso em 19 de abril de 2015.

OLIVEIRA, Dalila A. **Política Educacional e a Re-Estruturação do Trabalho Docente: Reflexões sobre o contexto Latino-Americano**. Revista Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 99, p. 355-375, maio/ago. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 05 de abril de 2016.

PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de & FERNANDES, Maria Dilneia Espíndola. **Estado e Terceiro Setor: As Novas Regulações entre o Público e o Privado na Gestão da Educação Básica Brasileira** Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 17 de setembro de 2017.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 3 ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PISTRAK, Moisey M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. Tradução de Daniel Aarão Reis Filho. 1ed – São Paulo: Expressão Popular, 2000.

Regimento Interno do SINTERO. Disponível em <http://www.sintero.org.br/arquivos/Estatuto_do_Sintero>. Acesso em 24 de agosto de 2016.

RÊSES, Erlando da Silva. **De vocação para profissão: sindicalismo docente da educação básica no Brasil**. Brasília: Paralelo 15, 2015.

ROSSI, Waldemar; GERAB, William Jorge. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANSON, Cesar. As novas configurações no mundo do trabalho em tempos de mundialização do capital. In: ORSO, Paulino José *et al.* **Sociedade Capitalista, Educação e as lutas dos trabalhadores**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8 ed. rev. e ampl. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003. (Coleção educação contemporânea)

_____. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12>>. Acesso em 11 de março de 2017.

SINTERO. **Guia Comercial 2016/2017**. Porto Velho, 2016.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Tradução de Luiz João Baraúna. Os Economistas. Vol.II. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1996.

SOUZA, Marilsa Miranda de. **Imperialismo e educação do campo**. Araraquara, São Paulo. Cultura Acadêmica, 2014.

_____. RICARTE, T.F. MARTINS. M.M. **A ação do imperialismo na reprodução do corporativismo nos sindicatos dos trabalhadores em educação**. *Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 65, p.359-376, out 2015*.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90**. Campinas, São Paulo. Autores Associados, 2002. (Coleção educação contemporânea)

TORRES, Rosa María. **Reformadores y docentes: El cambio educativo atrapado entre dos logicas**. Documento de trabajo elaborado a solicitud de la Secretaría Ejecutiva del Convenio "Andrés Bello" (CAB) para su discusión en el foro "Los docentes, protagonistas del cambio educativo" (Cartagena, 1-4 Diciembre de 1999).

VÁSQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da Práxis**. Tradução de Maria Encarnacion Moya 2 ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, Clacso: Expressão Popular, Brasil, 2011.

VICENTINI, Paula Perin & LUGLI, Rosario S. Genta. Associativismo docente no Brasil: configurações e estratégias de legitimação do final do século XIX à década de 1970. In DAL ROSSO, Sadi (org.). **Associativismo e sindicalismo em educação, organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011.

Apêndices

24



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
 DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
 MESTRADO EM EDUCAÇÃO



APÊNDICE IV - Carta de Anuência da Instituição Sediadora

CARTA DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO SEDIADORA

Declaramos, para os devidos fins, que concordamos em disponibilizar o SINTERO – Sindicato do Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia, para o desenvolvimento das atividades referentes ao projeto de pesquisa, intitulado: **A HISTÓRIA DO SINTERO E SEU PAPEL NO PROCESSO DA LUTA DE CLASSES NO CONTEXTO DE CRISE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**, do pesquisador José Aparecido da Cruz, sob a orientação do professora Dra. Marilsa Miranda de Souza, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade federal de Rondônia (UNIR), pelo período de execução previsto no referido projeto.

Porto Velho - RO, ____ de ____ de 2015.

Manoel Rodrigues da Silva

Manoel Rodrigues da Silva
 Presidente

Nome por extenso do responsável pelo setor



Cargo e/ou função que exerce na instituição

4. OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS
 AV. D. PEQUENO, 1039 - ESG. CANAL DAS ÁGUAS
 PORTO VELHO - RO

Reconhecido a(s) firma(s) por semelhança
 sem valor econômico

Id(e):
 001700297 MANOEL RODRIGUES DA SILVA,....
 Em testemunho da verdade,
 PORTO VELHO, 03 de Dezembro de 2016.

043 VALMARE RODRIGUES REIS
 ESC. AUTORIZADA

V. Unit: Encl. 4 2-31 Selo R\$ 0,95 FUJU
 R\$ 0,46. FUND. PER: R\$0,17, FUNDEP:
 R\$0,17, FUND. PGE: R\$0,17. TOTAL: R\$
 2,33.

SELO DIGITAL DE FISCALIZAÇÃO
 17AFK23861-1D159
 Confira validade em
 www.t.jro.jvs.br/consultaselo/



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO



TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu gelba da Silva Pereira, RG 522330 SSP-RJ
CPF 612725312-87, brasileiro (a)
domiciliado e residente no endereço AV. 1º de maio nº 3868 centro
município Vilhena, no Estado de Rondônia.

AUTORIZO o uso das informações concedidas por meio de entrevista para fins científicos do **Mestrado em Educação** da Universidade Federal de Rondônia, intitulado: **A história do SINTERO no contexto da crise do modo de produção capitalista.**

Outrossim, declaro que disponibilizo o referido material, sem acarretar ônus ou qualquer valor numérico. O autor da pesquisa fica consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais e de pesquisa acadêmica, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.


Assinatura do entrevistado/Cedente

Porto Velho, ____ de ____ de 2016.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO



APÊNDICE III - TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu ADRIANA MARIE PEREIRA, RG 514 983,
CPF 009260388-03, brasileiro (a)
domiciliado e residente no endereço R. Osvaldo Lima 6080,
município Porto Velho, no Estado de Rondônia.

AUTORIZO o uso das informações concedidas por meio de entrevista para fins científicos do **Mestrado em Educação** da Universidade Federal de Rondônia, intitulado: **A história do SINTERO no contexto da crise do modo de produção capitalista**.

Outrossim, declaro que disponibilizo o referido material, sem acarretar ônus ou qualquer valor numérico. O autor da pesquisa fica consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais e de pesquisa acadêmica, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Porto Velho, 30 de março de 2016.

Assinatura do Depoente/Cedente



CARTÓRIO CANTANAL - 2º OFÍCIO DE NOTAS
Rua Dom Pedro II, 637, Loja A - Cantanal
(67)3211-4002/3224-3333-PORTO VELHO-RO

Reconheço e dou fe, por SECELHANÇA,
a(s) firma(s) de:
ADRIANA MARIE PEREIRA
Em testemunho do que fizemos de fé,
PORTO VELHO, 30 de Março de 2016.

014-VERBA DO NOTÁRIO ALHEIA
ESCREVERE AUTORIZAÇÃO

0- Libértil nº 2.31 - Sala R40.95
RDU 188 - FUNDEF R40.17 - FUNDOTRER
R40.17 - FUNDEF R40.17 - TOTAL: R\$4.23.
SELO DIGITAL DE FISCALIZAÇÃO
618482717-83104

Confira a validade em
http://pro.jus.br/consultar



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
 NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
 MESTRADO ACADEMÊMICO EM HISTÓRIA E ESTUDOS CULTURAIS



TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, Manoel Rodrigues da Silva RG _____
 _____, CPF 318.353.411-82 brasileiro (a),
 residente na Rua Macaé Nº 1588,
 cidade de Porto Velho, Rondônia,

AUTORIZO o uso das informações concedidas por meio de entrevista para fins científicos do **Mestrado em Educação** da Universidade Federal de Rondônia, intitulado: **A história do SINTERO no contexto da crise capitalista**.

Outrossim, declaro que disponibilizo o referido material, sem acarretar ônus ou qualquer valor numérico. O autor da pesquisa fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais e de pesquisa acadêmica, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

4. OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
 Av. D. Pedro II, 1039, ESA, C.A. - PORTO VELHO - RO

conheço este(s) firma(s) por semelhança
 e valor econômico

0700288 MANOEL RODRIGUES DA SILVA,
 em testemunha da verdade,
 PORTO VELHO, em Dezembro de 2016.

043-VICENTE RODRIGUES REIS
 EST. AUTORIZADA

Unidade Emp. nº 230, Salo R\$ 0,95 FUJU
 R\$ 0,46. FUNDAPEP: R\$0,17, FUNDEP:
 R\$ 0,17, FUNDPGE: R\$0,17. TOTAL: R\$

DIGITAL DE FISCALIZAÇÃO
 CPF: 23856-DFDEC
 para validade em
 www.tjro.jus.br/consultaselo/

Manoel Rodrigues da Silva
 Assinatura do entrevistado.



Porto Velho, RO, 30 de outubro de 2015.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
 NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
 MESTRADO ACADEMÊMICO EM HISTÓRIA E ESTUDOS CULTURAIS



TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, NÉREU JOSÉ KLOSINSKI, RG 702612303655/RS, CPF 39884384053, brasileiro (a), residente na Rua Guimarães de Almeida nº 6806, cidade de Porto Velho, Rondônia,

AUTORIZO o uso das informações concedidas por meio de entrevista para fins científicos do **Mestrado em Educação** da Universidade Federal de Rondônia, intitulado: **A história do SINTERO no contexto da crise capitalista**.

Outrossim, declaro que disponibilizo o referido material, sem acarretar ônus ou qualquer valor numérico. O autor da pesquisa fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais e de pesquisa acadêmica, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

José K. Klosinski



Assinatura do entrevistado.

CARTÓRIO CARVAJAL - 2º OFÍCIO DE NOTAS
 Rua Dom Pedro II, 637, Loja A - Caiari
 (69)3211-4002/3224-3353-PORTO VELHO-RO

Reconheço e dou fe, por SEMELHANÇA,
 a(s) firma(s) de:
 [L77RDNj1]-JOAO DUARTE PEREIRA.....
 Em testemunho da verdade.
 PORTO VELHO, 01 de Dezembro de 2016.

014-DEUZA DO NASCIMENTO ALMEIDA
 ESCRIVENTA AUTORIZADA

V.Unit: Epl. R\$ 2,31 - Selo R\$0,95
 FUJU R\$0,17 - FUNDEP R\$0,17 - FUNDIMPER
 R\$0,17 - FUNDORPE R\$0,17 - TOTAL: R\$4
 SELÓ DIGITAL DE FISCALIZAÇÃO
 A1ADB27118-7A386
 Confira a validade em
 www.tjro.jus.br/consultaselo/

Porto Velho, RO, 30 de outubro de 2015.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
 DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
 MESTRADO EM EDUCAÇÃO



APÊNDICE III - TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu ROBERTO EDUARDO SOBRINHO, RG 11.833.525,
 CPF 006.661.088-54, brasileiro (a)
 domiciliado e residente no endereço R. George Rusk, 4486,
 município Porto Velho, no Estado de Rondônia.

AUTORIZO o uso das informações concedidas por meio de entrevista para fins científicos do **Mestrado em Educação** da Universidade Federal de Rondônia, intitulado: **A história do SINTERO no contexto da crise do modo de produção capitalista**.

Outrossim, declaro que disponibilizo o referido material, sem acarretar ônus ou qualquer valor numérico. O autor da pesquisa fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais e de pesquisa acadêmica, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Porto Velho, 11 de MAI de 2016.

Roberto
 Assinatura do Depoente/Cedente

4. OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
 AV. PEDRO II, 1039, ESQ. CAMPOS SALES
 PORTO VELHO - RO

Reconheço a(s) firma(s) por ser/haver
 seu valor econômico
 de: [0074450]-ROBERTO EDUARDO SOBRINHO....
 Fez o mesmo da verdade.
 PORTO VELHO, 02 de dezembro de 2016.

043-VALMARA RODRIGUES REIS
 EBC. AUTORIZADA

U. Unif. Esp. R\$ 2,51 Selo R\$ 0,95 FUJU
 IR\$ 0,46. FUNDIMPER: R\$0,17; FUNDEP:
 IR\$0,17; FUMORPGE: R\$0,17. TOTAL: R\$
 4,23.

SELO DIGITAL DE FISCALIZAÇÃO
 117AFK23019-0E0E1
 Confira validade em
 www.tjro.jus.br/consultaselo/

